

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

LAMARCA



A MORTE DO "CAPITÃO DO TERROR"



Paulo Schilling analisa a política de Vargas e afirma: "Ele está mais vivo do que nunca"

Um documento confidencial mostra as distorções do Proálcool

VARGAS E A REVOLUÇÃO NACIONALISTA

O JORNAL DA ISTO É

Este Jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa, de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
 Elmar Bones da Costa
Secretário
 Osmar Trindade
Redação
 Baru Derquin, Elaine Lerner, Jorge Gallina, José Antônio Vieira, Lenora Vargas, Lilian Bem David, Marco Antonio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodke, Maurecy Santos, Najar Tubino, Rafael Guimarães, Rosvita Saueressig, Sílvia Correa, Tânia Knuttscka, Tomás Pereira, Waldoor Teixeira (repórteres, fotógrafos e editores), Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Sérgio Batsow (Arte), Luiz Recena Grassi (Brasília), Gilberto Pauletti (Rio), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (São Paulo), Gleizer Neves (Belo Horizonte), José Maria de Andrade (Recife), Paolo Marconi (Salvador), Luiz Lanzetta (Florianópolis), Zélia Leal (França), Eva D'Írr (Alemanha), Moema Bauer (México), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque).
Gerência Administrativa
 Francisco Alba

Industrial
 Edson Ubratan Trindade, Maria de L. B. Lima, Sílvia Berni, Fernando Schatsschneider (Revisão) Carlos Milton Rios (Produção) Atil Vinetun, Júlio Ferrari, José Luiz dos Santos (fotolito) Júlio César Martins, Carlos Diniz, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Luiz Alberto de Castro, Paulo Ricardo Nobre, Cláudio Bomfim da Luz, Francisco Altair dos Santos, Cleusa Regina Borsatto (Fotocomposição) Luiz Augusto de Oliveira, Luiz Gustavo Machado, João C. P. Meireles, Ari Roberto Lima (Montagem)

Comercial
 Énio Lindenbaum, Francisco Kleber Bressani
Circulação e Assinaturas
 Renan Carvalho Rodrigues
Números atrasados

À venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço
 Rua Comendador Coruja, 372
 CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
 Fones: 33 5099, 33 5990 e 33 5743 — Telex (051) 1605

Registro nº 33170/Livro A1
Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Antônio Oliveira, Agnese Schiffrino, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello e Regina Vasques (Conselheiros Fiscais), Assis Hofmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Adélia Porto da Silva, Ademir Vargas, Angela Beatriz Riccardi, Antonio Britto, Antonio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Carlos Mosmann, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Delmar Marques, Edgar Vasques, Emi Quaresma, Euclides Torres, Imara Stallbaum, Jandira César, José Antônio Ribeiro, José Félix Valente, Julieta Pereira, Léo Tavejnhansky, Licínio de Azevedo, Luiz Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodke, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Paulo de Tarso Ricordi, Paulo Gerson de Oliveira, Renato Pinto da Silva, Sérgio Moita, Silmar Müller, Clóvis Malta, Omar de Barros Fº, João Carlos F. da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, João B. Scalco, Eva Caparelli, Maristela Bairois, Telmo Zanini, Lara Bendati, Afonso Licks, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Sílvia Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto André, Alberto Blum, Flávio Dutra, Joaze Freitas, Renan de Oliveira, Antonio Gonzales, Mário Villas-Bos das Rocha, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Comercindo Coutinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Luiz Afonso Franz, Eugênio Bortolon, Mario Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antonio Simch, Sérgio Caparelli, Lauro Quadros, Marcelo Oscar Lopes, Maria Inês Burger, José A. Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Sérgio Becker, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Fernando Bueno, Edgar Lisboa, Carlos Karnas, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Vera Regina Monteiro, Amauri Melo, Paulo Macedo, Marco Antonio Schuster, Neusa Tasca, Otília Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Figueiredo, Itáraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Artech, Neusa Ribeiro, Marcos Antonio Baggio, Edna Della Nina, Armino Antonio Ranzolin, André Jockyman, Jaime Copstein, Raul Rubenich, Citina Leal, Leonardo Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Silveira, Adroaldo Correa, Vera Daisy Barcelos, Maria da Graça Seligman, Humberto Andreatta, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Moura, Paulo Fogaça, Severino Goes, Fernando Guedes, Neltair Abreu, Maria da Graça Silva, Walmaro Paz, Milton Fernando Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Teixeira, Julio Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise Fetter, Luiz Antonio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmem Laviaguerra Silveira, Nelson Baibich, Francisco Daniel Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Costa, Juarez Fonseca, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Barros, José Eneid Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Cândido Cruz, Luiz Carlos Felizardo, Francisco Juska, Carlos Rafael Guimaraens Fº, Carlos Frederico Mens, Eduardo San Martin, Ilza Girardi, Eugênio Neves, Carlos Eduardo Athanzio, Renato Canini, Wilmar Marques, Acari Amorim, Waldoor Teixeira, José A. Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ennio Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimaraens, Alberto Filgueiras, Lara Terezinha Schilling, Fernando Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Sílvia Correa, Luiz Carlos Ferreira, Anibal Bendatti, Arthur Oliveira Fº, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luis Prévadi, Maria Elaine Borges, Eduardo Bueno, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Luiz Lanzetta, Alice Urbim, Ana Maria Barros, Lotário Neuberger, Ubirajara-Silva Prates, Antonio Canabarro Trois, Bernadete Viana, Eloisa Beatriz Enck, Carlos Alexandre Castro, Cristina Baptista Pereira, José Ribeiro Fontes, Mário Nascimento, Riomar Trindade, Rômulo Krafka, Vera Maria Bosak, Patrícia Davila Bentes, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Miria Vieira Coelho, Juvenal da Luz Neto, Juan Carlos Gómez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Paz Teixeira, Ayrton Centeno, Celso Schroeder, Milton Ribeiro da Silva, José Antonio Severo, Lucila Camargo, Paolo Marconi, Maurecy Santos, Hélcio Ferreira, Luiz Humberto, Valter Firmp, Manuel Joaquim Martins, Jorge Meditsch, Pedro Flores, José Reduzino de Araújo, Antonio Carlos Esteves, Paulo Cancian, Amilton Vieira, Eduardo Tavares e Carlos Cagno.

Associação à
AJOCOOP
 Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Em setembro de 1971, o repórter Paolo Marconi trabalhou na cobertura da morte de Carlos Lamarca no interior baiano. Não pôde, porém, como todos os repórteres que trabalharam no caso, publicar o que colheu. A imprensa estava totalmente sob censura e o governo, preocupado com a possível criação de um mito em torno do ex-capitão, encarregou-se de distribuir as únicas informações que os jornais tiveram permissão para divulgar.

Assim, no dia 20 de setembro daquele ano, um dia depois da morte de Lamarca, o exército encaminhou aos órgãos de comunicação um extenso documento intitulado "Ex-terrorista Carlos Lamarca, traição e crimes que pontilharam sua vida". Segundo este documento, Lamarca militou nas principais organizações que se lançaram na luta armada, naquela época - VAR-Palmares, VPR, ALN e MR-8, que foi sua última organização, tendo saído das anteriores por suspeita de jogo duplo. "Era um homem ambicioso, frio e calculista que manobrou a traição como arma inseparável do sucesso".

Também o episódio da morte do ex-capitão ("o capitão do terror" como diziam os jornais) recebeu uma versão oficial: ele reagiu à prisão e foi morto numa troca de tiros com a polícia.

O perfil acabado de Carlos Lamarca - a quem Antonio Callado chamou de o "Che Estabanado" - e sua trajetória no movimento de guerrilha que existiu no país entre 69 e 72, ainda está para ser composto.

Pouco se sabe a respeito dele, além da versão oficial, que não serve à verdade.

Sua morte, porém, aos poucos vai sendo esclarecida. Em abril deste ano a imprensa, pela primeira vez, pôde apresentar a versão verdadeira, baseando-se no depoimento de um de seus companheiros que sobreviveu. A partir de então, o repórter Paolo Marconi retomou suas anotações, voltou ao sertão da Bahia, ouviu pessoas em Salvador e montou um quadro mais completo dos últimos dias do ex-capitão. É o trabalho que publicamos da página 15 em diante.



Completam-se 25 anos da morte de Vargas este mês, exatamente no momento em que suas idéias voltam a merecer a atenção e em que se levanta a maldição que pesou sobre sua figura. Num livro escrito em 1966 - Como a Direita se Coloca no Poder - o jornalista e economista Paulo Schilling analisou a figura de Vargas sob o enfoque do que ele chama de nacionalismo revolucionário. O livro, fundamentalmente uma crítica à atuação das esquerdas no período que antecedeu a derrubada do governo em 64, foi considerado inoportuno pelos próprios correligionários que militaram com Schilling no trabalhismo. Por isso, só agora vai ser publicado. Como contribuição à discussão em torno de Vargas, que hoje se acende, publicamos em primeira mão um capítulo do livro que analisa a política getulista.

O Editor

Tiragem desta edição: 35 mil exemplares.

NESTA EDIÇÃO:

3	Mino Carta, o criador do <i>Jornal da Tarde</i> e <i>Veja</i> e seu novo projeto: <i>A República</i>	22
6	Carlos Sardenberg analisa o impasse do governo na questão partidária	25
20	As eleições na Bolívia, plano piloto da democracia aparente	28
15	O repórter Paolo Marconi reconstitui a morte de Carlos Lamarca na Bahia	



Mauro Borges, um conspirador

O ingresso do senhor Mauro Borges nos quadros do MDB (*Coojournal* nº 43) é mais uma prova de que precisamos de verdadeiros partidos de oposição a esse regime prepotente, instalado em 1964 através de um golpe militar.

Mauro Borges foi um dos conspiradores para a derrubada do governo eleito de acordo com a Constituição Federal (naquela época era assim), tendo sido um dos líderes civis do golpe ao lado de gente como Lacerda, Ademar de Barros e o hoje também democrata Magalhães Pinto. Um homem que faz alianças com gente deste nível, que usou de ato institucional para punir funcionários estaduais, e que através do Dops fichou pessoas contrárias ao golpe, poderá hoje ser oposição a esse mesmo regime?

O momento é de afirmação política, e com a criação de novos partidos de oposição (PTB, PT, PS e quem sabe o partido dos autênticos do MDB), não haverá lugar para chaguistas, pessedistas ou qualquer tipo de oportunistas com vestes de democratas.

O regime ainda não terminou sua raiva contra o povo, mesmo com essa minguada anistia e com a direção do João do SNI. A prova disso é a intervenção nos sindicatos do ABC, a criação da Secom e a violência da polícia do Francelino contra professores e operários em Minas. Portanto, companheiros, uni-vos contra os opressores e contra os oportunistas.

Artur da Silva Ferreira, Porto Alegre, RS

Na campanha é muito diferente

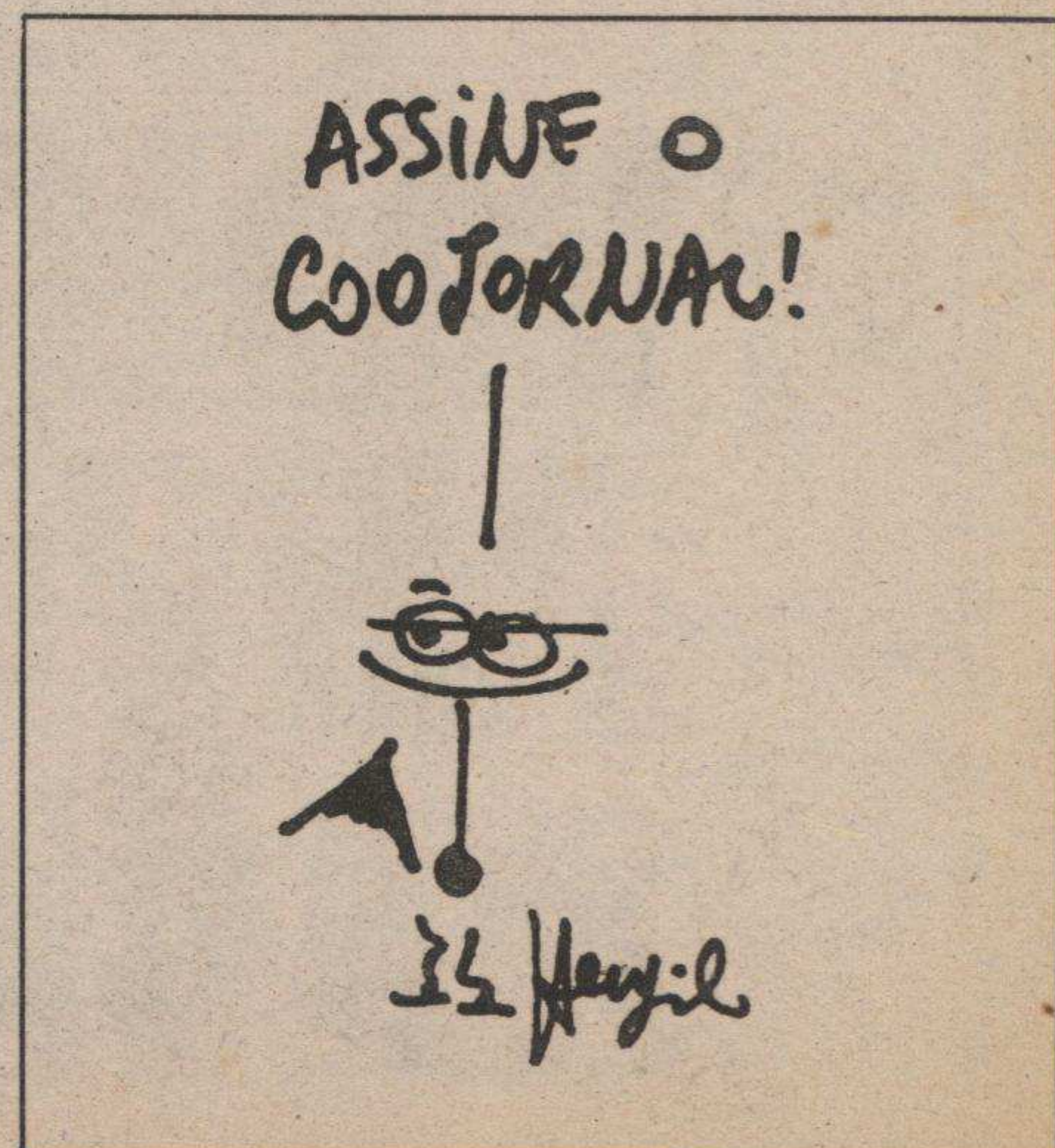
Na cidade todos vivem numa correria, na campanha tudo acontece ao natural. As diferenças são gritantes, e torna-se inexplicável para mim admitir que as pessoas andem aos trotes e galopes ou deixem o serviço por meia hora para engolir um sanduíche matusco. Isto se tiverem o necessário trocado — senão, o estômago fica querendo mais e o vivente só pode exclamar: "Güenta, eu quis vir pra cidade e vai ter que ser assim".

E é assim: se na campanha tinha de tudo, na cidade o vivente só pode comprar meio quilo de feijão, 200 gramas de carne e assim por diante — sendo que para o empregado de pouca renda o melhor salário é a morte.

Aqui na campanha é muito diferente. A chegada de um parente ou pessoa conhecida é motivo de festa. O dono da casa dá um grito, "mulher, tire a cabeça de um frango" ou "vamos matar aquele porco pra engraxar o bigode do compadre". O primeiro agrado é o chimarrão junto com a prosa, depois a pinga, até que tá pronto o almoço. O compadre é convidado para a mesa e ela está farta.

Por isto eu digo: campanha tem fatura e tempo para dialogar, passamos o dia contando anedotas e ainda ficam algumas para outro dia. Quando o compadre vai embora, monta o pingo e diz: "Até outro dia". Dá uma rebenqueada no pingo e diz ainda: "Apareça compadre". E a resposta do anfitrião é rápida e sincera:

— A qualquer hora!
 Daniel Ferreira Tasso, Palmeira das Missões, RS



Nas areias de Ipanema

Eu, hein, Manoel? Não estou nem aí. Pra bem dizer, eu nem sei que dia é hoje.

Mas tem que pintá agosto no pedaço. E o sol volta a brilhar colorindo a nossa gente. E temos memória curta. Já ninguém se lembra mais que faz ou nem faz quinze dias que um frio chocante nos bateu aqui. Uma onda fria inconveniente, imoral, sórdida, como este Rio não via desde o ano de 1927. Dizem. Disseram os jornais. Baixou a só quatro graus acima de zero na madrugada, pelos altos da Boa Vista. Apesar do que, nem os jornais, nem as revistas e nem as rádios ou a tevê mostraram quantos morreram nesse frio pelos altos das favelas. Que, afinal, a maioria carioca não tem agasalhos para tirar do guarda-roupa. Se morreu, danou-se: ninguém sabe, ninguém viu. Não estávamos nem aí.

E pau no burro. Que aqui na terra estamos mais preocupados com energia e transporte.

Bem. Hoje deu praia e, claro, fomos lá.

Bem, compadre, estende a toalha. E chega mais. Que o sol voltou a brilhar pra colorir a nossa gente.

Se o limãozinho passar por aí, me avisa. Se o mate estiver por perto, me chama. Passando a cerveja, me dá um alô.

Mas não me interrompe. Não corta a minha comunicação por droga nenhuma deste mundo.

Eu, o quente, o escritor das areias, não pode e não deve ser perturbado.

Vamos lá, pessoa.

Ipanema continua vivendo na base do você-fala-de-mim-que-eu-falo-de-você-porquê-ai-ele-com-te-toda-certeza-fala-da-gente. E, daí então, a gente já descola um emprego. Para o bom entendedor: levantá mesmo é uma boca. Que ninguém está a fim de estivar. Para final, esse tal de trabalho dignifica a um só. O patrão.

E palmas para a badalação. Que senhora silhueta acaba de passar agora, irmão. Viu?

E a badalação vai comendo solta. Ipanema tem cinco praias, não é isso que você queria saber? Mas, melhores mesmo, são as que ficam entre as cinco. As que ninguém (quase) dá bola.

As cinco, pessoinha, formam essa coisa, essa gracinha, essa m., que você descobriu que é Ipanema. E porque é o que é, meu chapinha, ninguém tem coragem, nem raça de sair de lá. Fala-se até de povo em alguns botequins. Os mais agitados, os mamoeiros, os chuparollhas mais bêbados quiquiricam até mudanças, transformações, políticas novas. Afinal, necessário molhar as palavras. Mas tudo começa, vai ao meio e chega ao fim sem sair do botequim.



Voltamos às areias. Recapitulemos: PRAIA DO DIABO — PRAIA DO ARPOADOR — CASTELINHO — MONTENEGRO — PRAIA DO COUNTRY.

A do Diabo tem uma gente fixa. Com sua rede e suas mulheres (a deles, irmão, pô!) Antigamente era maldita. E bem. Isso é bacana, compadre. As pampas. Vê se te informa bem mais sobre esse chaveco da maldição. Tu não é repórter, rapaz? Olhe aí, correm histórias. O pessoal sentia medo de tomar banho lá. Todo mundo dizia que podia morrer afogado.

Dela sei isso, companheiro: que dava medo. Sei o que é isso porque já senti. Não é bem medo ou caguiria, é um tremendo respeito. As gentes respeitavam a Praia do Diabo. Honestamente, dignidade. Acho do chapéu esse troço do medo.

A do Arpoador, tem que ser da turma.

Isso na zona do surfe.

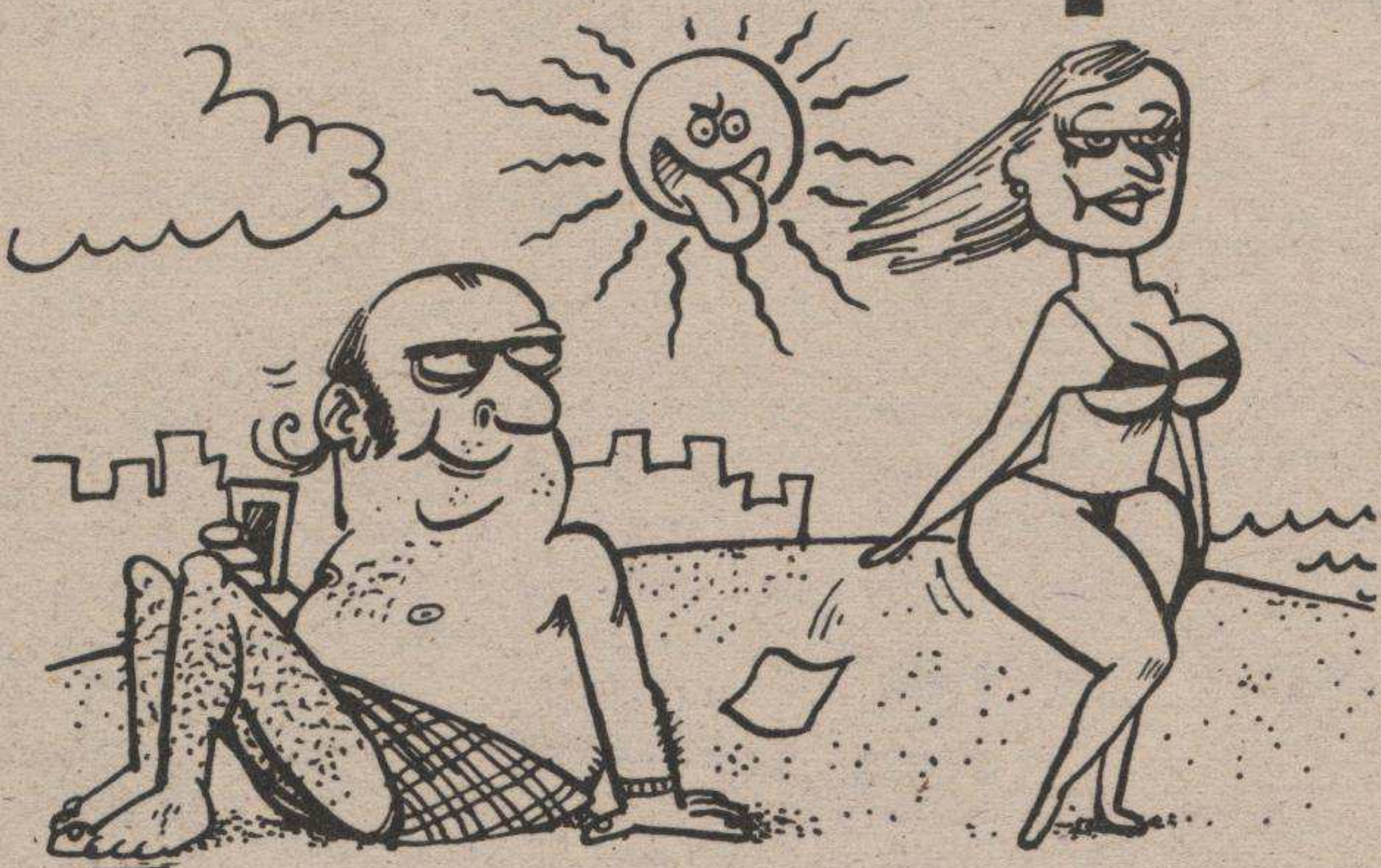
Imagina, mano, um cara sem muita coisa na cuca. Imagina, então, o conceito desse cara de macho. Pronto. Tá feito o surfe. Tá feita a praia.

Te informa, tu que é repórter, se o nome é sempre corja. Te informa direito porque o nome é bom paca. Esparrama, escancara. É chocante e firme. Bom. Marginal pra caramba. Só que eu ando cabreiro — eles não vêem o nome com esse sentido. Também, ando querendo troço de mais. Imagina um marmanjô daquele, forte pra burro, dizendo pro outro:

— Sou um marginal, mora.

Não dá, mano. Francamente, não dá.

Isso aí no meio de uma turma em que só se entra tendo prancha. Tem, assim, gente rica e média-alta naquela faixa. Pobre, nem sombra. Classe média-baixa nem passa perto. Também, pra quê essa gente vai



Emulher boa a dar com pau. Irmão, como chove mulher boa! Num sábado de sol que queimava o cocoruto, a turma, quase toda, se juntou. Chega um sapo de fora, mais ou menos estranho. Fariseu no pedaço. Um lá se levanta e começa a bater papo com o que chegou. O pinta baixou de moto na área. As mulheres chegam mais. A motoca pipocando. Assunto pra cá, falta do mesmo pra lá, vem um terceiro. Vem se chegando.

Modéstia à parte. Espero, compadre, que tu estejas gostando da narração na base do escritor-freqüentador-da-montenegro. Bem. Aí, na continuação, sem o cara da moto notar — é bom se diga que já estava de partida, de máquina ligada — levanta a roda de trás. O ilustre fica sem sair do lugar. As garotas acham bacana pra burro. Legal. O resto vai gozando.

Ambiente idiota? Nada, pessoinha. Qual é o pó? Muito contrato de cinema tem começado assim. Bem. Também não é preciso que eu dê os nomes. Ô, meu!

Depois da corja, vem uma zona neutra. Gente crioula, descida da Favela do Pavãozinho, que Ipanema, não é melhor que ninguém. Depois do mar e dos apartamentos da Avenida Vieira Souto e da Delfim Moreira, a coisa já começa a pretejar. E, assim, de piora em piora, vai-se acabar lá no morro. E no cocoruto do morro dá mesmo é favela. Não dá outra. Só tem que favelados, na praia, conhecem o seu lugar. Ficam lá, quietinhos, agrupados, desdentados, sem bulir com a vida dos outros. E se bulir, já viu. Polícia bota a mão e arrasta.

Castelinho, pelo menos, é a mais verdadeira. Mulher está é a fim de homem. Homem, de mulher. Quando não é gênero intermediário. Mas sendo, tudo bem. Não era a tua avó, meu compadre, quem dizia que todo chinelo torto acaba encontrando um pé doente que o calce? Bem. Os homens, na grossa maioria, são pães pras mulheres. Podem não ter droga nenhuma na cabeça (grande coisa, em Ipanema). Mas têm assunto, levam um plá, remandoleiros, tudo bem. E como as mulheres não estão a fim de pensar muito, está feita a união. Para as gazetas femininas eles são um aumentativo de te. E viva!

Abadalação do Castelinho é outra. Intelectual lá não está com nada, compadre. Principalmente esse animal de cultura em doses homeopáticas, esse bicho que não lê, essa raça que a gente já anda cansado de aturar, esses panacas que falam de ouvir dizer. Papudos, como dão bandeira! Pois é. Essa cambada aí vai toda ficar em falta lá no Castelinho. Sozinha no toco, que nem a coruja no pau. Solita da silva, olvidada. Ninguém tolerará.

O outro tipo de intelectual não vai à praia. Bebe.

Essa aí acima, meu velho, é uma das máximas de um cara que me parece saber onde tem as vendas. Grande gozação, essa — típica até de quem sabe rir de si mesmo. Respeitável autor dessa frase, que sozinha diz mais sobre Ipanema do que Ipanema toda.

A tratação do Castelinho, o escondido, o chaveco, o bem-bom do Castelinho é aquela vivência que só o profissional antibadalação tem.

É a peça que vai pra praia com um plano na cabeça. Malandrecar. E, rapaz, aquilo é um reino da dissimulação.

Mas tem folclore mansinho também. A rede do Ribeiro, por exemplo. Há uns quinze-vinte anos o Ribeiro monta a rede pras crianças jogarem. Depois, desarma e vai pra casa.

Ainda folclorinho: o pé-ôlei. É o vôlei jogado com o pé. Os caras são uns atletas. E só os bons conseguem. E são todos mascarados. Ora, se não, qual a graça?

É simples para quem sabe. Em vez das mãos, os caras usam os pés. Nas cortadas, tem uns que usam a cabeça. Tudo cobra-criada das areias, tudo mandão das coisas.

Rapaz, mas o biquini começou aí. Mulher de biquini pequeno paca, o pinta avisado já sabia, tava indo pro Castelinho. Isso, antigamente. A moçada, depois, linda como o sol, subtraíu mais. E se chegou à tanga. Meu nego, é uma das invenções mais proclamáveis deste país.

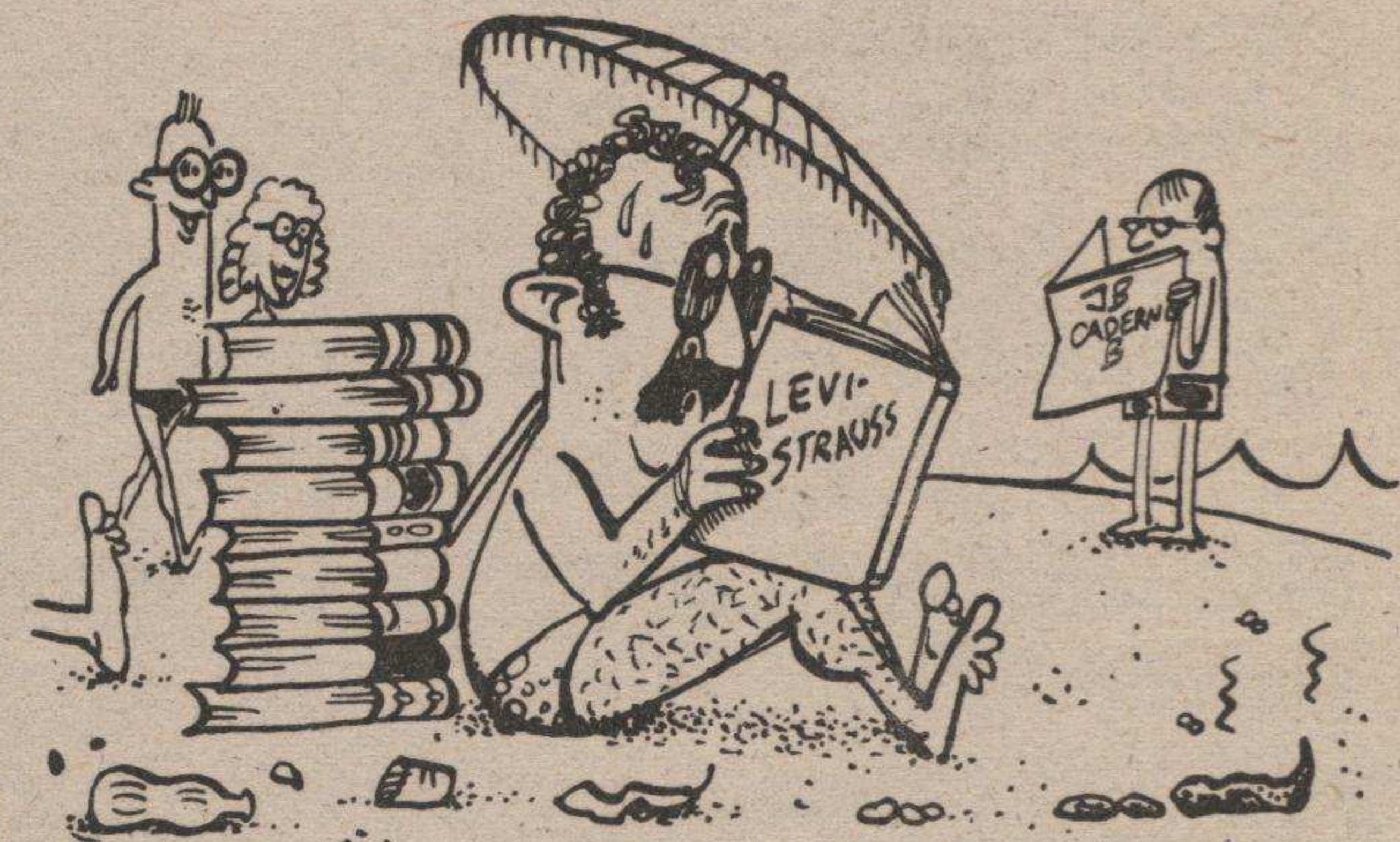
Nova zona neutra vem a seguir. Então, muito suburbano do tipo que rola na areia e ganha o apelido de bife-à-milanesa. Gentes, em geral, descoradas, dessas que pegam um ônibus xexelento e lotadinho e vêm lá de Cascadura ou do Méier, mais de uma hora de condução, para depois dizer que fez praia em Ipanema.

Você já leu Marcuse, Levi-Strauss, Bellow, Umberto Eco? Não? Então, não pode ir à Montenegro, pessoinha. Com que roupa, amigo? O que é que você sabe a respeito da influência neocapitalista contextual na obra de Godard e qual, e quais, as influências disso no maciço extermínio de Biafra? É fácil, compadre, é só ler o JB. A realização do pessoal é ler o Caderno B do JB. Palavra.

O que marca, o que é bacana ali na Montenegro, é o gajo ser bem-informado. Ter referenciais. O que conta a favor é você chegar, sentar em qualquer lugar, virar para o lado e começar o papo. Aí, você pertence ao meio, faz uma pá de pontos, e é uma pessoa de grande comunicação. Essa palavra é usada paca.

Já no Country Club tem que ter carteirinha, irmão. Ali é o café-soçaita nas areias. Eles vão à praia e tiram a água salgada na piscina do Country. O chope no Velloso, depois da praia, é sagrado na Montenegro, ia me esquecendo. No Country você tem que conhecer alguma dama da alta, ou dizer que conhece. Isso é de lei, que ali o território é fechado. E, se for homem no duro tem que se chamar alguma coisa que possa levar um "inho".

Você, por exemplo, seria o Pessoainha.



Praça General Osório. A praia defronte será dos coroas, de uma veterance aposentada, saída de metida a bem de vida e expondo celulite decadentosa. Fica ilhada e deslocada, desajustando-se naquela nova zona neutra, entre a suburbanada toda, que se espoja na areia e leva o apelido de bife-à-milanesa. Ali, também o negro se rebaixa e ele mais seu miserê, além de andarem juntos, continuam não arredando pé do lugar pequeno que lhes cabe, quietamente, sem chatear. Mais adiante, um lumpen miserável igualmente descido das favelas estará juntinho à praia dos bacanas do Country Club e do Canal do Jardim de Alá. E, igualmente, não aporrinha ninguém. Claro. Rebaixados, quietos, perfeitamente.

Inda nas areias de Ipanema há salvação. São as praias do meio. Não tendo badalação, lá ninguém te enche as medidas. O diabo é que todas as pessoas que freqüentam as praias do meio pretendem fazer disso um meio para atingir a área da badalhoca. Depois da Montenegro e antes da do Country, aposto que tem gente dando a vida pra ser parte de umas das duas. Só não é porque falta alguma coisa. Digamos, conhecer as pessoas certas e chegar, por mãos hábeis e colaboradoras, aos corações da baladação.

Mano, olha. E te adianta, vá beliscar. Melhor, no sábado, você andar uma andada por todas aquelas areias e começar a badalação das coisas que escreve. Status, companheiro, status. Dividendos vão render aí na sua vida. Rapaz, aquilo pode dar fácil-fácil contrato de cinema, televisão e outros leros mais.

Nem te deslumbres, no entanto, meu compadre. Tudo isso é tudo. E é nada. Até agora, só falei do lado de fora de Ipanema. Mas pensa e acorda, ô cara! O morador de lá não tem nada a ver com nada disso. Como não tem nada a ver com quem freqüenta, invade, folcloriza, lambuza, adultera e transforma o bairro. O homem é só um classe média, pacato, provinciano num país provinciano. Quando pode, quase sempre, vive honestamente. Muita vez é cristão, prosaico e até pagador de suas dívidas. Nada cinematográfico. E a filha dele casa virgem.

Mas vai lá, mano. Vai fundo. Eu faço fé. O teu dia chegará.

Copacabana, 6 de agosto de 1979.

Agora, um jornal diário

O sucesso de Isto É banca o novo lance de Mino Carta: o diário A República

La Repubblica é o jornal de maior prestígio na Itália. É um diário, de tamanho pouco maior do que os nossos tablóides, de inclinação socialista, mas independente, crítico à esquerda e à direita. Foi através dele que o ex-primeiro ministro Aldo Moro fez o seu último pronunciamento importante, dias antes de ser seqüestrado pelas Brigadas Vermelhas. Foi também La Repubblica que Enrico Berlinguer escolheu recentemente quando quis tornar públicas algumas mudanças de orientação do Partido Comunista Italiano. Mais: na quinta-feira, dia 16 de agosto, a agenda do presidente italiano tinha marcada uma audiência com Eugênio Scalsari, o editor de La Repubblica. O presidente estava fazendo as consultas de praxe para formar o seu novo gabinete e quis ouvir Scalsari.

Pois é no exemplo deste pequeno jornal, que em menos de dez anos tornou-se um dos mais influentes da Europa, que se vai inspirar o próximo lançamento da imprensa brasileira, o diário A República, do jornalista Mino Carta, ex-diretor de Veja e atual editor-chefe de Isto É. Um diário pequeno (16 páginas, standar), que vai trocar a preocupação de cobrir todos os fatos pela de ter em suas páginas, sempre, uma rigorosa seleção dos assuntos realmente importantes. Reportagens curtas e artigos assinados, são os ingredientes básicos da sua receita.

"Se tivesse que comparar com algum jornal brasileiro, diria que vamos ter alguma coisa da velha Última Hora do Samuel Wainer. Só que a Última Hora tinha mais colunas assinadas do que reportagens e nós teremos mais reportagens", diz Mino Carta.

O jornal é um velho sonho de Mino Carta, hoje com 47 anos, 28 dos quais no exercício bem-sucedido do jornalismo. Em 1974, com alguns de seus companheiros da redação de Veja, chegou a fazer um boneco desse diário, que só agora se torna viável graças ao desempenho da revista Isto É.

No balanço que encerra em abril próximo, a revista deverá registrar um movimento aproximado dos 200 milhões de cruzeiros, deixando um lucro líquido entre 10 e 12 milhões, com os quais será financiado o jornal. "Perdemos dinheiro no primeiro ano com a revista. No segundo ano empatamos e, agora, no terceiro ano já vamos ter lucro. Com o jornal estamos esperando já ao final deste ano estar em equilíbrio", diz Armando Salem, que saiu de Veja, em 1976, junto com Mino Carta, e que agora trocou a função de editor de Isto É pela de publisher da revista e do jornal. Esse equilíbrio de que ele fala chegará quando A República estiver vendendo 30 mil exemplares e tiver um faturamento de 350 mil cruzeiros (duas páginas e meia) por dia.

Para alcançar esse desempenho, o jornal vai procurar ocupar um espaço que, segundo Mino Carta se abre entre o "crescente conservadorismo dos grandes jornais e a conduta de oposição sistemática ao regime dos pequenos". Ele diz: "Alguns jornais, como O Estado de S. Paulo, que durante muito tempo atuaram

numa área meio nebulosa, às vezes confundindo-se com uma postura de oposição, estão sendo empurrados para o seu lugar e nesse movimento eles deixam a descoberta uma ampla faixa de leitores, alguns que mesmo insatisfeitos continuam lendo esses jornais por falta de alternativa, outros que simplesmente deixam de ler. Além disso acredito que os jornais não tem conseguido incorporar um enorme contingente de leitores novos, leitores potenciais que não lêem porque os jornais não os atraem".

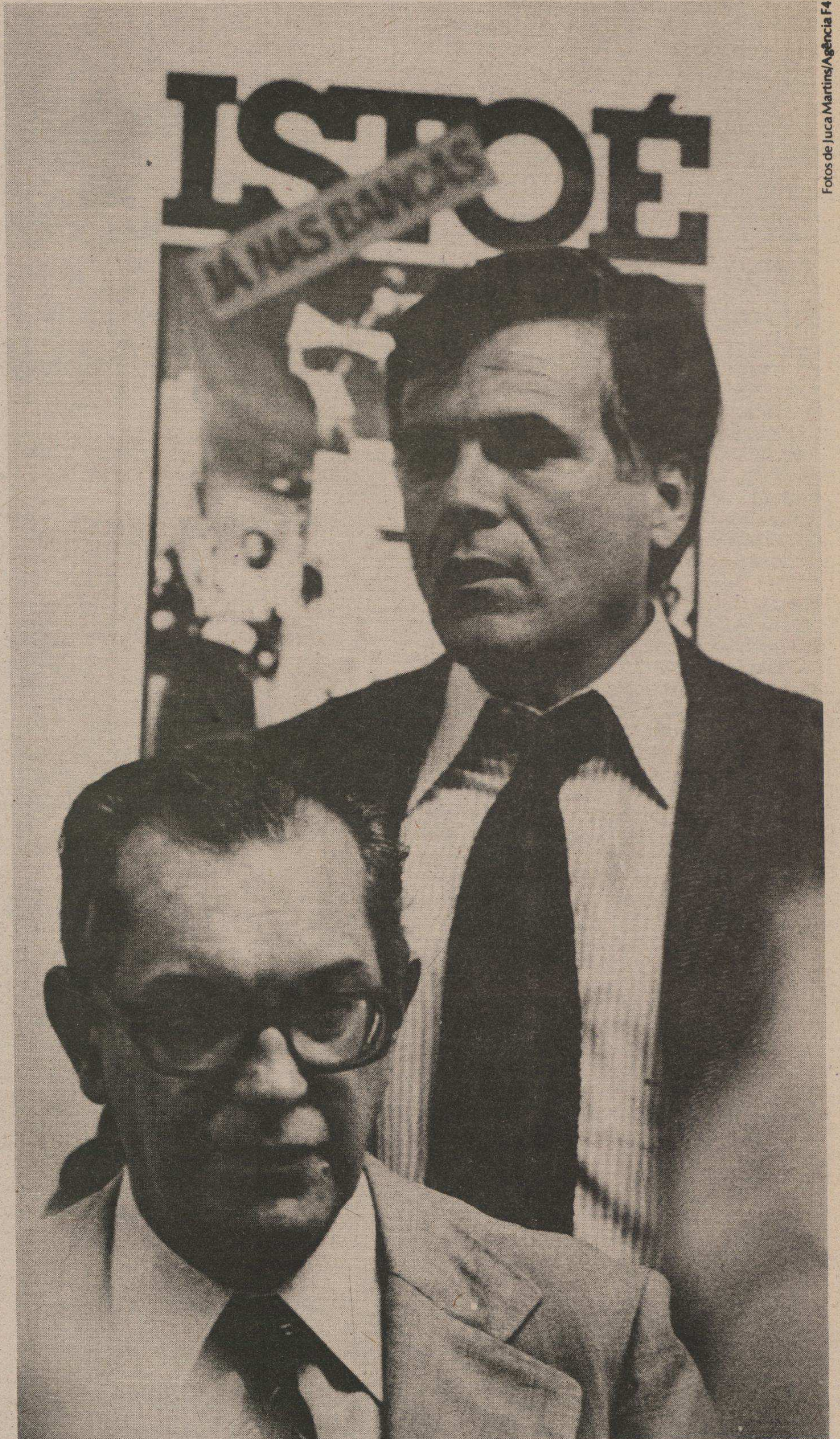
"Não durma em casa esta semana"

Para quem quer saber toda a história, pode-se dizer que tudo começou naquele período que vai de novembro de 1975 a janeiro de 1976, quando uma luta surda pelo poder agitou os bastidores do regime. Escorada no Ministério da Guerra, onde estava o general Silvío Frota e tendo como ponta de lança o general Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército, em São Paulo, a linha dura dispôs-se a liquidar os planos distensionistas de Ernesto Geisel.

Um dos alvos da sua investida foi a imprensa, começando pela prisão de vários jornalistas e culminando com a prisão de Vladimir Herzog nas dependências do Doi-Codi. Diretor da revista mais importante do país, Mino Carta era um dos visados e numa certa noite ele chegou a receber um telefonema do general Golbery do Couto e Silva. A única coisa que o todo poderoso chefe da Casa Civil podia fazer àquela altura, era recomendar a Mino que naquela semana não dormisse em casa. Mino conhecera o general em 1972, apresentado pelo jornalista Elio Gaspari e mantinha boas relações com ele.

No meio daqueles acontecimentos, Mino acabou perdendo o emprego por pressões do ministro da Justiça. Para preservar seus negócios junto ao governo, a Editora Abril entregou a cabeça do diretor de sua principal publicação ao ministro, que frustrara algumas expectativas democráticas e a quem Mino espiçava em seus editoriais.

Demitido, Mino foi à Brasília conversar com Armando Falcão. Foi um diálogo



Faoro, presidente e inspirador, e o editor Mino Carta

inamistoso, ao fim do qual Falcão permitiu-se obsequiar o jornalista com um conselho: "Se fosse você me dedicava à pintura".

Não fosse esta sugestão e Mino Carta talvez tivesse mesmo se afastado do jornalismo. Essa era uma idéia que lhe ocorria com frequência naquela época. Mas, ao contrário, junto com outros dois ex-diretores da Abril — seu irmão Luis Carta e Domingos Alzugaray — formou a Encontro Editorial, com capital de Cr\$ 450 mil, 150 mil de cada um. E, em maio

de 76, levavam às bancas a Isto É mensal, cuja equipe eram quatro pessoas: Mino e três amigos que, em solidariedade saíram com ele de Veja. Era uma volta cautelosa, com uma revista mensal, afastada do calor dos acontecimentos e da política.

Ao final de dez meses, no entanto, a revista acumulava um prejuízo de 650 mil cruzeiros. A esta altura, também, o general Geisel havia vencido a primeira etapa da luta contra os duros, derrubando o comandante do II Exército (a segunda etapa, seria vencida em outubro de 77, com a queda de Silvío Frota). Em 20 dias decidiu-se a transformação da revista em semanal, com toda a ênfase na política que começava a vir à tona com toda a força. Lançava-se em cima da Veja, que reinava sozinha no mercado das semanais de informação.

Faoro dirige o Conselho

O primeiro ano de Isto É fechou com um prejuízo entre 12 e 13 milhões. Mino Carta e seu sócio Alzugaray (Luis Carta a esta altura havia saído da sociedade para fundar sua própria editora) tiveram que recorrer a um empréstimo para manter a revista. Levantaram 10 milhões para pagar em um ano no Banco do Brasil.

O dinheiro reanimou Isto É, mas não faltou quem ligasse o empréstimo ao relacionamento de Mino Carta com o general Golbery e uma série infindável de



A redação de Isto É: uma equipe pequena, mas motivada

versões a respeito das ligações da revista com o governo percorreu o meio jornalístico em São Paulo. "Pura bobagem. Nós realmente fomos ao Rischbieter pedir o empréstimo, mas foi uma operação absolutamente normal. O dinheiro foi dado contra hipoteca de uma casa e de um apartamento meus e de uma casa do Domingos. Conheço o general Golbery há anos, tenho boas relações com ele, como com qualquer fonte, sem qualquer compromisso", diz Mino Carta.

Revigorada pelos 10 milhões, a *Isto É* fecharia o seu segundo balanço, em abril deste ano, em equilíbrio. Atualmente, aos 30 meses de existência, ela vende entre 50 e 70 mil exemplares semanais (30 mil assinantes) e começa a preocupar a editora de sua concorrente, a *Veja*.

Como diz um funcionário do departamento de *marketing* da Editora Abril: "Ainda não há preocupação com a *Isto É* em termos de circulação porque ela cresce menos do que a *Veja* (226 mil assinaturas). Mas já preocupa o crescimento da publicidade na *Isto É*. Embora tenha um custo por mil leitores muito mais alto do que a *Veja*, a revista recebe muito anúncio porque é simpática e tem prestígio".

Da *Isto É* não sairá apenas o dinheiro para o novo jornal, que no final de agosto estará nas bancas. A fórmula também é a mesma: uma equipe pequena, formada por profissionais competentes e motivados pela possibilidade de trabalhar com mais liberdade, de poder emitir sua opinião e participar das decisões internas.

Assim, fugindo aos padrões americanos, a redação de *A República*, em São Paulo, não terá mais do que 30 profissionais (mais colaboradores e colunistas), enquanto nenhum dos grandes jornais ao lado dos quais ele quer ocupar um lugar tem menos do que 250 pessoas na redação. (*Isto É*, começou com 8 ou 9 pessoas que faziam tudo, mais alguns colaboradores).

Os principais postos do jornal serão ocupados por egressos da revista, como é o caso de Clóvis Rossi que será o redator chefe e Ricardo Kotscho, mas há uma preocupação em que as duas redações sejam completamente independentes "senão a revista vai acabar sendo uma resenha do jornal", como diz Armando Salem.

Alguns serviços, no entanto, serão comuns, como é o caso da produção e das chefias das sucursais de Brasília e Rio. Assim como algumas pessoas atuarão nos dois lados. Mino Carta será o editor-chefe das duas publicações, Hélio Almeida será também o editor de arte de ambas e Aluisio Biondi, que mantém sua coluna na revista, será o editor de Economia do jornal.

Está prevista, também a criação de um Conselho de Redação do jornal, presidido por Raimundo Faoro, o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, e composto, provavelmente, por Sebastião Gomes Pinto, Mino Carta, Claudio Abramo e Armando Salem. Raimundo Faoro, que desde o início do ano assumiu a presidência da Encontro Editorial, será o responsável pela página de editoriais do jornal.

"Todo o mundo pensou que o Faoro tinha sido colocado na presidência para ser um medalhão, para fazer figura. Mas não. Ele está exercendo efetivamente a presidência da empresa e no jornal será o catalisador, a inspiração. Será também uma espécie de reserva moral a esvaziar essas acusações de ouro de Moscou ou dólares do Golbery", diz Salem.

É provável que, a curto prazo, Faoro, atualmente recebendo na base do pro-labore (algo aproximado dos 150 mil cruzeiros por mês) passe a ter participação acionária na empresa, junto com outros integrantes da equipe.

Walter Moraes

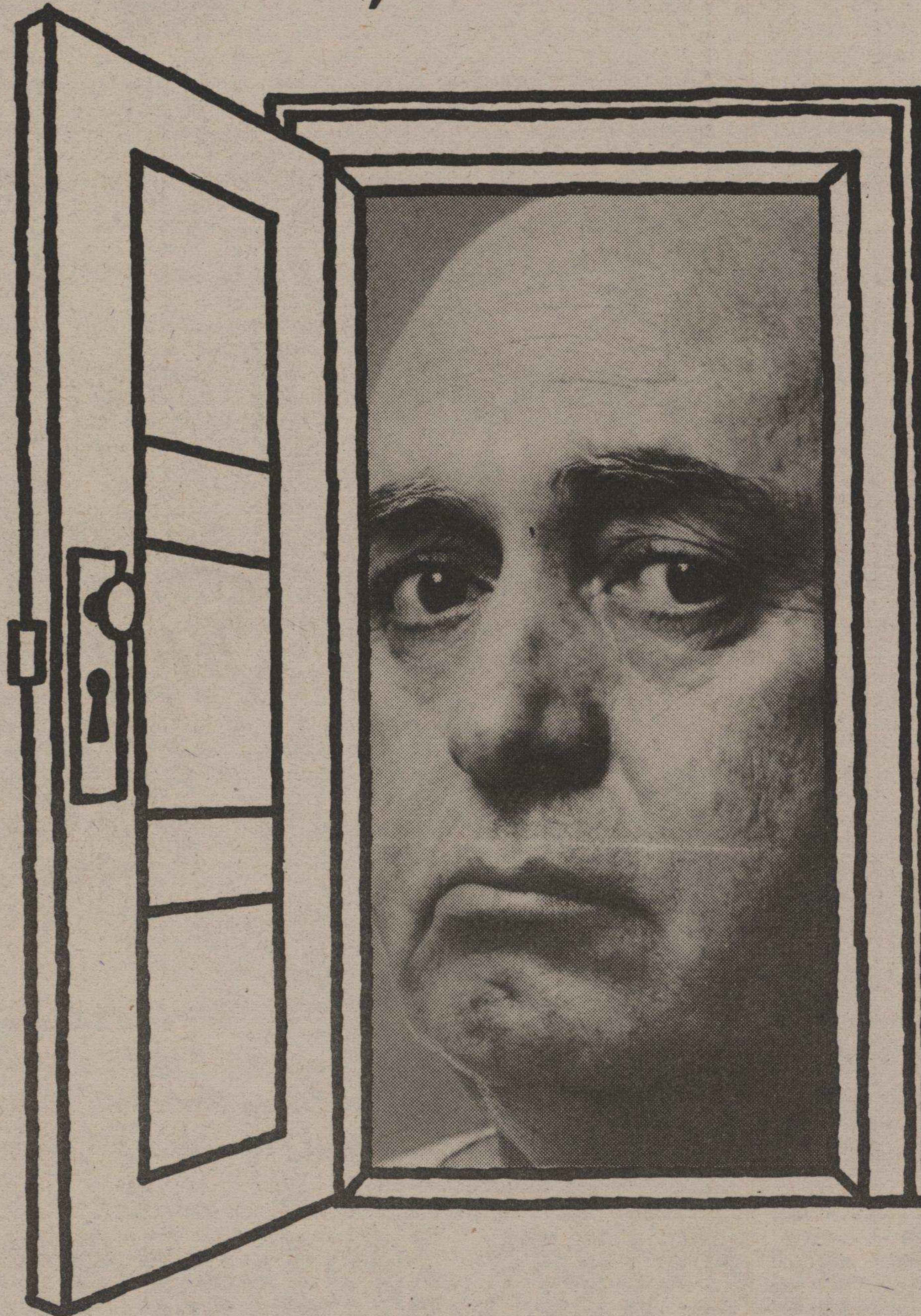
PABX

33.5099

cooJORNAL®

Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

Você reclama da correção monetária sobre as prestações da sua casa. Sem ela, você nem teria casa.



Em 1960, menos de 50% dos imóveis nas grandes cidades eram ocupados por seus próprios donos.

Hoje, mais de 60% das casas ou são próprias ou estão em processo de aquisição.

E convém lembrar que, nesse período, as cidades incharam: a cada ano, cerca de

3 milhões de pessoas saem do campo para as metrópoles.

Se você analisar bem esses dados, verá que as

oportunidades de acesso à

casa própria cresceram

consideravelmente.

Isso só foi possível graças à

correção monetária.

Ela funciona como uma

corrente: a prestação que você

paga vai ajudar outro

brasileiro a ter um teto, da

mesma forma como outros

brasileiros ajudaram você a

ter sua casa própria.

Você deve saber, também,

que com reajustes e tudo, na

maioria dos casos as pessoas

que compraram casa pelo

Sistema Financeiro da

Habitação ainda pagam

menos na compra do que se

morassem de aluguel no

mesmo imóvel.

Sem esquecer que a casa é um

patrimônio que valoriza a

cada dia.

Em vez de reclamar, você

deveria agradecer sua casa à

correção monetária.

Se ela não existisse, é bem

provável que você ainda

estivesse pagando aluguel.

**CADERNETA
DE POUPANÇA**

12 anos de casa

Por CARLOS ALBERTO SARDENBERG, de Brasília

Se correr o bicho pega, se ficar...

É corrente nos meios parlamentares de Brasília a informação segundo a qual o governo do presidente João Figueiredo só tem em aberto um ponto do seu organograma político: ainda não definiu se promove a reforma partidária. Ou, o que dá no mesmo, mas é mais exato, ainda não definiu se impõe ou não a extinção das atuais legendas.

Deve ser verdade. Mas se é verdade, isto significa que há outros pontos em aberto, entre eles a questão das eleições, as municipais de 80 e as estaduais e nacionais de 82 (a decisiva eleição dos governadores). É que o governo não tem planos de se meter em eleições diretas se estas lhe apresentarem uma perspectiva de catástrofe — e essa perspectiva estaria limpidamente no horizonte de uma eleição direta para governadores a ser disputada, por exemplo, pelos atuais MDB e Arena.

Como se vê, a questão dos partidos não é apenas um ponto do organograma político, mas o ponto de apoio de todo o projeto, sobretudo agora que a questão da anistia começa a ser passada para trás. O arranjo partidário será assim o prato de substância do cardápio político deste semestre. Governo e oposição preparam-se para sentar à mesa e, surpreendentemente, alguns segmentos da oposição estão mais à vontade.

O governo parece hesitar entre a segurança e o risco. Parece dividido entre a ala que deseja manter a segurança administrativa e os que topam um certo risco político. Explico: a Arena pode não servir para muita coisa, mas no momento ela serve para fazer passar leis no Congresso na forma exata desejada pelo Palácio do Planalto.

Ora, isto não é pouca coisa, sobretudo num quadro de abertura em que, com a extinção dos atos institucionais, limitou-se a capacidade de o governo governar por decretos. Os projetos importantes têm que passar pelo Congresso e lá está a fidelíssima e cordata Arena para garantir tramitações sem susto.

O governo tem maioria ampla e obediente e todo mundo sabe que é mais fácil governar assim do que precisar negociar com partidos mais fortes que cheguem a ter — imaginem — opiniões próprias. Pior que isso, seria o Planalto de repente encontrar-se em minoria, situação desastrosa para um governo que, apesar da abertura, tem suas origens, inclusive seus homens, no regime que mandava sem discussão.

Devem ter sido cogitações assim que tornaram bem mais complicada a fórmula, que parecia simples, de reformar o quadro partidário via extinção das atuais legendas. O governo tinha a convicção de que, após a extinção, poderia refazer seu partido ainda maior do que a Arena, pois contaria com adesistas do MDB, e ainda deixaria as oposições divididas em duas ou três pequenas agremiações, uma delas nem tão oposicionista.

Essa convicção, hoje, está bastante enfraquecida. É quase uma dúvida. Não que o governo tema encontrar-se em minoria na acomodação partidária que se seguirá à extinção da Arena e MDB. O Planalto e todo mundo sabe que a presidência da República e mais 21 governos estaduais são argumentos suficientemente convincentes para atrair ou manter um poderoso grupo de correligionários. Não é aí que se colocam as dúvidas. É fora do governo, nas oposições ou nos setores que já se despregaram do governo ou tendem a fazê-lo.

A partir de um determinado momento, o quadro que se desenhou não foi mais o de uma posição irremediavelmente fragmentada, mas de uma coisa sólida,



mesmo que — é o mais importante — dividida em dois ou três partidos. Pela expectativa vigente, o MDB se divide em três facções: O PTB, o partido dos moderados de Tancredo Neves e Thales Ramalho e o partido que nascerá do grupo autêntico.

Só que, para o governo, esses três partidos, somados, deveriam ter na Câmara menos do que as atuais 189 cadeiras do MDB. Uma boa parte dessas deveria passar para o governo. E além disso, a expectativa governista previa esta composição para os restos do MDB: o partido de Tancredo seria o maior, faria uma oposição sossegada, podendo mesmo votar com o governo em determinadas questões, sobretudo as econômicas (assunto em que Tancredo é mais conservador que alguns importantes membros de Ministérios); o PTB viria em segundo lugar, seria francamente oposicionista, mas não radical; os radicais seriam os atuais autênticos, cujo partido deveria ser o menorzinho, uma espécie de grupinho de raivosos discursivos a fazer barulho e nada mais.

Postos os personagens em ação, foi-se vendo que a expectativa era só expectativa. O partido do doutor Tancredo pintou bem menor do que o previsto no cronograma e, o que é pior, ia apanhando seus quadros, menos na oposição e mais nos setores que se despregam do governo — aqueles, como o ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, importante quadro revelado pelo regime, que se sentem mal como governistas, mas não desejam frequentar o MDB.

De outro lado, o PTB de Leonel Brizola, que demonstrava muito poder de fogo no exterior e na área extraparlamentar, minguou, na ainda indispensável representação parlamentar. Iniciado agosto, ficavam entre 15 e 20 os deputados federais membros do bloco do PTB e apenas um senador, ainda incerto, Leite Chaves, do Paraná. Isto é muito pouco num quadro de 420 deputados (189 da oposição) e 66 senadores (26 do MDB).

E, finalmente, onde as expectativas governistas se frustraram inteiramente foi, pelo menos até agora, no caso do destino do grupo autêntico do MDB. Ele vai pintando como o maior partido que surgiria após a eventual extinção do MDB. Foi no começo de agosto que os autênticos resolveram se constituir formalmente como grupo organizado, com comissão de coordenação e atuação em conjunto.

E mais. O documento, no qual 82 deputados fe-

derais, dois senadores, Jaison Barreto, de Santa Catarina, e Henrique Santillo, de Goiás, mais Alencar Furtado, Almino Afonso e Fernando Henrique Cardoso anunciaram a constituição do Grupo, informou também a sua disposição de, caso forçada a extinção do MDB, "constituir um partido, de conteúdo popular e democrático".

Entrada a segunda semana de agosto, articuladores do grupo afirmavam já contar com o apoio de 106 deputados federais e tinham como certa a desão de pelo menos mais dois senadores, Roberto Saturnino, do Rio, e Marcos Freire, de Pernambuco.

Davam também como certa a adesão de certas figuras que não cabem no PTB, porque não são trabalhistas nem populistas e também não cabem no partido de Tancredo, porque se caracterizaram como fortes oposicionistas. São os casos, enumeravam os líderes do grupo autêntico, de Paulo Brossard, Franco Montoro, Orestes Quêrcia (embora não se saiba como se acomodariam em São Paulo), Humberto Lucena, da Paraíba, Gilvan Rocha, de Sergipe, Agenor Maria, do Rio Grande do Norte, e, em certa medida, do gaúcho Pedro Simon.

O senador Simon não assinou o documento que funda o grupo (autêntico) mas compareceu a todas as reuniões promovidas pelos autênticos em Brasília — inclusive ao encontro em que se decidiu formalizar o Grupo — e opinou em todas elas, embora sempre tomando o cuidado de manter um certo distanciamento tático. Ele não dizia "podemos fazer tal e tal coisa", mas prudentemente aconselhava de fora: "Vocês poderiam fazer isso ou aquilo".

De qualquer modo, esse Grupo (autêntico) surgiu como a força majoritária dentro do MDB e propõe desde já a constituição de frentes interpartidárias, de modo a manter a unidade das oposições populares.

Isso, evidentemente, é um convite direto e expresso ao PTB e também ao Partido dos Trabalhadores — esse PT que vem sendo articulado pelo movimento sindical. Na verdade, a este último, os autênticos propõem mais que uma frente, propõem que se integrem na mesma agremiação, coisa que, se vier a ocorrer, dará origem ao maior partido da esquerda brasileira em toda a sua história. Pela primeira vez, a esquerda terá um partido de sólidas bases populares e sustentação organizada no movimento sindical. Será um partido em condições de aspirar o poder dentro de alguns anos. E um partido em condições de apanhar alguns importantes governos estaduais já em 1982, se as eleições forem diretas.

Feito o lance dos autênticos, os moderados alinhados em Tancredo ficaram a escanteio. Desde logo, ficou claro que o comando do MDB não mais escapará das mãos dos autênticos, o que, em tese, reforçaria a vontade do governo de extinguir os partidos. Pois só com a extinção os moderados podem deixar o MDB e, em consequência, não mais engrossar um partido controlado pelos autênticos.

Mas valeria a pena promover a extinção dos atuais partidos se a acomodação posterior fosse desembocar num forte partido de esquerda, num partido moderado com gente saída do governo e com uma maioria governamental menos tranqüila?

De outro lado, manter o atual quadro partidário significa, para o governo, a certeza desde já de que perderá o governo dos mais importantes estados da Federação, se fizer eleições diretas em 82. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

RECEBA O COOJORNAL EM CASA 5 DIAS ANTES

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº

Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 - entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome:

Endereço:

Fone:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº

Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 - entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome:

Endereço:

Fone:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Como assinante, você recebe o Coojornal em outros Estados no mesmo dia em que ele vai para às bancas em Porto Alegre.

Quer dizer:
no mínimo 5 dias antes de ele chegar às bancas de sua cidade.

cooJORNAL



Em nome do sabor, do prazer, da satisfação.

Em nome da felicidade e da alegria de viver. Do sagrado direito das pessoas de gozarem o que a vida tem de bom.

Um gostoso sanduíche de presunto, queijo e Margarina Primor num pátio de colégio. Um delicioso cachorro-quente com mostarda e Maionegg's num começo de madrugada. Um suculento assado com gostinho de Margarina Flor numa manhã de domingo. Uma salada, uma fritada, um bolinho preparado com o insuperável Óleo Primor. São sabores que a gente não esquece e que enri-

quecem nossas vidas. Aliás, desde 1929, a Samrig participa da vida diária das pessoas. Naquele ano, em um moinho em Porto Alegre, a empresa começava a produzir farinha de trigo. Hoje, 50 anos depois, no maior parque integrado de processamento de soja da América Latina, em Esteio, a Samrig fabrica óleos vegetais, margarinas, maioneses, proteínas. E seus produtos vão à mesa de milhares e milhares de brasileiros, todos os dias. Em nome do prazer, da felicidade e da delícia de viver.

50
ANOS

SAMRIG

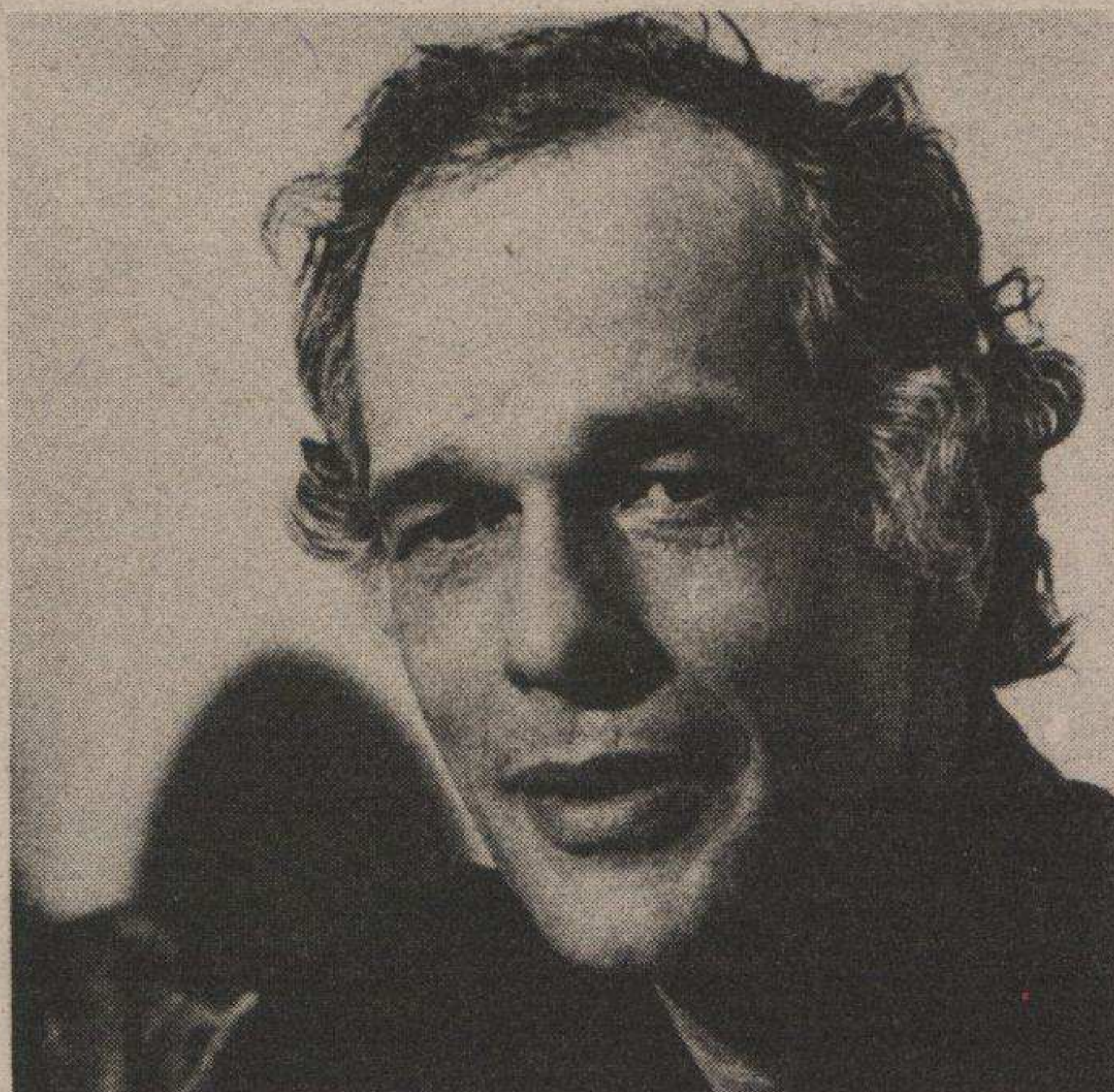
Há 50 anos participando da vida de nossa gente.

Um filme sertanejo sem discurso intelectual

Nelson Pereira dos Santos, o cineasta de Rio 40 Graus, Vidas Secas, Tenda dos Milagres, está filmando *Estrada da Vida*, baseado na história da dupla Milionário & José Rico, ídolos da música sertaneja, cachê de 80 mil cruzeiros em circos e feiras de gado do interior, com sete LPs gravados — cada disco vendendo de 300 mil a 600 mil cópias.

Para Milionário & José Rico, o filme é uma oportunidade de aumentar seu faturamento e seu público, pois o tal cinema sertanejo vem fazendo grande sucesso, explorando histórias românticas e dolorosas como *O Menino da Porteira*, com Sérgio Reis, lançado no início de 1978.

Para Nelson Pereira dos Santos, um dos criadores do cinema novo, *Estrada da Vida* concretiza vagos projetos ensaiados em *Vidas Secas*. Durante a filmagem deste romance de Graciliano Ramos, na década de 60, no Nordeste, o cineasta ficou fascinado pelo som rural. Há alguns anos, junto com os músicos Macalé e Capinam, ele chegou a preparar o roteiro de um filme sobre Luiz Gonzaga, o rei do baião, cuja vida é bastante cinematográfica. Filho de um consertador de san-



Nelson Pereira dos Santos e "heróis" do seu filme: Milionário e José Rico



fonas do interior de Pernambuco, Gonzaga serviu ao Exército em Ponta Porã, na fronteira do Paraguai, onde aprendeu a tocar tango. Como tocador de tango, Gonzaga arranhou emprego nos cabarés da Lapa, no Rio, mas só fez sucesso quando passou a usar o acordeão para tirar música nordestina.

Embora não tenha arranjado dinheiro para fazer o filme sobre Gonzaga, Nelson Pereira manteve o projeto até que, viajando no ano passado pelo interior do Mato Grosso, percebeu o extraordinário sucesso popular de Milionário & José Rico, que já andavam pensando em aparecer no cinema.

O cineasta não pretende fazer um discurso intelectual, um ensaio sociológico ou uma tese política sobre o fenômeno da música sertaneja. "Sou um jornalista que uso o cinema para mostrar a realidade", diz Nelson, completando: "O que vou fazer nesse filme é isso mesmo, contar a vida de Milionário & José Rico,

mostrando o contexto em que eles surgiram e se tornaram ídolos populares".

A vida da dupla? Um prato cheio para o cinema. Há dez anos, o pernambucano Milionário (Romeu Januário de Mattos, 39 anos) e o mineiro José Rico (José Alves dos Santos, 32) eram operários da construção civil em São Paulo. Moravam numa favelas e, nas horas vagas, tocavam violão e cantavam para os companheiros de trabalho. Um dia, depois de apresentações em circos de subúrbios e tentativas em programas sertanejos de rádio, gravaram um disco e fizeram tremendo sucesso. Não tinham dinheiro nem para comprar duas roupas iguais, conforme a tradição, que mandava todas as duplas sertanejas se apresentarem harmoniosamente vestidas. Milionário & José Rico começaram com roupa comum e até hoje se apresentam assim — Milionário com traje comum esporte e José Rico puxando para hippie, cabelo grande, anel no dedo, cordão no pescoço e óculos negros.

Seu repertório inclui a rancheira, a guarânia, o bolero, a moda de viola e principalmente o ritmo jovem, que tem bastante a ver com o rock. As letras falam de amor, liberdade, elogiam a ascensão social, revelam um paradoxal desprezo pelo dinheiro, condenam certos aspectos do progresso e cultivam certa nostalgia da vida rural. Acompanhados por violão, acordeão, violino, pistão, bateria e guitarra elétrica, Milionário & José Rico cantam a plenos pulmões. São "as garantas de ouro do Brasil".

Para a filmagem de *Estrada da Vida* — título extraído da canção de maior sucesso da dupla —, Nelson Pereira dos Santos está acompanhando Milionário & José Rico por circos, teatros e feiras de gado do interior de São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Os shows devem fornecer boa parte da cenas do filme que rescontou a infância rural da dupla, seu amor pela música, sua mudança para a cidade e a perseguição ao sucesso. Não por coincidência, sua história, exceto na parte artística, é semelhante à de milhões de brasileiros que nos últimos anos emigraram do campo para a cidade em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

"Como só filmo aquilo que gosto", diz Nelson Pereira dos Santos, "esse filme significa meu respeito, minha adesão à cultura popular. A música sertaneja, apesar de discriminada e manipulada, é a expressão de um processo cultural autócotone que vai de baixo para cima. É uma coisa nossa, um som rural que migrou para o contexto urbano. No fundo, como todo brasileiro tem suas raízes rurais, quem despreza essa cultura revela um grande preconceito contra si mesmo."

**"Encher a inflação...
...combater a panela"
"Economizar anistia..."**

Em cinco meses de trabalho, o governo Figueiredo declarou quatro prioridades, a saber: 1) combater a inflação; 2) encher a panela do povo; 3) conceder anistia; 4) economizar petróleo.

O que o governo acabou conseguindo foi: 1) encher a inflação; 2) deixar agravar-se a crise do petróleo; 3) combater a panela do povo; 4) economizar a anistia.

Noé Mesquita

**Zeca Diabo
manda plantar
sem medo**

O governo vai gastar 30 milhões de cruzeiros, a serem pagos pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, numa campanha publicitária pedindo o aumento da produção agrícola. A partir do final de agosto, jingles de rádio, anúncios na imprensa e comerciais de TV vão reproduzir o apelo do presidente Figueiredo: "Mãos à terra, plante sem medo".

A verba da campanha, preparada pela agência MPM, que tem as principais contas do governo, está bastante abaixo do custo real da veiculação, pois na TV — concessão do estado — os comerciais passam de graça.

O apelo ao aumento do plantio, dentro da ênfase agrícola do governo, não é feito diretamente nem por Figueiredo nem pelo ministro Delfim Netto, mas pelo ator Lima Duarte, o pistoleiro Zeca Diabo de uma novela da TV Globo. Nos comerciais, ele se diz amigo do presidente da República. Um dos filmes para TV, destinado ao público do Sul, foi gravado ao vivo numa cancha reta do Rio Grande do Sul.

Dados recentes indicam que os anúncios do governo dão resultados. Em pouco mais de um mês, por exemplo a campanha da Previdência Social, cobrando o pagamento de contribuições ao INPS por empresas em atraso, levou para os cofres públicos mais de quatro bilhões de cruzeiros. Calcula-se que a Previdência Social ainda tem para receber cerca de seis bilhões atrasados. Por isso, depois da campanha do *Plante sem medo*, o governo vai fazer outra ofensiva publicitária cobrando o resto da dívida das empresas que não pagam INPS.



UM HÁBITO DE GENTE INTELIGENTE

PROGRAMAÇÃO

Recorte e guarde em sua carteira

* **GILBERTO GIL**

Estréia 11 de setembro
Show "Realce"

* **BADEN POWELL**

Estréia 19 de setembro

* **SIMONE**

Estréia 26 de setembro
Com o Show "Pedacos"

* **ELIS REGINA**

Estréia 10 de outubro
Show "Essa Mulher"

* **A HISTÓRIA É UMA HISTÓRIA E Ó HOMEM É O ÚNICO ANIMAL QUE RI**

Estréia 23 de outubro
Comédia com Olney Cazarré, Myrian Pérsia e Tião D'Avila
Texto de Millôr Fernandes e Direção de Jô Soares

* **MPB 4**

Estréia 13 de novembro
Show "Bons Tempos, Hein?"
Textos de Millôr Fernandes

PRODUÇÃO



Informações Tel.: 25-0725

O VOTO DISTRITAL PROPOSTO

No que se refere à segunda parte do trabalho, o impacto do voto distrital, tendo como ponto de partida o projeto Sarney, faremos algumas rápidas observações. Antes de tudo, convém lembrar que o autor concentra sua análise no estudo das diversas possibilidades de manipulação — gerrymandering — na determinação dos distritos eleitorais, em sistema distrital. Ora, esta é apenas uma das desvantagens apresentadas por este modo de escrutínio. A principal delas seria a injustiça flagrante na representação: por um lado, as minorias não são representadas, e, por outro lado, os partidos representados não o são na proporção de sua força eleitoral respectiva, ocorrendo, portanto, o fenômeno da sub-representação de alguns partidos e na sobre-representação de outros. Alguns autores contrapõem aliás a eficácia — mas eficácia para quem? — política do escrutínio majoritário à exatidão da representação do escrutínio proporcional.

Voltando à nossa questão, surpreende que em dois pontos omissos do projeto Sarney se interprete no sentido o mais favorável. Tal boa-fé pode ser louvável, mas não deixa de estar sujeita a surpresas. Assim, poderíamos igualmente interpretar que no que se refere às regiões metropolitanas, representando idealmente diversos distritos, a forma de eleição a ser adotada será — por paradoxal que possa aparentemente parecer (o voto distrital misto?) o proporcional e não o majoritário. Isto significaria ensejar aos partidos conservadores, minoritários nas regiões metropolitanas, um mínimo de representação nessas áreas em detrimento dos partidos populares, já decapitados nos distritos rurais.

Por outro lado, o § 4º do artigo 2º do projeto Sarney permite uma diferença populacional de até 15% entre um distrito e outro no mesmo estado, nada impedindo, além disso, que a diferença seja maior de um estado para outro. Sabendo-se ainda que as taxas de alfabetização variam do meio rural para o setor urbano e de estado para estado, tal diferença populacional poderia corresponder a uma diferença eleitoral de até 50%.

Logicamente, interpretando da melhor maneira as omissões do projeto e não levando em conta todos os seus detalhes, a representação das regiões metropolitanas teria de ser necessariamente proporcional à sua população.

No que se refere às diversas possibilidades de gerrymandering discutidas pelo autor, cabe lembrar que esta técnica de manipulação não tem a capacidade de transformar uma vitória, principalmente uma vitória expressiva, em uma derrota. Por isso mesmo é um truismo afirmar que "se valem os resultados da eleição de 1978 para a avaliação do impacto de uma eleição distrital, a hegemonia política do MDB no Rio Grande do Sul não seria comprometida pela introdução do novo sistema". Entretanto, o que seria importante ressaltar é sua capacidade em alterar para mais ou para menos a representação de cada partido. Os próprios

dados do autor, em que pese todas as precauções já referidas, confirmam essa possibilidade: a representação do MDB poderia oscilar de 16 a 23 deputados e a da Arena de 9 a 16 deputados.

Por outro lado, é metodologicamente incorreto que se aplique, com o objetivo de refutar o que afirmam que o voto distrital tenderia a uma municipalização das eleições, aos resultados das eleições municipais, em que a vitória do partido de oposição foi reduzida, as diversas possibilidades de gerrymandering calculadas com base nas eleições parlamentares de 1978, em que a vitória do partido de oposição foi bem superior. O gerrymandering no primeiro caso não é materialmente a mesma eficácia que no segundo caso.

Em relação aos critérios sugeridos para a obtenção de uma divisão de distritos que impeça gerrymandering, além de contestáveis (por exemplo, "homogeneidade sócio-política visualizada como proporção média do número de municípios pertencentes à mesma associação regional de municípios, majoritariamente circunscrita no âmbito de cada distrito (?), não se resolveriam as dificuldades, pois seriam necessárias revisões periódicas dessa divisão, face à permanente transformação da realidade de cada distrito. Mesmo assim, isto é, na hipótese quase impossível porque de difícil aplicação de uma divisão de distritos justa e periódica, as desvantagens próprias do escrutínio majoritário não seriam por este motivo saneadas.

Para garantir a representação da minoria, sugerem-se diversas medidas. Entretanto, elas se restringem simplesmente à representação dos partidos na Assembléia Legislativa de cada estado, já que segundo o projeto Sarney haveria apenas um deputado federal contra três estaduais em cada distrito. Mesmo assim, as medidas propostas não assegurariam a representação de todos os partidos, persistindo, portanto, ao nível geral, o fenômeno da sub-representação ou da não-representação de parte dos partidos. Aliás, a Lei do Terço de 1875, apresentada como saudável precedente, foi em sua curta duração constantemente nurlada pela técnica do rodízio.

Conforme demonstrou Maurice Duverger, o escrutínio majoritário favorece ou tende a um sistema bipartidário, dificultando o surgimento de novos partidos. O autor pretende refutar a afirmação pelo exemplo da Inglaterra com o surgimento e a consolidação do Partido Trabalhista no início desse século. Em primeiro lugar, cabe observar que um bipartidarismo é substituído por outro bipartidarismo. Em segundo lugar, trata-se neste caso de um fenômeno social e político bem mais amplo e que abrange grande parte da Europa: o da substituição do conflito inicial conservadores x liberais, dominante na primeira metade do século passado, pelo conflito proprietários x trabalhadores, após 1848. Logicamente, as classes trabalhadoras que adquiriam o direito de voto e se organizavam politicamente não se reconheceriam no primeiro conflito, o que possibilitou no caso da Inglaterra o surgimento e a consolidação do Partido Trabalhista.



"A solução nacionalista não fracassou"

Deputado que articulou a campanha "O Petróleo é nosso" teme a quebra do monopólio da Petrobrás

Quando Euzébio Rocha começa a falar sobre o petróleo brasileiro, até parece que estamos outra vez na década de 50, quando o país se entusiasmou com a campanha *O petróleo é nosso*, em defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo, que resultou na criação da Petrobrás, em outubro de 1953.

Aos 61 anos, vivendo da advocacia e das aulas de Direito, em São Carlos, no interior paulista, Rocha conserva a mesma linguagem de 30 anos atrás. Para ele, as multinacionais continuam sendo *trustes* que não desistiram — pelo contrário, têm obtido vitórias — de conspirar contra a solução nacionalista do monopólio.

Em seu apartamento na avenida Paulista, em São Paulo, a sala de móveis antiquados reserva um lugar de honra para a fotografia (de um colorido meio esmaecido) do ex-presidente Arthur Bernardes, patrono da campanha pelo monopólio, desde os primeiros comícios, em abril de 1948. Sobre a foto, onde Bernardes aparece lendo *O Poço do Visconde*, de Monteiro Lobato, há uma dedicatória "ao jovem deputado Euzébio Rocha", que tinha apenas 28 anos quando foi eleito para a Assembléia Constituinte de 1946.

Ao lado da foto de Bernardes, há uma miniatura de uma torre de petróleo enfeitada com uma bandeirinha do Brasil. É outra lembrança da campanha *O petróleo é nosso*, quando o povo ia para

a rua carregando as torrinhas de petróleo, distribuídas aos milhares para animar os comícios e as manifestações e despertar os sentimentos nacionalistas na população brasileira.

Naquela época, Euzébio Rocha era deputado federal pelo PTB e fazia discursos e articulações pelo monopólio reserva um lugar bastante honroso para Euzébio Rocha, que, instruído pelo presidente Getúlio Vargas, manobrou habilmente para conseguir o apoio da bancada da UDN (oposição) ao projeto do monopólio.

Hoje, Rocha está meio esquecido. Nas eleições de 1978, voltando de um longo período de silêncio, ele candidatou-se a deputado federal pelo MDB paulista, mas não conseguiu eleger-se. Quase sem recursos, fiou-se no apoio dos trabalhistas históricos chefiados por Ivete Vargas e fez uma campanha fraquíssima. Só obteve 11.748 votos, que lhe deram a 34ª suplência.

Apesar de sua linguagem antiquada, Euzébio Rocha inspira um grande respeito, pois não perde oportunidade para levantar sua voz em defesa do monopólio, como nos velhos tempos. Em meio ao grande silêncio que acompanha a ofensiva do governador paulista Paulo Maluf contra a Petrobrás (que se defende publicando anúncios ilustrados por fotos amareladas da campanha *O petróleo é nosso*) e diante da possibilidade da ampliação dos contratos de risco para exploração do petróleo por companhias estrangeiras, Euzébio Rocha diz o que pensa.

"MALUF ELOGIOU LINCOLN GORDON POR TER FEITO A REVOLUÇÃO DE 64"

— O que o senhor acha da atual investida do governador de São Paulo, Paulo Maluf, que pretende explorar



COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística.

Conte com a Coojornal em:

Serviços fotográficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.
Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais
Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores. Produção e impressão off-set de material jornalístico, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Serviços gráficos e visuais
Arte, lay-outs, produção de capas de livros, logotipos, folhetos, prospectos, cartazes, programação visual, malas-diretas, etc...

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe.
Edição de revistas, livros, jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

cooJORNAL

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 372
Fones: 33.5990 e 33.5099 — Telex (051)1605
90000 — Porto Alegre — RS

petróleo meio à revelia da Petrobrás e da lei do monopólio?

ROCHA — Sobre o governador paulista, o que eu tenho a dizer é que, num discurso que pronunciou na Associação Comercial de São Paulo, ele congratulou-se com o ex-embaixador norte-americano Lincoln Gordon por ter dado ao Brasil a Revolução de 1964. Sobre sua pretensão de explorar petróleo, claro que não é a melhor solução. Essas concessões a particulares encarecem os custos de exploração do petróleo, quebram a possibilidade de um planejamento eficiente na pesquisa e prospecção e, finalmente, enfraquecem a solução monopolista.

— Maluf está fazendo demagogia ou servindo a interesses de terceiros?

ROCHA — Não tenho elementos para responder, mas é evidente que a quebra no monopólio interessa aos trustes. Desde muito tempo atrás, os inimigos da solução nacionalista sempre usaram a velha tática de *provar* que não há petróleo no Brasil. Pelo interior brasileiro, todo mundo já ouviu histórias sobre os resultados das pesquisas da Petrobrás, que furava um poço e o fechava assim que achava petróleo. Há milhares de poços lacrados no país. Se os trustes forem autorizados a procurar petróleo, eles simplesmente vão *provar* que não há petróleo no Brasil. Pois os trustes não têm interesse em perfurar, em achar petróleo. Eles só querem furar o monopólio, tornar o país mais vulnerável.

— Como foi a campanha O petróleo é nosso?

ROCHA — Foi a campanha mais popular que já existiu no Brasil. Anteriormente, houve as campanhas pela Abolição da escravatura e pela República, que foram feitas pelas elites. A campanha do petróleo foi realmente popular, pois congregou os operários, os estudantes, os militares e grandes parcelas da população.

— Seria possível fazer uma nova campanha hoje, seja para defender o

A Petrobrás fez uma pesquisa e descobriu que andam falando mal dela.



Onde foi que ela errou?

"A Petrobrás só pensa em lucro".
"A Petrobrás não descobre petróleo porque não pesquisa o suficiente e por incompetência técnica".
"Até estão algumas opiniões, nada liberais, que a Petrobrás cultiva numa pesquisa sobre a sua própria imagem".

Não são muitas, mas a Petrobrás acha importante circunscrivê-las publicamente.
Em primeiro lugar, ela não pensa só em lucro. Não dá. Ela pensa, isto sim, em gerar todos os recursos de que o país precisa para aplicar em exploração e produção. Em 74, investiu 43 bilhões de cruzeiros, em suas atividades, praticamente o dobro de seu lucro líquido. Em 75, está aplicando 56 bilhões. Póde-se contar, quem sai lucrando mesmo é o país: 200 passados, economistas 2 bilhões de dólares em divisas.

Em segundo lugar, a Petrobrás ainda não encontrou todo o petróleo de que o Brasil necessita. Mas descobriu tudo o que a natureza nos permitiu descobrir até agora. E você pode ter certeza de que ela está desenvolvendo um dos maiores esforços exploratórios em todo o mundo. Lembra-se também que, se produzimos cerca de 1% de nosso consumo, o Japão produz apenas 0,2%, a França 4%, a Alemanha 6%. Somente 10% dos países do mundo produzem e exportam petróleo.

Em terceiro lugar, acredite nos técnicos brasileiros. Eles já provaram sua competência, localizando petróleo em águas profundas, descobrindo também, no litoral, o maior campo petrolífero dos últimos 10 anos. Além de outras descobertas na Argélia e na Colômbia. E se encontramos petróleo na terra dos outros, por que não em nossa própria terra?

Além disso, algumas informações para quem está fazendo mal da Petrobrás. Felizmente, segundo a nossa pesquisa, a grande maioria das pessoas fala bem.

Petrobrás. A luta continua.

"HAVIA PRISÕES, FERIDOS E MORTOS, MAS O POVO SAIU VITORIOSO"

— O senhor era entrevistado e citado, por exemplo, pelo jornal O Globo?

ROCHA — Bom, a gente não dava entrevistas com muita frequência para os grandes jornais, mas quando dava as entrevistas eram publicadas. A mobilização popular era tão grande que os jornais não podiam ignorar a campanha.

— E o governo do marechal Dutra também não gostava da campanha, tanto que a polícia reprimia as manifestações.

ROCHA — Ah, sim, a repressão foi muito grande. Havia prisões, pancadaria, feridos e mortos, mas a campanha do povo foi vitoriosa. Vingou a solução nacionalista e a Petrobrás foi criada.

— Hoje a Petrobrás é acusada de ter fracassado, pois o Brasil depende cada vez mais das importações.

ROCHA — Não houve fracasso da Petrobrás nem da solução nacionalista. Não, o monopólio não fracassou. Foi a conspiração dos trustes e dos maus brasileiros que impediu o sucesso do monopólio.

— Por que o senhor acusa o general Ernesto Geisel de ter feito uma má administração da Petrobrás?

ROCHA — Infelizmente, o honrado presidente Geisel desserviu os interesses nacionais. Em 1961, a Petrobrás, apenas oito anos depois de criada, já produzia 40% do petróleo consumido pelo Brasil. Ela vinha crescendo, tanto que em 1975 o general Candal da Fonseca reconheceu que, se a Petrobrás tivesse mantido a mesma política, hoje o Brasil seria auto-suficiente em petróleo. Mas o general Ernesto Geisel, ao assumir a presidência da Petrobrás, reduziu as verbas para pesquisa e exploração de petróleo. Desde então, a solução nacionalista passou a perder terreno. Em 13 de março de 1975 — veja bem a data, o honrado general

Geisel já era o presidente da República — a Petrobrás foi proibida pelo governo de buscar recursos na Bolsa de Valores. É por isso que eu digo que foi a conspiração dos trustes e dos maus brasileiros que impediu a vitória da solução nacionalista.

"OS CONTRATOS DE RISCO SÃO UMA PIADA, UMA GRANDE PIADA"

— E agora: o senhor acha que os contratos de risco serão ampliados?

ROCHA — Os trustes continuam sua campanha, mas eles não têm interesse em achar petróleo. Querem na realidade "mostrar" que não há petróleo. Os contratos de risco assinados pela Petrobrás com as companhias petrolíferas estrangeiras são uma piada. Uma grande piada! Veja bem: em 30 de setembro de 1976, foi assinado o contrato de risco entre a Petrobrás e a British Petroleum, que se comprometeu a aplicar 3,5 milhões de dólares na exploração de petróleo na plataforma submarina. É uma quantia ridícula que mostra que as companhias petrolíferas estrangeiras não querem achar petróleo, mas apenas fincar o pé aqui dentro para impedir que o Brasil encontre o auto-suficiência. Atualmente, a Petrobrás aplica cerca de 700 milhões de dólares por ano na exploração de petróleo. No entanto, todos os contratos de risco já assinados não chegam a 50 milhões de dólares!

— O senhor lembra-se de uma frase que diz: "Um país que permite a exploração de seu petróleo (por estrangeiros) aliena a sua soberania"?

ROCHA — É de Getúlio Vargas. Foi dita por volta de 1948, quando Getúlio se encontrava na Fazenda Itu, em São Borja, e foi entrevistado sobre o projeto do Estatuto do Petróleo — um projeto entreguista — enviado ao Congresso pelo presidente Dutra. Foi nesta época que começou a campanha do *O Petróleo é nosso*. Poucos meses depois, diante do clamor popular, o projeto foi retirado.

Walter Moraes

Os anos 50 trouxeram muitas idéias férteis para os brasileiros. O Cooperativismo foi uma delas.

A década de 50, no Sul do País, foi marcada pela transformação de uma economia alicerçada na pecuária, para um maior desenvolvimento da indústria e das propriedades rurais.

Entre as conseqüências dessa mudança surgiu a consciência da necessidade de maior união entre os produtores, a fim de fazerem frente a problemas que surgiam, tais como armazenamento e comercialização de produtos.

Do idealismo de 25 pessoas nasceu a Cotrijuí, uma Cooperativa que hoje conta com mais de 18.000 associados. Todos reunidos em torno de uma



fundamental idéia: o poder da força de cada um no trabalho de todos, como elemento de progresso e desenvolvimento.

Agora, a Cotrijuí está chegando ao Mato Grosso do Sul, trazendo uma bagagem de 22 anos de experiência, o mesmo idealismo dos anos 50 e a força de trabalho de cada um de seus associados, para somar ao progresso desta terra.



COTRIJUI

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.

Kury & Padilha dá uma pequena mostra de seu esquadrão de combate.



Para fazer Nova Tramandaí em dois anos, a Kury & Padilha teve que se armar até os dentes. Porque não é brincadeira remover a quantidade de areia que foi removida. Não é brincadeira transformar tudo isso numa praia certinha: estruturada, planejada e urbanizada. E tudo em tempo

recorde. Mas também, a Kury & Padilha montou um verdadeiro exército: 16 tratores, 4 pás carregadeiras e dezenas de caminhões. A infra-estrutura que você vê em Nova Tramandaí, não se encontra em nenhum outro loteamento de praia. Você se lembra do primeiro anúncio de Nova Tramandaí?

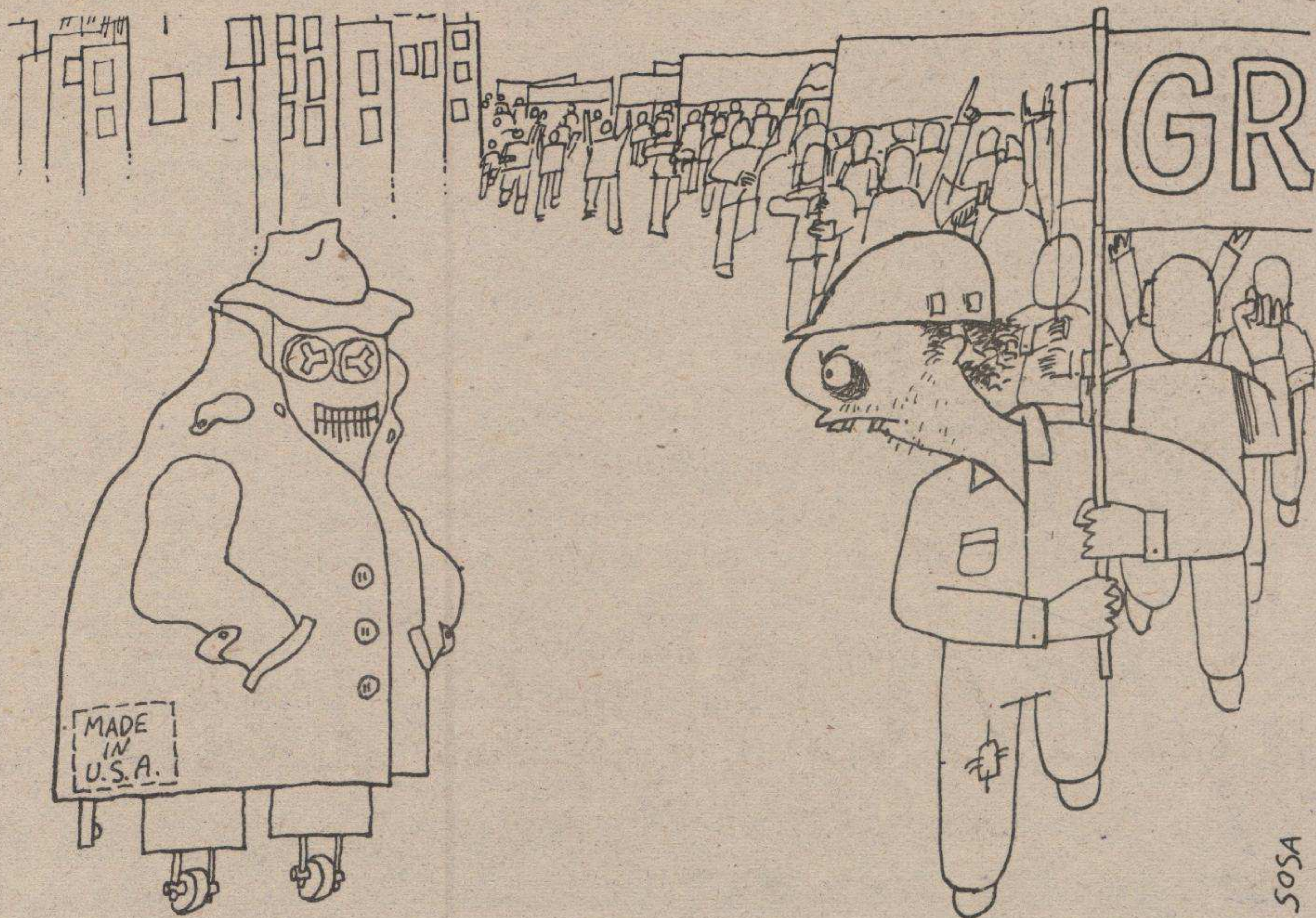
Ali, Kury & Padilha já prometia tudo. E se organizou para cumprir. Porque quem promete, não pode fugir da luta.



Kury & Padilha Ltda.

Informações e vendas:
Av. Fernandes Bastos, 728
Fone: 140 - Tramandaí.





Computadores espionam a vida do Brasil

Em sigilo, discute-se como controlar a vida dos cidadãos

A derrubada de toda e qualquer iniciativa parlamentar para extinção do Serviço Nacional de Informações, é decisão que se alinha com a mesma estratégia que deu origem a um projeto, atualmente em poder do Ministro da Justiça, Petrônio Portela, para criação do Registro Nacional de Pessoas Naturais, mais uma investida contra o preceito constitucional que assegura aos brasileiro a inviolabilidade dos direitos relativos à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. Através desse registro, cada cidadão receberia um número de nascença — com validade permanente — que será usado para alimentar um computador de dados. Com isso, o Brasil se tornará o primeiro país, em todo o mundo, a submeter sua população ao controle do estado.

Os últimos estudos para a implantação do Registro Nacional de Pessoas Naturais começaram há pouco mais de um ano, numa reunião sigilosa, em Brasília, da qual participaram todos os técnicos governamentais da área de identificação.

PREOCUPAÇÃO MUNDIAL

Enquanto no Brasil a privacidade se torna cada vez mais ameaçada, em outros países a possibilidade de restrição dos direitos individuais — com a mesma facilidade com que se obtém dados sobre um cidadão pelo simples apertar de um botão — é que vem causando grandes preocupações. A Alemanha, este ano, tornou-se pioneira na fiscalização do uso de cadastros individuais. Apesar da dificuldade de distinção exata entre a privacidade e o legítimo interesse da nação, a lei que recentemente entrou em vigor na Alemanha inspirou-se no preceito constitucional que não só considera inviolável a dignidade do homem, como também garante o livre desdobramento da personalidade, exigindo todo o respeito à intimidade.

As repartições públicas alemãs só podem organizar e transmitir dados pessoais na medida do estritamente necessário. E as empresas privadas, embora tenham o direito de levantar dados sobre a solvência de seus clientes, não podem se imiscuir em sua vida pessoal. Por outro lado, a lei assegura a todo o cidadão o

direito de pedir informações sobre seus dados pessoais cadastrados, inclusive pelo governo. E, na impossibilidade de se comprovar a veracidade dos fatos registrados, é garantida até mesmo a sua supressão.

Com a nova legislação, que obriga a eliminação das fichas cadastrais a cada cinco anos, criou-se também a profissão de Agente para a Proteção de Dados, funcionários pagos pelo Parlamento alemão com a função de fiscalizar o tipo de processamento, controle e emprego dos computadores em toda a empresa que mantenha dados com mais de cinco elementos.

CONTRASTE NO BRASIL

Embora se mostre tão preocupado em concentrar informações sobre seus cidadãos, o governo brasileiro não parece muito interessado em fazer o mesmo com a economia. Na área tecnológica, se torna cada vez mais intensa a contratação de empresas estrangeiras — ou nacionais apenas na fachada — para a execução de trabalhos de consultoria e auditoria. Essas auditorias estrangeiras — formalmente desvinculadas das multinacionais — têm acesso a um fabuloso acervo de informações, enquanto as realmente nacionais não chegam a reter 40% do mercado ativo de projetos.

As principais empresas estrangeiras que atuam nesse ramo, no Brasil, são a Price Waterhouse, a Peat Warwick, Mitchell & Co e a Arthur Young, que além de manipularem simultaneamente informações sobre atividades nacionais e internacionais da General Electric, Hanna, Singer, Xerox, City Bank, Chase Manhattan (Banco Lar Brasileiro) e outras multinacionais, têm também informações confidenciais sobre empresas estatais, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce.

É tão grande a ingerência dessas empresas que elas geralmente são árbitros das indenizações quando os países latino-americanos resolvem nacionalizar seus recursos básicos. Como ocorreu no Chile, há cerca de 10 anos. A Price Waterhouse cuidou da questão da nacionalização do cobre chileno pelo presidente Eduardo Frei.

No Brasil essas empresas também agem com toda a liberdade, apesar do protesto de entidades como a Associação Brasileira dos Consultores de Engenharia, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e o Instituto Brasileiro de Consultores de Engenharia. Há vários anos essas entidades vêm reiterando ao governo o verdadeiro desserviço que se presta ao país permitindo que essas empresas estrangeiras continuem atuando aqui.

TESTAS-DE-FERRO

Muitas dessas multinacionais operam por meio de firmas falsamente brasileiras, dando a impressão de defrontar-se com os mesmos problemas e prejuízos, o que é inteiramente falso porque elas só operam nas áreas que pagam bem. O BN-DE, a Cosipa, a Eletrobrás e a Usiminas foram por longo tempo clientes da Booz Allen, empresa que, em 1965, produziu um estudo do programa siderúrgico do país, recomendando a contenção da produção.

Além disso há o favorecimento: uma consultoria estrangeira, ao projetar uma indústria qualquer, naturalmente especifica os equipamentos que conhece melhor, ou seja, o do seu país de origem. Com isso ela serve de ponta de lança para a venda de produtos que, muitas vezes, poderiam ser adquiridos à indústria nacional.

E o governo jamais se interessou pela elaboração de legislação específica sobre a contratação de consultorias. Sobre o assunto, existe apenas uma série de resoluções esparsas, como o decreto 73.685/74, que absurdamente considera nacionais as empresas estrangeiras que tenham sede e foro no Brasil em 1964.

Da mesma forma que o governo, os administradores também não confiam na capacidade técnica e empresarial dos brasileiros. Wando Borges, quando na presidência da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia, considerou essa atitude como "fruto do comodismo e do medo do administrador". E lamentou que a Petrobrás não assine contratos de consultoria com empresas que não sejam estrangeiras, embora saiba que, se oferecesse contratos a empresas privadas brasileiras, estaria criando condições para forjar no Brasil uma tecnologia própria. E hoje estaríamos produzindo mais petróleo e consumindo menos divisas.

E tem mais: segundo o engenheiro Jaime Rotstein, o faturamento das empresas estrangeiras de consultoria no Brasil gira em torno de 200 milhões de dólares por ano. Dos quais, metade é canalizada indevidamente para o exterior. Além disso essas empresas recebem pagamento em dólares e com correção monetária. As nacionais recebem sempre com atraso, sem juros e sem correção monetária.

Archibaldo Figueira



Arraes prepara o terreno

Com sua volta ao Brasil já marcada para o dia 16 de setembro — desce do avião no Rio e embarca imediatamente para o Recife, onde está sendo preparado um grande comício —, o ex-governador pernambucano Miguel Arraes divulgou um manifesto político.

Além de preparar o caminho de sua volta, o documento de Arraes tem o propósito de tornar claras suas idéias sobre o processo político brasileiro. Pois, até agora, contrastando com as articulações do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, que avança com seu PTB dentro do espaço da oposição, Arraes tem sido bastante reservado.

Uma das primeiras coisas que Arraes vai fazer no Brasil, depois do comício em Recife e da visita à sua mãe na cidade de Crato, no Ceará, será filiar-se ao MDB. Em suas poucas declarações no exílio, ele tem se colocado ao lado dos autênticos do MDB, defendendo a formação de um

bloco de oposição cuja principal tarefa, em sua opinião, é a mudança do regime brasileiro.

Em seu manifesto, publicado pela imprensa brasileira no domingo dia 19 de agosto, Arraes afirma que ultrapassada a fase de debate da anistia, Arraes pensa que o próximo grande passo será a luta por uma Constituinte, uma bandeira que deve ser defendida por todos os opositoristas. Para chegar à Constituinte, no entanto, Arraes acredita que será indispensável manter a unidade das oposições.

Apesar de discordar do esforço de Brizola para criar o PTB, Arraes acha que ambos podem (e devem) trabalhar unidos pela mudança do modelo político e econômico brasileiro. "As divergências políticas são saudáveis e até necessárias, mas o objetivo primordial da oposição é mudar o regime", diz Arraes num trecho de seu manifesto.

No documento, há também um recado para Lula, o líder sindical paulista. Diz Arraes que Lula, pernambucano, não pode esquecer que é um pau-de-arara e, como tal, não deve esquecer de todos os trabalhadores urbanos e rurais brasileiros que se encontram atualmente em situação muito pior do que os metalúrgicos do ABC. Segundo o ex-governador pernambucano, a tarefa dos sindicalistas emergentes, neste momento, não é fazer comparações entre os metalúrgicos do ABC paulista e os trabalhadores alemães (que ganham seis vezes mais), mas ajudar a organizar as outras categorias de trabalhadores brasileiros que ganham até seis vezes menos do que os metalúrgicos do ABC.

Alguns políticos com bases eleitorais no ABC paulista reconhecem que o nome de Arraes tem forte penetração em todo o cinturão industrial de São Paulo, onde é muito numerosa a colônia nordestina que se transferiu para o Sul em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Por isso, embora pretenda fixar residência em Recife, onde vai alugar uma casa para juntar novamente a família (ele tem dez filhos espalhados pelo mundo), Miguel Arraes vai montar um escritório em São Paulo e outro no Rio. Um dos seus projetos é viajar bastante pelo interior brasileiro para sentir de perto o que aconteceu nos últimos 15 anos em que teve de ficar no exterior.

Noé Mesquita

Encontro Nacional das Cooperativas de Jornalistas

Nos dias 13, 14 e 15 de setembro realiza-se em Porto Alegre o II Encontro Nacional de Cooperativas de Jornalistas, promovido pela Coojornal. O tema do encontro foi subdividido em três itens:

I. **As cooperativas de jornalistas e seu funcionamento:** Formas de organização e funcionamento; as relações com os associados (Participação, Produção e Remuneração); a legislação cooperativista e as cooperativas de trabalho; formas de obtenção de crédito e financiamento.

II. **As cooperativas de jornalistas e a sociedade:** O significado e a importância das cooperativas de jornalistas como alternativa; os objetivos do cooperativismo jornalístico; sua participação na sociedade; as relações dos jornalistas cooperativados com a categoria e a profissão; a integração com as demais cooperativas.

III. **Integração de atividades:** Agência de notícias — viabilidade da criação e forma de organização; intercâmbio de informações sobre nossas cooperativas.

Os companheiros interessados em apresentar proposições para debate sobre estes temas devem encaminhá-las à Coojornal até o próximo dia cinco de setembro, quando será encerrado o prazo de inscrições.

O encontro será aberto às 8h30min do dia 13 de setembro. Nesta plenária de abertura, cada cooperativa terá cinco minutos para apresentar um relato de suas atividades. Após isto, serão expostos todos os temas a serem discutidos no Encontro, e depois começarão a se reunir as comissões.

O prazo para inscrições encerra dia 10 de setembro.



PERSEGUIÇÃO E MORTE DE LAMARCA

Por Paulo Marconi

O coveiro George Flaviano, do Cemitério Campo Santo, de Salvador, declarou aos jornais no dia 21 de setembro de 1971:

— Nem sei se o morto é homem ou mulher. Eu não entendi muito este enterro. As pessoas não estavam chorando e na capela não havia o nome de ninguém. Sobre a cruz, tinha apenas uma coroa de lata, oferecida pela funerária.

Ele acabara de cobrir com terra o cadáver do ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca, morto dois dias antes por uma das equipes policiais que o perseguiram há quase um mês pelo inóspito sertão baiano. Com o *capitão do terror*, conforme diziam os jornais na época, baixaram à cova as últimas esperanças dos que acreditaram na revolução armada no Brasil: acossado por uma perseguição implacável (600 homens, aviões, helicópteros), abatido pela fome, pelo cansaço e pela asma, o guerrilheiro audacioso e de pontaria certa não chegou a reagir. Foi metralhado deitado, à sombra de uma árvore, junto com um companheiro.

A verdade sobre a sua morte, no entanto, não viria a público por muito tempo. "Houve tiroteio com as forças de segurança e os terroristas foram mortos", dizia a nota oficial, difundida por toda a imprensa, então sob rigorosa censura. Em abril deste ano, e par-

tindo do depoimento de Olderic Campos Barreto (irmão do homem que morreu com Lamarca), na Auditoria Militar da Bahia, jornais e revistas do centro do país reconstituíram parcialmente aqueles acontecimentos que abalaram a região de Brotas das Macaúbas há oito anos.

O nome de Carlos Lamarca surgiu ligado à luta armada de forma surpreendente. Embora conspirasse contra o governo desde 1964 — em dezembro desse ano ajudou o ex-capitão aviador Alfredo Daudt (ligado a Brizola) a fugir da prisão da 6ª Cia de Polícia Especial de Porto Alegre — ele foi, até janeiro de 1969, um militar insuspeito.

A tal ponto que em dezembro de 1968, quando se intensificavam os assaltos a bancos em São Paulo, ele foi contratado para ministrar aulas de tiro às funcionárias do Bradesco em S. Paulo (naquele ano havia vencido o campeonato de tiro do II Exército). Em janeiro de 69, quando fugiu do 4º Regimento de Infantaria em Quitaúna, SP, levando 63 fuzis automáticos, dez metralhadoras e munição, seu pai, o modesto sapateiro Antônio Lamarca, morador no morro de São Carlos, no Rio, disse que toda a família estava chocada e "não sabia explicar a atitude do Carlinhos".

O Exército, no entanto, na nota que distribuiu à imprensa dias depois, atribuiu-lhe o comando de oito ações terroristas até deixar o quartel. Depois que caiu na clandestinidade foram-lhe atribuídas pelo menos 12 operações, algumas delas de grande envergadura e ousadia, como é o caso do roubo do cofre pertencente ao ex-governador paulista Ademar de Barros. O cofre, de 200 quilos e contendo 2,4 milhões de dólares e Cr\$ 10,3 milhões, foi retirado de uma casa no bairro Santa Teresa, Rio, em julho de 1969 e foi considerado "o maior assalto realizado por um grupo de subversivos no Brasil".

Em 1970, com os principais grupos armados virtualmente desmantelados, Lamarca passou a defender a guerrilha rural e empenhou-se em estabelecer uma base de treinamento no Vale da Ribeira, em São Paulo. Os planos, porém, foram descobertos e ele e seu pequeno grupo foram cercados pelo Exército antes de começarem a agir, em meados daquele ano.

Quando conseguiu escapar ao cerco, foi esconder-se no Rio e daí foi à Bahia. Nas páginas seguintes, reconstituem-se os principais lances da caçada a Lamarca, até sua morte.

(continua)



"Por ordem superior, fica proibida qualquer nota sobre a prisão efetuada na av. Sete de Setembro, trecho Sulacap-Barra (Ordem da Censura à imprensa baiana, de 6.8.1971)

Em março de 1971, o estádio da Fonte Nova, em Salvador, foi reinaugurado pomposamente, com a presença do presidente Emilio Garrastazu Médici.

Entre os torcedores estava Solange Lourenço Marques, que fora assistir ao jogo de futebol para encontrar-se com outro membro da organização MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro). Como anteriormente havia-se espalhado o boato de que as arquibancadas recém-construídas não resistiriam ao peso dos espectadores, houve pânico durante o jogo e algumas pessoas morreram e ficaram feridas.

Solange, fora de si por causa de um surto esquizofrênico, desencadeado pelo pânico, saiu errática pela cidade. Ao passar defronte à antiga Delegacia de Jogos e Costumes e ver um policial armado, entregou-se, dizendo coisas incompreensíveis, mas afirmando sempre que era "uma subversiva".

O delegado de plantão, mesmo sem acreditar muito na história, decidiu recambiá-la para a polícia federal, onde, com assistência psiquiátrica, passou a revelar nomes e aparelhos da organização na Bahia.

Entre outros nomes, Solange mencionou o de Eliana Gomes de Oliveira, filha de um oficial da Marinha que depois, ao ser presa, passou a colaborar com os órgãos de segurança.

A partir destas duas prisões, começou o desmantelamento do MR-8, certamente o último grupo armado remanescente no país, depois da morte de Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, da Aliança Libertadora Nacional (ALN).

Nesta altura, o capitão Carlos Lamarca — que pertencia à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), praticamente aniquilada pelos órgãos de segurança — estava se juntando ao MR-8, optando por ir para o centro-oeste da Bahia onde pensou ficar em segurança.

No dia 27 de junho, numa kombi dirigida pelo ex-estudante secundarista José Carlos de Souza, que era elemento de ligação da organização entre a Bahia e o Rio de Janeiro, Lamarca e sua companheira Iara Yavelberg viajaram para a Bahia. O capitão acampou numa mata vizinha ao lugarejo chamado Buriti-Cristalino, em Brotas de Macaúbas, a 600 quilômetros de Salvador. Iara ficou em Jequié, de onde tomou um ônibus em direção à capital baiana.

Na noite de seis de agosto, na avenida Sete de Setembro, a principal de Salvador, os órgãos de segurança prenderam José Carlos de Souza, de codinome Rocha. Vieram agentes do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica do Rio, que eram especialistas em MR-8, e, de São Paulo, veio o delegado Sérgio Paranhos Fleury, então no Dops.

Foi através das informações arrancadas sob torturas a José Carlos, então com 20 anos, que a polícia chegou ao aparelho em que estava Iara Yavelberg, um apartamento no bairro classe média da Pituba.

"Não sei o que seria do nosso relacionamento, e repito — você é minha mulher, o que de mais lindo existe na minha vida. Te adoro mesmo, a minha cuca é tua" (Carta de Lamarca para Iara, escrita em 11.8.71 e interceptada pela polícia)

"Lamarca tinha razão em se apaixonar por uma mulher dessas", dizia o excitado procurador militar Antônio Brandão Andrade, mostrando as fotografias do cadáver despido de Iara Yavelberg aos funcionários da 6ª Auditoria Militar em Salvador, em 1971.

Seu corpo ficou por mais de um mês embalsamado e lacrado num caixão de zinco numa das gavetas do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, pois as autoridades acreditavam que Lamarca iria tentar resgatá-lo. Numa outra carta, ele havia dito: "Vou te ver, nem que seja a última coisa na minha vida".

Atiradores de elite ficaram postados por vários dias nas imediações do Nina Rodrigues e só relaxaram a vigilância quando o capitão foi morto no sertão baiano.

Iara Yavelberg, descendente de judeus, suicidou-se na manhã do dia 20 de agosto. Ao se ver cercada por agentes da polícia



Carlos Lamarca, casado, pai de dois filhos, tinha 33 anos na época em que foi morto. Um dia antes de abandonar o exército mandou a mulher e os filhos para Itália (depois eles foram para Cuba)



Iara Yavelberg, a loura companheira de Lamarca na clandestinidade. Ex-professora, estava escondida num apartamento em Salvador. Descoberta e cercada pela polícia, suicidou-se com um tiro no peito.



José Campos Barreto, o Zequinha, ex-cabo do Exército, ex-seminarista, ligou-se a Lamarca quando serviu com ele no quartel de Quitauína, em julho de 1966. Esta é a única foto sua que sobrou, hoje, toda comida pelas traças.

federal deu um tiro de revólver no peito, entre os dois seios. Na ocasião foram presas outras três pessoas.

Ao mesmo tempo destas prisões, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) se apossava, no Rio, do diário de Lamarca — uma série de cartas que ele havia escrito e mandava para Iara em Salvador. Numa das freqüentes batidas policiais, que interceptavam o trânsito das principais avenidas no Rio, César Queiroz Benjamin, também do MR-8, abandonou um Volkswagen e fugiu, deixando no banco traseiro essa correspondência escrita por Lamarca no interior baiano.

Então, com as informações de José Carlos de Souza, mais os depoimentos dos que foram presos no apartamento de Iara e com o diário (Lamarca descrevia a região onde estava, em alguns trechos), o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) passou a fechar o cerco.

Sérgio Fleury, que já ostentava como troféus os cadáveres de Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, o Velho, também empenhou-se na caçada a Lamarca e dirigiu-se para Brotas de Macaúbas, onde o capitão estava escondido.

"De ordem superior, fica terminantemente proibida qualquer divulgação referente à morte de terroristas ocorrida neste estado" (28.8.71)

O primeiro policial do Codi a ir para a região foi o agente Emanuel Cerqueira Campos, da polícia federal de Salvador. No dia 21 de agosto, um dia após o suicídio de Iara, ele viajou para Brotas de Macaúbas em companhia de um informante para determinar "a área mais provável onde estavam localizados Lamarca, Dino, Luis Antônio Santa Bárbara e outros". (Dino era o codinome de João Lopes Salgado, alto dirigente do MR-8 e ex-suboficial da Aeronáutica, atualmente exilado na Bélgica. Santa Bárbara também era do MR-8).

Num veículo com chapa fria, o agente federal conseguiu saber na cidade que quase dois meses antes, no final de junho, três pessoas haviam passado a noite numa pensão. Os três andavam numa kombi de cor creme, placas de Belém do Pará.

As descrições físicas deles correspondiam às de Lamarca, de José Campos Barreto (filho da região e muito conhecido por todos, como Zezinho) e de José Carlos de Souza, a esta altura já preso. Com esses dados, o agente federal voltou a Salvador no dia 25/8.

Segundo seu relatório de viagem (número 18/71), "ao chegar nesta delegacia regional da polícia federal, através de elementos do Codi/6ª RM, tomei conhecimento de dados extraídos de uma carta de Lamarca, na qual existiam vários itens que permitiram uma maior certeza da presença dele naquela área de Brotas das Macaúbas".

O então delegado regional da polícia federal, coronel Luiz Arthur de Carvalho, ordenou-lhe que voltasse à região para descobrir a localização exata de Lamarca.

Munido de fotografias dos procurados, o agente esteve até com o dono da pensão que havia hospedado os três e que, por sinal, era parente de José Campos Barreto, o Zequinha. Reconhecidos todos, ele tomou

mais informações quanto ao lugarejo chamado Buriti-Cristalino onde morava a família de Zequinha.

Depois, certo de que Lamarca estava lá, o agente foi à cidade de Ibotirama, à beira do rio São Francisco, onde pelo serviço de rádio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem comunicou-se com a polícia federal. Recebeu, então, ordens para esperar no dia seguinte a chegada do major Nilton Cerqueira, chefe da 2ª Seção (Informações da 6ª Região Militar).

No dia seguinte, esse major — posteriormente, promovido a coronel — chegou, acompanhado por uma equipe do Cisa do Rio e de outra do Dops paulista, chefiada por Fleury. No total: 47 pessoas.

Às 5 horas da manhã do dia 28 de agosto, um sábado, mais de 15 agentes cercaram a casa do velho José de Araújo Barreto, agricultor, pai de Zequinha.

A casa do velho, na época com 65 anos, ficava no Buriti-Cristalino, um lugarejo de 100 habitantes, distante 18 quilômetros de Brotas de Macaúbas. Otoniel, 20 anos, irmão de Zequinha, foi logo preso e espancado pelos policiais, que estavam à paisana e não se identificaram. Seu irmão, Olderico, ao vê-lo apanhando passou a atirar com um velho revólver de calibre 32 e foi atingido no rosto e na mão direita por uma rajada de metralhadora.

O delegado Fleury, que chefiava os policiais e que chegou ao local montado numa mula gaza do prefeito de Brotas de Macaúbas, começou a bater no velho, sempre perguntando por Cirilo, nome com que Lamarca havia assinado as cartas enviadas para Iara.

Quando Otoniel viu seu pai sendo espancado, burlou a vigilância dos policiais e se apossou de um revólver que estava no chão.

Deu um tiro, que não feriu ninguém e saiu correndo para se esconder no mato, mas, foi atingido por uma bala nove milímetros na cabeça. Já no chão, foi atingido por mais quatro disparos.

Durante o cerco à casa, Santa Bárbara, o outro que acompanhava Lamarca, suicidou-se com um tiro no ouvido. Ele estava em Buriti ensinando na escolinha primária, que não tinha professor.

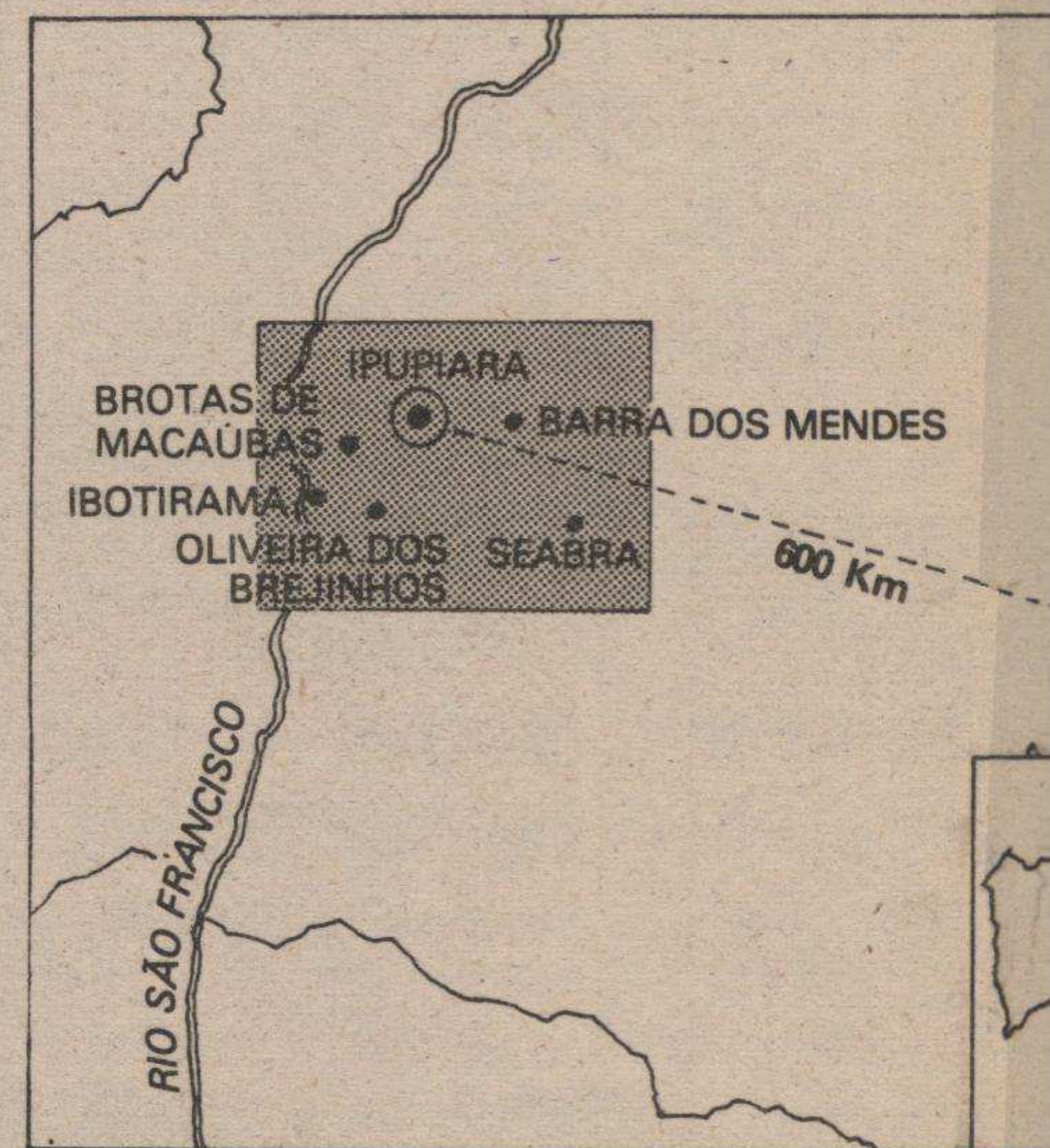
Olderico, então com 23 anos, foi torturado no local, mesmo estando ferido, para dizer onde estava Cirilo. Como nada informou, foi levado de helicóptero para o município vizinho de Oliveira dos Brejinhos onde um médico da Aeronáutica costurou-lhe os ferimentos sem qualquer anestesia. No dia seguinte, após uma noite de torturas foi levado para Salvador num avião da FAB tendo como companhia a bordo, além dos policiais, os corpos de seu irmão Otoniel e de Santa Bárbara.

Zequinha e Lamarca, que estavam acampados a menos de dois quilômetros da casa do velho José Barreto, fugiram ao ouvirem o tiroteio. Fleury e seu grupo permaneceram no lugarejo até a sexta-feira seguinte, carregando o velho para todos os lugares vizinhos na esperança de encontrar os dois.

Desiludidos, seis dias depois, partiram dizendo que "a esta altura, eles já devem estar em Cuba".

"Por ordem superior, fica proibida a publicação em jornais, revistas e televisão

A REGIÃO DA CAÇADA, NO SERTÃO BAIANO



Fotos de Rino Marconi



Brotas de Macaúbas, 1.500 habitantes, no sertão baiano. Foi o centro da Operação Pajuçara, como se chamou a caçada a Lamarca e seus companheiros

MORTE DE LAMARCA

de fotografias do cadáver de Carlos Lamarca" (Ordem da Censura, 20.9.71)

"Por determinação do presidente da República, qualquer publicação sobre Carlos Lamarca fica encerrada a partir da presente, em todo o país. Esclareço que qualquer referência favorecerá a criação de mito ou deturpação, propiciando imagem de mártir que prejudicará interesses da Segurança Nacional. Revistas poderão difundir noticiários objetivos sem sensacionalismos" (22.9.71)

A polícia foi embora, mas deixou o prefeito e o juiz de Brotas de Macaúbas encarregados de informarem imediatamente caso surgisse qualquer pista de Lamarca. Lá pelo dia 14/9, chegou um esbaforido camponês, Toni Virgilo, primo de Zequinha, informando que os homens haviam passado por sua casa, pedindo água e comida.

O prefeito foi para a mineração Boquira (da Penarroya, ligada ao grupo Rottschil) utilizar seu serviço de rádio, enquanto o juiz via mais de 200 km até a cidade de Irapua, de onde comunicou o fato à 6ª Região Militar. No dia seguinte, os militares já estavam de volta.

Comandados pelo major Cerqueira, começaram a patrulhar toda a área, inclusive com helicópteros, e a prometer recompensas para quem desse qualquer informação. Às 15 horas do dia 17 de setembro, uma sexta-

feira, Lamarca e Zequinha, extenuados pela fome e pelo cansaço, foram encontrados descansando sob a sombra de uma baraúna, em plena catinga e a menos de 50 metros do lugarejo chamado Pintada, no município de Ibutiara.

Lamarca, 33 anos, estava deitado e morreu com, pelo menos, seis balas no corpo. Zequinha, que estava recostado no tronco, ainda teria conseguido levantar-se e correr, antes de ser metralhado.

"O médico Charles Pitex ao preencher a ficha de Carlos Lamarca, no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, ficou em dúvida sobre a natureza do óbito: homicídio, suicídio ou acidente" (O Globo, de 21.9.71)

Até hoje não se tem acesso aos laudos cadavéricos de Lara Yavelberg, Lamarca e Zequinha. "A polícia federal trancou estes documentos a sete chaves", afirma a dra. Maria Teresa Pacheco, uma alagoana que dirige, desde 1972, o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, em Salvador.

Os três corpos foram ali autopsiados e, no entanto, não há sinal dos laudos no Instituto. "Eu até já pedi à polícia federal para me enviar cópias desses três laudos, pois eu tenho interesse científico neles, mas até hoje não mandaram".

Na época, o delegado da polícia federal

em Salvador era o coronel Luiz Arthur de Carvalho, da reserva, integrante do Codi baiano pelo cargo que ocupava. Em 1974, ele saiu da polícia federal (já como Superintendente Regional) para assumir o cargo de secretário de Segurança Pública da Bahia.

Hoje, ele evita falar desses acontecimentos de oito anos passados. Quando procurado com muita insistência, aconselha, num tom irônico, a que se procure os arquivos da 6ª Região Militar: "Lá eles têm tudo sobre a operação. Eu não tenho nada aqui em casa e a gente não pode falar apenas pela nossa memória. Tem que ter um arquivo à disposição".

O médico legista Charles Pitex, após fazer a autópsia em Lamarca, disse à imprensa que "era um homem inteiramente saudável. Ele morreu muito magro, magríssimo mesmo, mas isto foi por falta de alimentação". Hoje o dr. Pitex está aposentado, aos 72 anos, e com um acentuado processo de arteriosclerose que o impede de lembrar-se das autópsias feitas em Lara, Zequinha e Lamarca.

"O corpo de Lara Yavelberg, amante de Lamarca, continua numa gaveta do necrotério... Professora, desquitada de um médico, ela tinha 30 anos. Suas primeiras ações políticas foram durante as manifestações estudantis de 1968" (do Jornal da Tarde, 21.9.79)

O prédio de três andares, no bairro da Pituba, foi totalmente cercado. Megafone em punho, o coronel Luis Arthur gritou para os moradores do apartamento 202 se entregarem e saírem de mãos para cima. Não obtendo resposta, os policiais passaram a jogar bombas de gás lacrimogêneo para dentro do apartamento, invadindo-o logo depois, sem disparar um tiro.

"Acordei com uma barulheira danada e saí à janela para ver o que era. A primeira pessoa que a polícia retirou do apartamento foi uma criança de dois meses", recorda Paulo Rezende, 32 anos, comprador funcionário da rede de Supermercados Paes Mendonça, e ex-morador do prédio.

Ele assistiu a quase tudo, da calçada em frente. Depois da criança, saíram presos dois adultos e mais a mulher que havia alugado o apartamento, a mãe da criança. Até aquele momento a polícia procurava apenas uma pessoa: João Lopes Salgado.

Como não o encontraram, os policiais foram embora, deixando três agentes dentro do apartamento. Quando o prédio voltava à normalidade um rapaz, um paulista, que morava ao lado do 202 entrou em casa e, indo em direção ao quarto da empregada viu lá dentro uma mulher loura, com dois revólveres na mão.

O rapaz voltou imediatamente, fechou a porta por fora e foi avisar os policiais, que pediram reforços. A loura, que até então não fora identificada pela polícia, havia pulado para o apartamento vizinho pela área de serviço, no fundo do prédio.

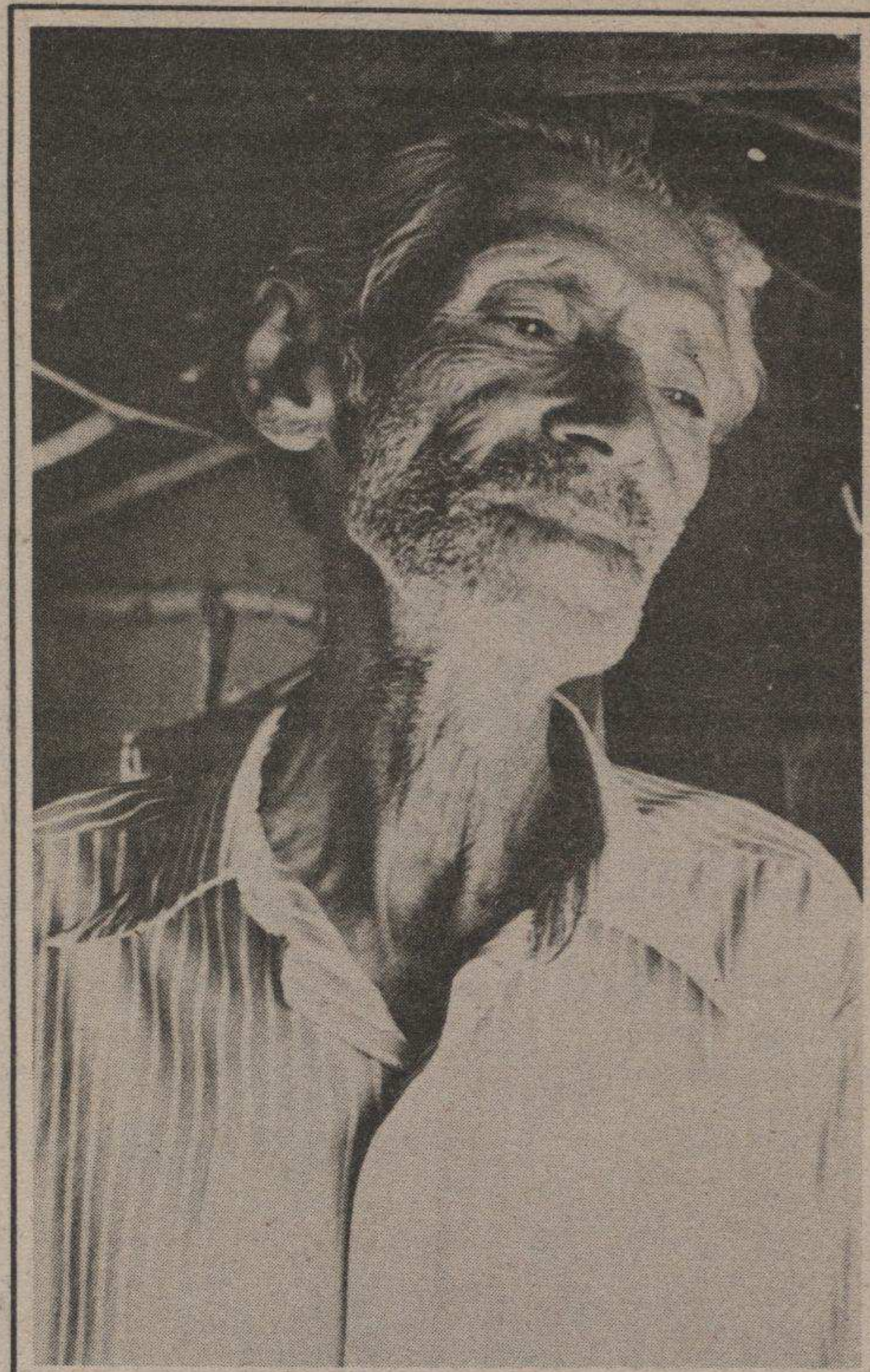
A polícia, então, quebrou a janelinha do quarto de empregada e jogou quatro ou cinco bombas em seu interior. "Aí, se ouviu um estampido e desceram com ela, um segurando pelas mãos, outro pelos pés. Como o meu carro estava em melhores condições de sair da garagem, os policiais me ordenaram que eu a levasse para o pronto-socorro, acompanhado por dois agentes. No meu fusquinha os policiais colocaram a loura no banco de trás com um deles e outro foi na frente. Não cheguei a rodar um quilômetro quando o que estava atrás me disse: Não precisa mais correr tanto porque ela morreu".

Conta Paulo Rezende que a loura trajava calça lee e blusa de malha com listras horizontais e que teve a curiosidade de levantar-lhe a blusa. "O tiro tinha entrado exatamente no meio dos dois seios e se via uma marca preta ao redor do ferimento, característica de um disparo à queimadura".

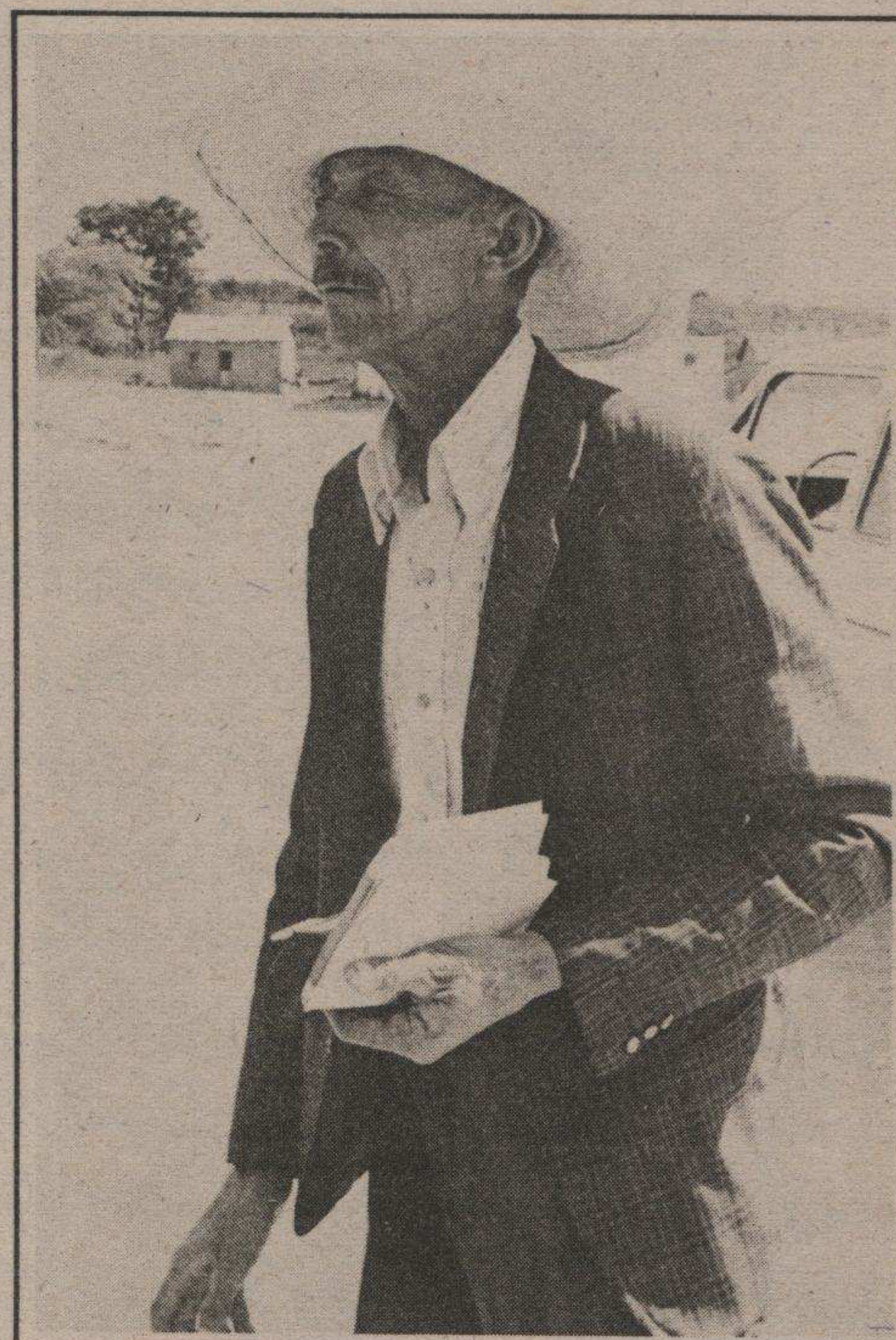
Rezende se recorda que aquela mulher não tinha sido vista por ninguém antes no prédio de seis apartamentos. "Era loura, branca, um físico tipo manequim 42, chegando para os 44".

A polícia ainda ficou por mais uns 60 dias trancada no apartamento, à espera de alguém, mas a única pessoa que conseguiram prender foi um vendedor de sandálias que chegou para oferecer sua mercadoria.

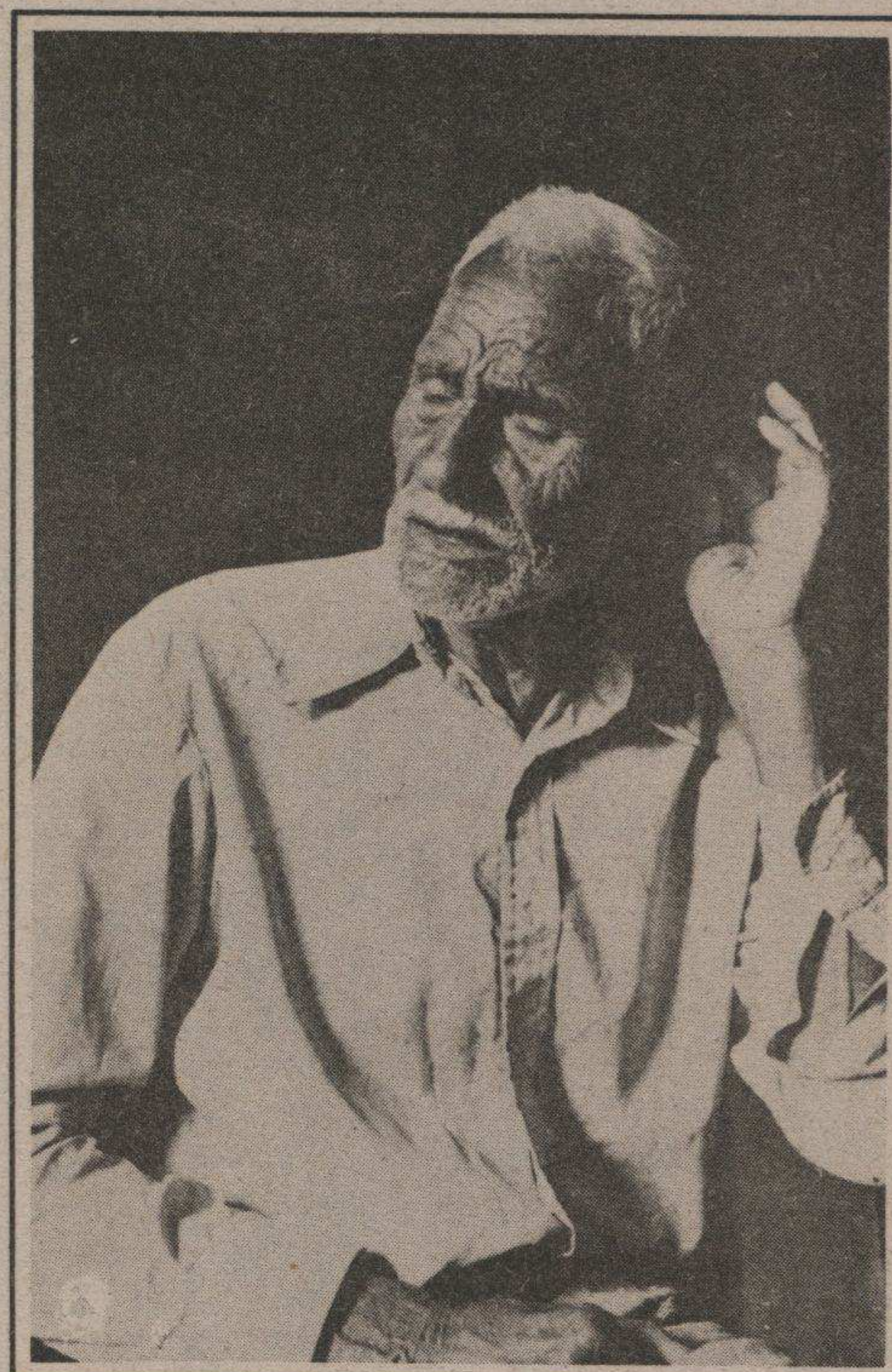
(continua)



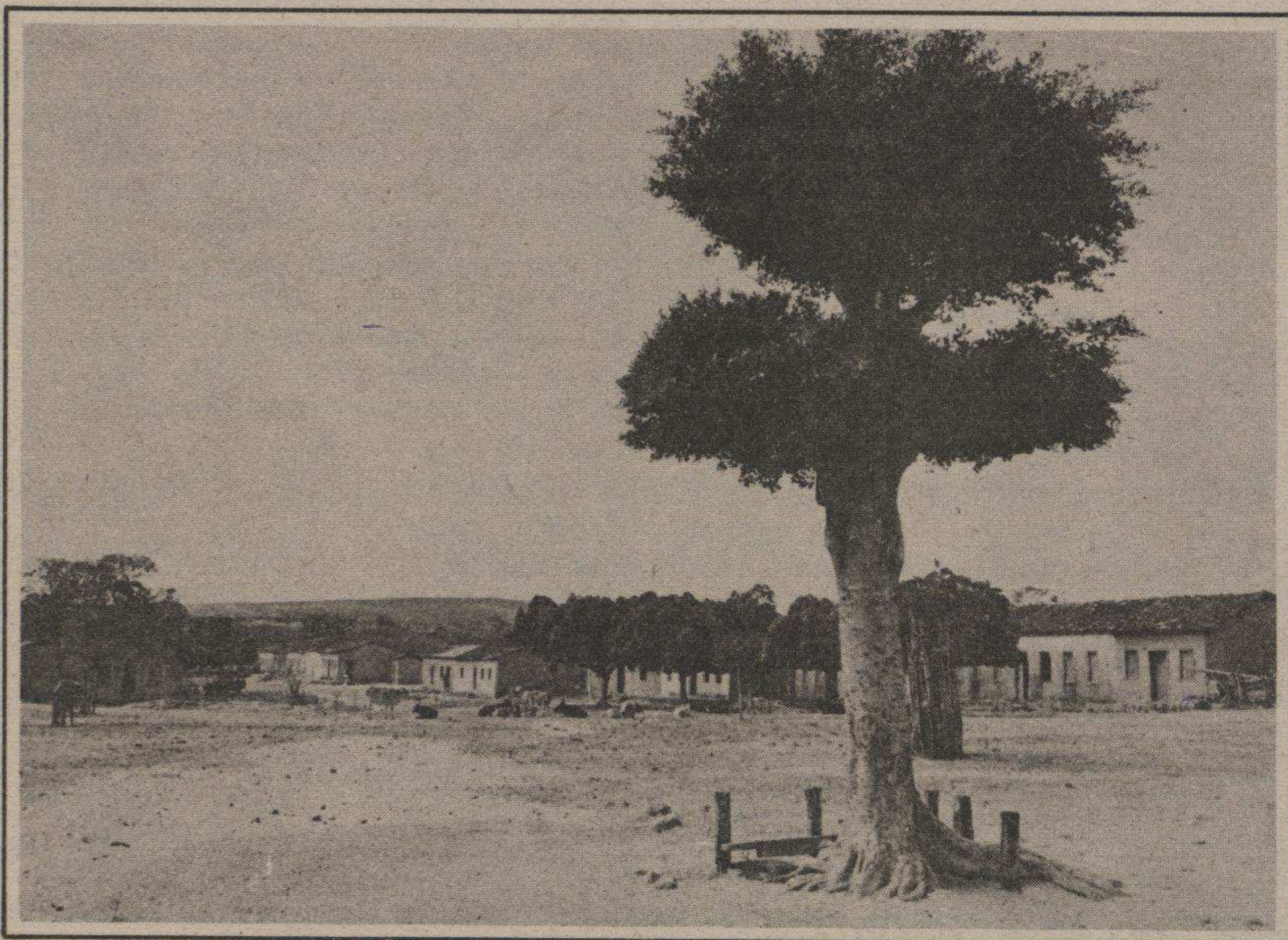
José Araújo Barreto, pai de Zequinha, o companheiro de Lamarca: "Eu vi coisas que nem sabia que tinha no mundo, vi o mundo de perna pra cima"



Genésio Nunes de Araújo, o carcereiro que conduziu a polícia até o lugarejo de Pintada, onde Lamarca e Zequinha foram mortos. Ele diz: "Lamarca nem saiu do lugar onde estava deitado"



Leolino Rodrigues dos Santos, seu Lió, trabalhou uma noite inteira para fazer um caixão bem largo, para os dois cadáveres. "Estavam magrotos", diz ele



Toda a região de Ibutiara, Brotas de Macaúbas e Ipujiara onde Lamarca passou seus últimos dias é fracamente povoada. Seus moradores — a maioria do campo — vivem da extração de cristal de rocha, do plantio do fumo, feijão, milho e mandioca. São municípios pobres, assolados pela seca durante metade do ano pelo menos.

Quase não existem médicos, as escolas são precárias e a política local é uma eterna disputa entre as sublegendas da Arena. O MDB, quando existe, serve apenas como voto de Minerva entre a Arena 1 e a Arena 2.



A frondosa baraúna em cuja sombra os dois descansavam, hoje, uma árvore seca

IANO



PERSEGUIÇÃO E MORTE DE LAMARCA



Rosalvo Machado da Rosa, escrivão de polícia, que não quis servir de guia para a equipe que encontrou Lamarca, acusa: "Todos ajudaram"



Antônio Rodrigues Barbosa, o juiz de Brotas, amigo de Zequinha e que ajudou muito os órgãos de segurança



Olderico Barreto, irmão de Zequinha, ainda responde processo na Auditoria Militar de Salvador. Ele diz: "Não precisavam ter torturado o meu pai, sabiam que ele não tinha nada com aquilo tudo"

"Não importa como vivemos: nenhuma dificuldade pode nos deixar um pouco frustrado ou um pouco indeciso" (de uma carta de Lamarca)

José Carlos de Souza, o **Rocha**, que conduziu Lamarca e sua companheira até a Bahia, é, hoje, um compenetrado professor de História em escolas particulares de Salvador. Ele carrega o estigma de ter aberto a área para a polícia chegar até Lamarca, mas não parece abalar-se muito com isso.

Tinha 20 anos e estava no curso secundário quando entrou para a clandestinidade, passando a fazer a ligação do MR-8 entre Rio e Salvador. Viajava trazendo e levando quadros da organização, armas e dinheiro.

Ele conta que foi João Lopes Salgado, também conhecido como **Dino** ou **Fio**, membro da direção de campo do MR-8, quem lhe deu a tarefa de ir ao Rio buscar um **quadro queimado** e trazê-lo para Brotas de Macaúbas. Foi ao Rio de ônibus e, lá, a organização lhe deu uma kombi, para levar o **quadro** e sua companheira, chamada Iara.

"Ao passarmos pela polícia rodoviária, na saída do Rio, o capitão já estava galgando, descontraído, sem papo político. Era como um preso que estivesse ganhando a liberdade, porque, no Rio e São Paulo, ou estava escondido em **aparelhos** ou então andando de carro de um lado para outro", diz Souza.

Seguiram pela BR-116 e, em Vitória da Conquista, já na Bahia, um volks da organização, que acompanhava a kombi, retornou. Mais tarde, em Jequié, Lamarca e Iara se separaram. "Os dois se gostavam demais", lembra ele. Iara foi para Salvador, os dois Lamarca seguiram, desta vez pela BR-2 (Bahia-Brasília), até Macaúbas, onde encontraram o Zequinha.

Aí deixaram a primeira pista, hospedando-se numa pensão e com Zequinha apresentando Lamarca a amigos, dizendo que ela era um geólogo do Pará. Conta José Carlos que "o capitão não gostou de ter-se hospedado numa pensão, onde foi visto por muitas pessoas mas como militar e por estar sob comando, não fez críticas".

Pouco mais de um mês depois, em Salvador, José Carlos foi preso e decidiu contar parte do que sabia ao delegado Fleury. Alega ele que, do dia seis (dia de sua prisão) até o dia 20 de agosto (véspera da queda do **aparelho** de Iara), a única coisa que a polícia tinha de concreto era a indicação que uma camioneta azul havia feito a mudança para o **aparelho**.

"Eu só falava quando solicitado. Sei que o Zequinha se permitiu alguns liberais quanto às normas de segurança, mas eu não devia ter aberto a área. Mas se não tivesse feito isso, eu não teria saído vivo", diz ele.

Surpreendentemente, não coloca muita ênfase ao tentar justificar sua não-resistência ao interrogatório: "Havia uma diretriz de que nós deveríamos morrer em combate ou torturados. A traição da minha parte foi não ter compreendido politicamente o que poderia resultar das minhas confissões. Foi um momento de grande fraqueza, mas psicologicamente não fui formado para morrer na tortura. Eu sequer imaginava o que era o processo de interrogatório de tortura".

José Carlos ficou preso dois anos.

"Os órgãos de segurança achavam que a região estava cheia de guerrilheiros, bem-armados, e detiveram várias pessoas para esclarecimentos" (Jornal da Tarde 21.9.71)

Brotas de Macaúbas, 1.500 habitantes, em pleno sertão baiano, ainda hoje, é uma cidade isolada do resto do país. Ali não chegam jornais ou revistas regularmente. As imagens da tevê ainda não a alcançaram.

Quem vê a cidade hoje, modorrente, não tem dificuldade em imaginar o espanto dos seus pacatos moradores quando começaram a chegar os enormes aviões C-47 da FAB, helicópteros (que eles chamam de avião parecendo aranha), dezenas de viaturas carregando

homens armados com fuzis e metralhadoras. Estima-se que 600 homens foram mobilizados na operação.

"Foi uma assombração", diz Otilia Maria de Moura, de 70 anos, dona da pensão Santa Teresinha, uma das três que hospedaram e deram de comer aos agentes de segurança. "Por favor, diga que nem Brotas nem Ibupira tiveram culpa. O povo ficou com medo porque os homens do esquadrão diziam que podiam vir aviões de Cuba para bombardear a cidade como vingança. Mas a gente não teve culpa pelo que aconteceu".

Não é de estranhar, portanto, que oito anos depois, qualquer desconhecido ainda desperte suspeitas na cidade. Se o desconhecido ainda por cima mencionar os acontecimentos de 1971 provoca mais do que suspeita, provoca medo.

Rosalvo Machado da Rosa é um dos poucos que aceitam, abertamente, falar no assunto. Escrivão de polícia, hoje com 68 anos, ele foi convocado para servir de guia aos agentes de segurança que caçavam Lamarca. Mas, escudado em sua fama de bebedor, recusou-se e, hoje, é um crítico da cidade.

Diz, por exemplo, que o juiz local, Antônio Rodrigues Barbosa, era velho companheiro de serenatas de Zequinha ("grande tocador de violão e excelente meio-campo do time de futebol"). Mas, para se ver livre de qualquer suspeita, o juiz empenhou-se em proporcionar todas as comodidades de alojamento às tropas que chegaram à cidade, chegando mesmo a bancar o policial no interior, procurando os dois fugitivos.

"Todos negam que tenham ajudado a polícia, ninguém diz que serviu de guia", grita o indignado escrivão, passando a citar uma lista de nomes de pessoas que tomaram parte ativa na caçada. Entre elas, o soldado Reuel Pereira da Silva, da Polícia Militar, que foi quem levou a turma de Fleury e do Cisa até a casa do velho José Barreto, no Buri Cristalino.

Reuel, encontrado num bar da cidade no final de julho último, não nega sua participação, mas não quer falar no assunto. Diz apenas que foi injustiçado, que não ganhou nada. Recebeu apenas 50 cruzeiros dados pelo major Cerqueira, quando as tropas já estavam voltando com Lamarca e Zequinha mortos.

"Aí, os dois sacaram as armas. Houve tiroteio e Carlos Lamarca e Zequinha morreram no local" (do depoimento dado pela equipe de policiais que localizou Lamarca à imprensa)

"Vocês são, afinal, o quê? Da polícia? Do Exército ou de onde?" Quem pergunta é Genésio Nunes de Araújo, 63 anos, carcereiro da delegacia local desde 1948. Ele não se deixa fotografar ("Vai perdoar a minha ignorância") e a muito custo admite o que toda a cidade sabe: ele foi o guia da equipe de seis homens que matou Zequinha e Lamarca quando estavam descansando à sombra de uma, então, frondosa baraúna.

Ele conta que, no começo da tarde de sexta-feira, 17/9, estava servindo de guia para o major Cerqueira e outros cinco agentes, dos quais ele só sabe o nome de um — Dalmar Caribé — que atualmente vive em Itapetinga, no sul do estado, como gerente de uma fazenda.

Seguiam algumas trilhas no meio da caatinga, por onde os dois fugitivos teriam sido vistos na véspera. "A gente descobriu o rastro de duas pessoas, uma de sapatos, outra de sandálias, (Lamarca, com bolhas nos pés, havia trocado, os sapatos por sandálias, perto de Pintada. Mas não demos muita importância. Seguimos para a frente, andando uma légua e como não vimos ninguém, voltamos pensando em acompanhar aquelas pegadas. Foi aí que o coração pareceu me dizer que eram eles. Quando a gente já estava perto de onde o rastro entrava pro meio da caatinga, veio um soldado correndo avisar que havia dois homens de baixo de um pé de baraúna. Aí tive certeza que eram eles".

A partir deste ponto, o carcereiro Genésio vai ficando cada vez mais reticente. Afirma não ter acompanhado o grupo de policiais até o local. "Eu pensei", diz ele, "eu não vou matar ninguém, en-

tão não vou nem lá, mesmo porque, nem estou armado".

Ele explica que se afastou até o ponto onde estavam estacionados os dois carros na entrada de Pintada e de lá ouviu, na companhia de um dos motoristas, duas descargas de tiros contínuos. Quando se aproximou, os policiais já vinham arrastando o corpo de Zequinha, que teria conseguido se afastar um pouco da árvore, tentando escapar.

Foi Genésio quem carregou o corpo de Lamarca ("Nem saiu do lugar onde estava deitado") até a camioneta veraneio. Foi ele também que junto com o agente Caribé (que seria um cabo do Exército) seguiu no carro que levou o corpo dos dois até o campo de aviação de Brotas onde ficaram expostos para a população ver. De armas, só foram apreendidos dois revólveres.

Genésio ganhou 100 cruzeiros do major Cerqueira.

Os dois corpos foram transportados num único caixão, feito por Leolino Rodrigues dos Santos, 87 anos, o seu Lió pai do juiz e marceneiro da cidade. Ele trabalhou durante toda a noite de 17 para 18 de setembro atendendo a ordem do tenente: "fazer, rapidamente, um único caixão, bem mais largo". Recebeu 50 cruzeiros "e um agrado" pelo trabalho.

Alto, magro, pele escura contrastando com cabelos e a barbicha brancos, seu Lió fala de Zequinha, num tom sentido, mas aceitando a sua morte como fatalidade e até como necessidade: "Zequinha, primo da gente, mas ninguém nem pensava isso dele. A polícia dizia que aqui ia ter um levante, que ele e os companheiros iam fazer uma encenra, que ia dar trabalho pra nação, que, se não fosse logo destruído aquilo, a região ia ficar um horror. A conversa aqui corria assim — se não se tomasse essas providências, diz que esse mundo por aqui ficava de uma maneira esquisita".

Quanto aos cadáveres, seu Lió foi vê-los no aeroporto e diz que "estavam magrotos".

O prefeito de Brotas de Macaúbas, em 1971, era o médico Valter Bastos de Mattos, da Arena 2. Ele conta que, um certo dia, um oficial do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), do Rio, chegou à cidade acompanhado de outros policiais e que reuniu os principais líderes da cidade para dar uma aula sobre Segurança Nacional.

Fez sua exposição, pediu a colaboração de todos para "caçar os terroristas". À prefeitura coube conseguir animais de montaria (Fleury passou a cavalgar uma mula gaza do prefeito), guias para a região, cobertores, comida e até o seu único carro, uma velha pickup. A partir daí começaram as buscas.

"Esse oficial soube que o juiz era muito amigo do Zequinha e me perguntou se não valia a pena dar-lhe um aperto. Respondi que não, porque ele era um covardão. Mas o juiz soube dessas suspeitas e quanto veio a segunda turma, já para matar Zequinha e Lamarca, o juiz só faltou se arrastar para agradecer os militares".

O ex-prefeito não entende é por que os dois perseguidos permaneceram na região e ainda foram descansar perto de um lugarejo, a poucos passos de uma estrada: "Até parece que eles estavam mesmo querendo acabar com tudo de uma vez".

Tranquilo, ele relata que os dois foram mortos por volta das 15 horas e imediatamente levados para o campo da aviação, onde ficaram toda a noite, guardados por soldados. "Foi uma bebedeira danada, uma farra. Lá pelo meio da noite davam rajadas de metralhadoras para comemorar".

O ex-prefeito conta ainda que, dois meses depois, os militares voltaram, acampando, desta vez, no aeroporto. Veio o general Argus Lima, comandante da 6ª Região Militar, para dirigir uma Ação (Ação Cívica Social), através da qual a população teve acesso a médicos, dentistas e até a um juiz do Trabalho para dar carteiras profissionais. Comentário do prefeito: "Isso foi para limpar a imagem negativa que deixaram. Para a população até que foi bom, pena que não dão essa assistência sempre".

PERSEGUIÇÃO E MORTE DE LAMARCA

"Os órgãos de segurança conseguiram passar uma esponja no caso. Não existe nada. Nem um papel, nem laudo, nada. Sabe a lei da selva? Pois bem, foi aplicada no caso Lamarca" (declaração da advogada Ronilda Noblat, que defende Olderico no processo ainda em andamento na Auditoria Militar em Salvador)

De 28 de junho (quando chegou a Brotas) até o dia 28 de agosto (quando chegou a polícia) Lamarca viveu acampado a uns dois quilômetros do fundo da casa de José de Araújo Barreto, o pai de Otoniel, Olderico e Zequinha. Destes, apenas Zequinha tinha ligações com o MR-8 e, mesmo assim, não pesava contra ele nenhuma acusação de assalto a banco ou homicídio.

Zequinha ou Santa Bárbara se revezaram levando a comida para Lamarca, que passava os dias lendo ou escrevendo textos políticos para discussão.

Segundo o diário apreendido pela polícia e parcialmente publicado pelo jornal *O Globo*, do Rio, ele "estava empenhado na construção do socialismo", devendo iniciar ali a *Revolução Cultural*. No dia seis de julho, usando uma enorme pedra como mesa para escrever, Lamarca dizia para Lara: "Entre existir ou não condições para a prática revolucionária, eu fico com a luta pela criação dessas condições na prática, o que não é um processo curto nem indolor. É longo, violento e cheio de humanismo". Quanto à deflagração da luta armada no campo, ele dizia taxativo: "Ela não é possível a curto prazo".

Somente quase um mês depois, é que o velho José Barreto, 72 anos, veio saber que Lamarca estava escondido perto da sua casa. "Não sabia nem quem era direito, só tinha visto uma vez seu retrato num cartaz na rodoviária de Salvador. Um dia o Roberto (Santa Bárbara) me disse: *Seu Zê, já era pra ter lhe dito uma coisa: aí no mato tem um companheiro nosso passando uns dias descansando, mas não quer ser visto nem dar o nome!* Mas o esquadrão não se conformou quando eu disse que não sabia onde ele estava".

"Todo o mundo sabia que o pai não tinha nada, mesmo a polícia sabia, mas tinham que assombrar a população e o



Em 1968, treinando funcionários do Bradesco contra os assaltos

torturaram à vista de todos", diz Olderico com lágrimas nos olhos. Seu pai, um sertanejo de 1,90 de altura, passou duas noites no pau-de-arara: "Quando precisava urinar, urinava e o líquido entrava pelo nariz".

Conformado, o velho José de Araújo Barreto, que continua morando na mesma casa e trabalhando na roça, diz apenas: "Eu vi uma coisa que nem sabia que tinha no mundo. Eu vi o mundo de perna pra cima e em cima de mim. Eu recebi uma coisa que, em comparação, só o mormaço dela deu pra assombrar a região toda. Eu até me admiro de estar aqui hoje".

Para ele, o pior não foram as torturas físicas: "Eles chegaram em casa dizendo que minha filha (Dolores, com 16 anos na época) era repariga do homem que estavam procurando. Me perguntavam: Cadê a menina que é repariga do homem que está lá no mato, seu velho descarado? Eu só fazia responder que não, que na qualidade de homem velho, pai de família e cristão não estaria de acordo com uma desgraça dessas".

Outra variante era Fleury ameaçar: "Velho, hoje vou dormir com tua filha". O velho ainda reclama da pilhagem que fizeram em sua casa, da qual não escaparam nem as fotografias da família.

Olderico ainda estava no hospital, quando soube da morte do seu irmão Zequinha e Lamarca. "Para mim foi uma triste surpresa, pois eu sabia que, com o tiroteio lá em casa, eles tinham fugido. A cada dia que passava eu somava mais 30 quilômetros na jornada deles e achava que tinham vindo na direção de Salvador. Eu não sabia que havia problema de doença. Lamarca estava doente, devia estar com asma ou um tipo de asfixia qualquer. Tinha que sentar e deitar e, como a jornada exigia que avançassem, meu irmão Zequinha pegava e levava ele nas costas".

O velho José de Araújo Barreto conseguiu mais tarde reconstituir parcialmente os últimos dias do seu filho e de Lamarca: "Eu soube que o José foi até o rio São Francisco, em Ibotirama, onde tentou que um médico fosse examinar Lamarca. Não conseguiu e voltaram para

vir morrer no terreiro de casa. Meu Deus, o rio estava seco, porque não atravessaram e fugiram? José disse a um conhecido que ele e Lamarca nos enxergavam lá da serra, quando a gente passava rente no avião (helicóptero) e que Lamarca queria muito atirar. Mas o José não deixava porque assim acabariam de me matar. Nos últimos dias, infelizmente com fome, José procurou uma tia nos Três Reis para arranjar comida e um primo seu, meu sobrinho, correu duas léguas até Brotas para vender. Foi vender um primo. Dizem que o José e o Lamarca ofereceram até 100 contos por um prato de comida e não deram. Foram na Pintada pedir que cozinhassem um peixe e foi só porta batendo na cara. Então, se afastaram e foram pra debaixo de uma árvore e deitaram. Diz que o José ainda levantou, o Lamarca morreu deitado. Mais tarde um tenente da Bahia ainda me disse que eu tinha tido sorte, que se o tiro que o Otoniel deu tivesse pegado em alguém, nem minha casa sobraria inteira. Ele me disse: Você ainda teve muita sorte".

A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL JÁ TEM UMA PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA.

É o ANO ECONÔMICO, uma publicação anual da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — COOJORNAL, dirigida a empresários, pesquisadores, professores e estudantes. Além de números e quadros, ANO ECONÔMICO contém, ainda, análises e estudos de mercado, além de comentários escritos pelos mais expressivos empresários de cada setor. Reserve agora seu exemplar ou exemplares, escrevendo ou telefonando para 33-5099. Use, também, nosso Telex nº (051) 1605.

**ANO
ECONÔMICO**

Uma publicação da COOJORNAL
Rua Comendador Coruja, 372 —
90000 — Porto Alegre, RS

Solicito enviar-me... exemplar(es) de ANO ECONÔMICO ao preço de Cr\$ 180,00 o exemplar para o que remeterei um vale postal ou cheque nominal para ANO ECONÔMICO Rua Comendador Coruja, 372, 90000 — Porto Alegre, RS

Nome

Endereço

Cidade..... CEP.....

Estado



Na Bolívia, um teste da democracia aparente

Eleições presidenciais com 32 partidos e um recorde mundial: oito partidos trotskistas

Por Júlio José Chiavenatto

Pode-se contabilizar pelo menos 32 partidos políticos na Bolívia, atualmente. Todos participaram ativamente nas eleições de 1º de julho passado, uns menos, outros mais. As esquerdas — tendo como carros-chefes o Partido Comunista Marxista-Leninista, de linha chinesa, e o Partido Comunista da Bolívia, de linha soviética — fragmentaram-se no apoio aos dois candidatos burgueses: Siles Zuazo e Paz Estenssoro. O POR (Partido Obrero Revolucionário) é trotskista, mas está subdividido pelo menos em oito facções e também uniu-se a Siles ou Paz.

Da esquerda, apenas não embarcaram no apoio aos candidatos burgueses (com acordos que lhes permitiam cadeiras no Parlamento) o PS-1 (Partido Socialista), que teve candidato próprio, e a VO (Vanguardia Obrera), que também disputou a presidência. O restante dos partidos são da direita e populistas.

O que funcionou mesmo nestas eleições foram os agrupamentos de partidos, heterogêneos alguns, unindo trotskistas e comunistas tradicionais aos fascistas e racistas. Um dos agrupamentos resultou, por exemplo, na UDP (Unidad Democrática y Popular), que lançou a candidatura de Hernan Siles Zuazo com o apoio do PC de Moscou e teve como candidato a senador Jorge Kolle Cueto, secretário do Comitê Central do Partido Comunista da Bolívia.

Enfim, da omelete de 32 partidos, surgiram duas forças eleitorais que disputaram os votos majoritários: a mencionada UDP, com Zuazo, e a Alianza-MNR, formada por sete partidos, além do próprio MNR, e com o apoio do Partido Comunista Marxista-Leninista, que apoiou Paz Estenssoro.

Além disso tudo, surgiram algumas forças interessantes no processo político-partidário boliviano. Além do PS-1, apareceu um movimento indígena, o MITKA (Movimiento Índio Tupaj Katari), com um candidato índio mesmo, surgindo como uma forma de protesto contra a exploração dos quechuas e aimarás pela sociedade branca.

Resumindo: oito blocos partidários disputaram as eleições, cada um deles com um candidato à presidência. Para formar estes oito blocos e alianças uniram-se os 32 partidos, inclusive com um recorde mundial que dificilmente será tirado da Bolívia: oito partidos trotskistas...

Os candidatos se xingam. E os dois têm razão

Hugo Banzer chegou ao poder em 21 de agosto de 1971, num golpe militar que teve a posterior colaboração de Paz Estenssoro e Siles Zuazo. Os dois, considerados traidores da Revolução de 1952, feita pelo povo, aparecem hoje como políticos que se contrapõem à ditadura inaugurada por Banzer. Esta perdurou até 1978, quando eleições fraudulentas elegeram um preposto de Banzer, o general Pereda, para a presidência, na primeira tentativa de democratizar o país.

O próprio Pereda comandou um golpe militar e, por fim, outro general, Padilha, deu seu golpe e anulou as eleições. E programou outra, num regime de aparente democracia, para 1º de julho de 1979.

Banzer, o ditador que fez as eleições fraudulentas e que por isto, aparentemente, foi destituído do poder, não foi punido. Pelo contrário: as Forças Armadas patrocinaram-lhe a candidatura à



A UDP, de Hernan Siles Zuazo, denunciando os crimes de Banzer

presidência. Evidentemente ele não poderia vencer: então, o mesmo núcleo de poder — os monopólios, os militares, o Departamento de Estado dos EUA — ressuscitaram os dois velhos fantasmas populistas, Estenssoro e Siles, para apresentarem-se contra Banzer. Esta tática impediu que a esquerda tivesse qualquer chance nas eleições bolivianas.

Além disso, Juan Lechin, presidente eterno da COB (Central Obrera Boliviana), depois de ameaçar seu apoio a Estenssoro, através da Frente Revolucionária Izquierdista, via Partido Comunista Marxista-Leninista (de linha chinesa, reacionário e obedecendo ordens de Washington e Pequim), lavou as mãos. Com isto, os sindicatos desinteressaram-se da luta política.

O outro Partido Comunista, burocratizado por Moscou, resolveu apoiar Zuazo. Por quê? Porque os dois partidos ficaram com medo de testarem-se e enfrentar uma campanha junto às massas.

Esse jogo todo ainda tem uma característica muito interessante: ninguém poderia, como não pôde, ganhar as eleições. Como se sabe, para vencer as eleições na Bolívia é preciso ter metade dos votos mais um. Impossível, quando o populismo ficou dividido entre Zuazo e Estenssoro e um forte contingente fascista (uns 18% dos votos) votava em Banzer.

Assim, com toda aparência democrática, as eleições foram uma farsa: no fim quem acaba elegendo o futuro presidente é o Congresso Nacional, manobrado pelos militares através dos partidos de centro-direita que, embora mascarados de centro-esquerda, apoiaram Estenssoro e Zuazo (1).

Mas, por que Siles Zuazo e Paz Estenssoro são traidores do povo?

É preciso explicar isso. Os dois fizeram uma ácida campanha de acusações mútuas, violentíssimas. Um acusava o outro de ter traído a Revolução de 1952; apresentavam fotos de massacres de índios e mineiros que os dois, quando presidentes da Bolívia, mandaram executar; as paredes de La Paz estavam cheias de relatórios de execuções de líderes operários e camponeses, que os dois mandaram fazer; os jornais traziam a pedidos de ambos os grupos políticos, denunciando a entrega do país ao capitalismo internacional pelos dois.

Fantástico: ambos tinham razão. Siles e Estenssoro são mesmo culpados de tudo que um e outro se acusam...

A Revolução de 52 na Bolívia foi a mais importante que já aconteceu na América do Sul, se formos vê-la pelo prisma da completa modificação que provocou na estrutura social e nas relações de trabalho no país. E também no cerne da economia — com a nacionalização das minas e do petróleo, em fases progressivas.

Essa revolução foi feita pelo povo. Não teve líderes. Não teve nenhum Fidel Castro, nenhum Che Guevara nenhuma Frente Sandinista. Nasceu espontaneamente da revolta popular e foi traída: quando chegou ao poder e teve que organizar o governo, não tinha líderes que conhecessem o mecanismo do Estado.

Assim, apareceu Paz Estenssoro, criando o MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionário), que surgiu no rastro da revolução. O povo entregou-lhe a liderança do governo.

Aos poucos Estenssoro — de cujo grupo fazia parte também Siles Zuazo — foi-se acomodando com a burguesia ferida. Fez voltar os privilégios, deixou de

ouvir os índios, fez acordos com os trustes que foram nacionalizados, harmonizou-se com a velha oligarquia, conchavou com o Exército.

Depois Siles Zuazo também foi presidente e seguiu mesmo caminho de Estenssoro. Os dois, quando os conflitos com a massa popular revolucionária se agudizavam, mandavam executar verdadeiros massacres. Depois de um período nacionalista com Ovando Candia, quando houve uma renacionalização dos bens bolivianos (petróleo, minas, etc.) e depois do governo de Torres, aconteceu o golpe de Banzer, em 1971. Seguiram-se oito anos de descalabro econômico e repressão violentíssima.

Até que o governo Carter inventou a política dos direitos humanos e, para não transformar a Bolívia (e algumas áreas críticas da América Latina) em novos Vietnãs, processou a redemocratização boliviana.

Um general do clube de Somoza e Pinochet

Hugo Banzer Suarez, de 55 anos, o ditador que em 1971 inaugurou uma das mais sangrentas ditaduras modernas na América Latina, faz parte do clube dos Somoza, Pinochet, Stroessner e Videla. Não tem a força de Pinochet nem a empáfia de Videla. Não é um homem acabado como Somoza nem marcado por um processo de corrupção tão flagrante como o de Stroessner.

Mas ainda é importante no processo político boliviano: não só consegue manobrar testas-de-ferro como Zuazo e Estenssoro como, ele próprio, se candidata à presidência da República e consegue a terceira votação.

O golpe que levou Banzer ao poder foi deflagrado no dia 21 de agosto de 1971. A oposição começou a ser liquidada violentamente. Prendiam-se os opositores e pela noite, nos porões da cadeia, eles eram fuzilados. Para justificar-se, Banzer afirmava que os mortos eram abatidos em luta armada, aproveitando-se a existência anterior das guerrilhas de Nancahuazú. Os opositores eram mortos por forças paramilitares, mas o Exército não tardaria a também manchar de sangue suas mãos.

As torturas eram comuns. O atual chefe militar do Governo, capitão Carlos Mena, também foi um grande torturador. Não só comandava um grupo seleto de torturadores como gostava de aplicar pessoalmente seus métodos. Uma de suas vítimas foi o líder operário Nicacio Guarachi. Ao não gostar de uma resposta dada por Guarachi, Mena perfurou os testículos do operário com agulhas infectas.

Outros tipos comuns de tortura: 1) o submarino, que consistia em deixar a vítima mergulhada numa tina de água, durante dias; 2) cinzeiro: os torturadores apagavam seus cigarros no corpo da vítima, queimando-lhe as partes genitais; 3) alicate: unhas, bigodes, mamilos e testículos eram arrancados ou esmagados com este aparelho; 4) espetar agulhas

1 — Hernan Siles Zuazo foi o vencedor das eleições, mas não obteve a maioria exigida. Coube então ao Congresso decidir e o Congresso elegeu Paz Estenssoro, mas também sem a maioria necessária. Diante do impasse foi escolhido um presidente provisório, Walter Guevara Arze, político da velha guarda. Ele fica até novas eleições, em 4 de maio de 1980.

Um estudo *confidencial* feito por técnicos do governo revela que o Programa Nacional do Alcool está completamente distorcido em seus objetivos sociais. Vai concentrar a renda favorecendo meia dúzia de grandes usineiros e expulsar pequenos proprietários e trabalhadores rurais do campo.



MAMATA, ESTILO 1980

Por Geraldo Hasse

O Proálcool pretendia distribuir a renda, reduzir as disparidades regionais e oferecer mais empregos no campo. Veja o que diz o estudo, concluído no ano passado e mantido em sigilo

Mamata (de mamar) — Substantivo feminino. Brasileirismo. Empresa ou administração pública em que mamam os políticos e funcionários desonestos. Ladroagem, comilança, roubalheira, marmelada.

(Do Dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda)

O mais amplo, profundo e minucioso diagnóstico já feito sobre o Programa Nacional do Alcool está pronto desde dezembro de 1978, mas sua divulgação foi proibida.

Em três volumes, com mais de 800 páginas, foi preparado por vários cientistas e técnicos contratados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão responsável pelo planejamento da política científica e tecnológica do país.

Intitulado *Avaliação Tecnológica do Alcool Etílico*, o trabalho levou seis meses para ser concluído e acabou recebendo o carimbo de **confidencial**.

Sua principal conclusão é que o Proálcool — distorcido e manipulado — está servindo para fortalecer alguns grupos que já eram ricos, como os usineiros de açúcar e os fabricantes de destilarias.

Em conseqüência, vem contribuindo para concentrar ainda mais a propriedade da terra, sem garantir novos empregos, pois o aumento da produção de cana-de-açúcar e de mandioca — as duas matérias-primas fundamentais do álcool — tende a ser feito através de uma crescente mecanização agrícola, que dispensa mão-de-obra.

Oficialmente, essas distorções não são reconhecidas pelo governo, que procura destacar o lado positivo do Programa, isto é, o aumento da produção de álcool e a crescente proporção de mistura à gasolina.

Em apenas quatro anos, de fato, a produção brasileira de álcool saltou de 550 milhões de litros (em 1975) para 3,8 bilhões (volume a ser produzido em 1979). A mistura de álcool à gasolina chegou à média nacional de 8% em 1978, devendo atingir 15% este ano.

Portanto, para quem imagina que o Proálcool foi criado simplesmente para substituir a gasolina, trata-se de um sucesso.

Mas ao ser criado, em outubro de 1975, o Programa Nacional do Alcool tinha também outros objetivos, como melhorar a distribuição da renda, reduzir as disparidades regionais, oferecer mais empregos no campo e conter o êxodo de camponeses para as cidades.

Estes objetivos foram fraudados. Na realidade, nunca foram perseguidos, pois o Proálcool transformou-se numa espécie de *mamata* feita sob medida para o benefício de poucos e esquecimento de muitos.

Em três anos de efetivo funcionamento — só começou a operar de verdade em meados de 1976 —, o Proálcool aprovou 230 projetos de construção ou ampliação de destilarias de álcool.

A maioria dos projetos (65%) concentrou-se na região Centro-Sul, principalmente no estado de São Paulo, onde a indústria açucareira possui considerável poder econômico e político. Obviamente, essa concentração contraria o objetivo do Proálcool de reduzir as disparidades regionais. Para isso, há um atenuante: as destilarias, afinal de contas, instalaram-se próximas dos principais centros de consumo. E, também, dentro de uma importante região produtora.

Combinada com essa primeira con-

centração, há outra bem mais grave: 40% dos projetos aprovados são de destilarias anexas, ou seja, aquelas construídas junto a usinas já existentes.

Para justificar o excesso de destilarias anexas, os técnicos do governo argumentam que elas são mais econômicas do que as autônomas, pois conseguem um custo de produção mais baixo para litro de álcool. É um argumento tecnicamente verdadeiro, mas ele também distorcido, pois enfatiza o aspecto econômico e esquece o social. Se por um lado permite que um litro de álcool saia da destilaria alguns centavos mais barato, por outro sustenta uma corrente de privilégios. Ao anexarem destilarias de álcool às suas usinas, os industriais do açúcar reforçam o seu poderio econômico, o que contraria o objetivo do Proálcool de desconcentrar a renda.

Os 230 projetos aprovados até hoje representam investimentos de cerca de dois bilhões de dólares — mais de 50 bilhões de cruzeiros. Desse total, o governo empresta de 80 a 90% do necessário para instalar a destilaria, com juros de 14%, 15% ou 17% ao ano, dependendo do tipo de usina (autônoma ou anexa) e da região, as mais favorecidas são as destilarias autônomas construídas nas regiões Norte e Nordeste. As menos são as anexas do Centro-Sul.

De qualquer forma, sempre é um bom negócio tornar-se produtor de álcool, pois os juros são pelo menos quatro vezes mais baratos do que os vigentes no mercado bancário. E os prazos de financiamentos são muito mais longos do que o necessário para instalar uma destilaria. Enquanto algumas destilarias começam a produzir apenas 18 meses depois do início da montagem, os empréstimos oficiais são amortizáveis em 12 anos, sendo três anos de carência (período durante o qual o beneficiário do empréstimo não paga nenhuma prestação). No final das contas, as destilarias saem quase de graça para os produtores de álcool.

Segundo cálculos do próprio governo, pelo menos metade dos 50 bilhões de cruzeiros já aprovados pelo Proálcool serão absorvidos diretamente pelos dois principais fabricantes de destilarias — Dedini e Zanini, dois grupos de capital

brasileiro, instalados no interior paulista (Piracicaba e Sertãozinho), que respondem por algo entre 80% e 90% dos fornecimentos para construção de destilarias. O restante dos equipamentos é fornecido por 13 pequenas fábricas, quase todas de São Paulo.

Trechos do relatório "confidencial" sobre o Proálcool

Mediante um simples carimbo de **confidencial**, o trabalho *Avaliação Tecnológica do Alcool Etílico*, assinado por vários especialistas convocados pelo CNPq, foi subtraído ao conhecimento público.

Financiado com recursos federais, seu conteúdo permanece em segredo, embora mereça (e exija) a reflexão e o debate dos brasileiros, pois analisa os primeiros resultados e as perspectivas futuras do Programa Nacional do Alcool, um dos mais ambiciosos e promissores projetos já criados no país.

Os trechos que seguem foram extraídos do seu sumário de conclusões e considerações finais:

BENEFÍCIOS — "A utilização do álcool como substituto parcial do petróleo, consubstanciada institucionalmente através do PNA, foi recebida com satisfação pelos setores ligados à produção de açúcar e álcool (agricultores, usineiros, industriais de bens de capital), pois a alternativa álcool vinha ao encontro das aspirações de tais setores, constituindo-se em excepcional estratégia estabilizadora no que tange às flutuações do preço do açúcar no mercado internacional."

OBJETIVOS — "O programa inicialmente apresentou diversos objetivos de caráter social e econômico. Atualmente verifica-se que estes objetivos do Programa não estão sendo alcançados. Em grande parte isto se deve ao fato do Programa ter-se baseado, quase que exclusivamente, no reforço da capacidade

instalada da agroindústria canavieira, espelhando de certo modo as distorções já patentes neste setor."

DESEQUILÍBRIO — "Talvez neste sentido o PNA esteja sendo realmente eficaz, dentro de uma racionalidade operacional distinta daquela formalmente alegada, cabendo ao circuito institucional existente funcionar exclusivamente como repassador de recursos que incentivarão a produção de álcool sem se preocupar com desequilíbrios regionais, fixação do homem ao campo, desemprego rural e a má distribuição da renda."

CONCENTRAÇÃO — "A configuração institucional resultante do jogo de forças políticas que intervêm na criação do Programa está orientada na direção de uma crescente capitalização da estrutura agrária, cujas conseqüências incluem a mecanização e a latifundização a título de estimular a produtividade e a redução do custo do álcool."

DIVERGÊNCIAS — "No circuito de aprovação de recursos para o Programa está ocorrendo, na realidade, a institucionalização de três aparatos técnicos de avaliação funcionando em paralelo e até superpostos, usando normas e critérios às vezes divergentes: o Banco Central, com uma ótica mais global de combate à expansão dos meios de pagamentos e de inflação; os agentes financeiros (dentre os quais o Banco do Brasil é o principal) preocupados com a análise do risco do financiamento; e a *Comissão Nacional do Alcool* — da qual nem o Banco Central nem aqueles agentes participam diretamente —, que muito embora não tenha aquelas preocupações restritivas acima apontadas, não consegue responder agilmente talvez pela existência de um equilíbrio artificial, onde tenta-se acomodar ou conciliar interesses divergentes e por vezes conflitantes. Desta forma, torna-se difícil uma dinamização e aplicação dos recursos do Programa no sentido de concretização de suas metas."

PRIVILÉGIOS — "No circuito de produção e fornecimento do álcool (...), a situação, atualmente, se reduz a um jogo de forças desequilibradas e unilaterais, onde o produtor exige, através de seus fortes, mecanismos de pressão, o aumento de seus privilégios como condição para fornecer álcool. Em contraposição, fica o estado na onerosa contingência de conceder os benefícios, sob pena de não dispor do produto conforme programado."

VANTAGENS — "...observa-se a falta de um aparato institucional à altura de um programa estratégico, de repercussão estrutural, como é o PNA e, principalmente, a falta de uma determinação política de enfrentar tensões e conflitos gerados a partir das mudanças estruturais essenciais à efetivação do Programa. Essa efetivação só poderá ocorrer se o Programa sair do ambiente fechado dos grupos diretamente interessados nas suas possíveis vantagens financeiras e políticas e se tornar objeto de debate amplo, que permita a tomada de decisões considerando-se os diversos interesses da sociedade brasileira."

CONSEQÜÊNCIAS — "... não se pode esperar que apenas um programa setorial contribua substancialmente para solucionar ou minorar problemas tais como a concentração de renda regional e outros, mas ao contrário tem-se verificado que: — os processos de exploração agrícola intensificados ou desencadeados pelo PNA têm contribuído para acentuar a concentração fundiária (...);

(continua)



Os bóias-frias, personagens típicos da zona canavieira do Centro-Sul. Não há a menor perspectiva de que os bilhões do Proálcool cheguem até eles



“No que se refere aos investimentos industriais, nota-se uma falta de preocupação em analisar os projetos do ponto de vista social...”

— não têm havido medidas efetivas de proteção aos pequenos proprietários, que muitas vezes se vêem obrigados pelas circunstâncias a dispor de suas terras (...);

— não existem até agora medidas reguladoras sobre áreas a serem incorporadas aos projetos, permitindo-se e possibilitando um intenso processo de substituição de culturas;

— essa substituição de culturas tem suas conseqüências em termos de suprimento alimentar tanto para grupos rurais quanto urbanos (...), tornando mais alto o custo dos itens básicos de sobrevivência das populações pobres;

— finalmente, conclui-se que não tem havido nem há perspectivas claras de que o Programa contribua para uma efetiva redistribuição de renda no país”.

LATIFUNDIZAÇÃO — “A implantação do PNA, baseada em grandes destilarias de cana — anexas e autônomas —, está contribuindo para acentuar a concentração da propriedade de renda a ela vinculada, através da maior utilização de áreas de usina, da extinção de grande número de pequenas propriedades e da conseqüente expulsão da população nelas residente; essa tendência se tornará irreversível se mantidas tanto as atuais condições dos proprietários de minifúndios quanto os incentivos aos detentores de maiores posses (...). No que se refere às destilarias autônomas de cana, a análise dos projetos aprovados demonstra uma maior tendência à utilização de cana própria, prevendo-se um intenso processo de agregação ou exploração de terras por parte destas destilarias, de modo que ocorra um acréscimo na área média das respectivas áreas agrícolas e conseqüentemente das propriedades.”

EXCLUSÃO — “Para a cultura da mandioca, a tendência é a criação de uma categoria de grandes produtores, cuja origem não estará nos pequenos produtores tradicionais mas no empresariado agrícola ou até mesmo nos empresários urbanos (...), o que afetará sobretudo as tradicionais áreas de pequenas propriedades (...). Estaria então fundamentalmente lesado o expresso objetivo do PNA de, através do álcool de mandioca, incentivar e incorporar o pequeno agricultor à agricultura comercial brasileira (...).”

BÓIAS-FRIAS — “Assim, a cultura da cana, que já se caracteriza pelas grandes propriedades, deverá intensificar essa tendência e a da mandioca, incorporá-la (...). A grande extensão de áreas demandadas e a tendência à monocultura deverá provocar um aumento do trabalho assalariado e, dentro deste, do trabalho volante sazonal (...). Mais ainda, se for intensificada a utilização de tecnologia moderna, poderá ocorrer o crescimento do trabalho sazonal concomitantemente à queda na oferta de empregos permanente (...). A expulsão (da mão-de-obra agrícola) provocará um aumento dos fluxos migratórios para os centros desenvolvidos (...).”

DESCAPITALIZAÇÃO — “Mantida a atual relação preço pago/custo operacional, os fornecedores de cana devem se descapitalizar pouco a pouco, o que poderá resultar numa transferência de suas terras às empresas usineiras, principalmente na região Centro-Sul (...).”

CUSTOS — “Analisando investimentos relativos a 163 projetos aprovados até julho de 1978 (...), observa-se um investimento médio da ordem de Cr\$ 10,74 por litro de álcool/ano produzido. No caso específico de destilarias que utilizam cana-de-açúcar (...), os investimentos médios são de Cr\$ 14,05 e Cr\$ 8,10 por litro de álcool/ano respectivamente para (destilarias) autônomas e anexas (...). No que se refere aos investimentos industriais, nota-se inicialmente uma falta de preocupação da Comissão Nacional do Alcool em analisar os projetos de investimento do ponto de vista social. A avaliação econômica realizada, mesmo do ponto de vista privado, deixa a desejar (...) Foram aprovados projetos que apresentaram uma taxa interna de retorno variando de 1,42% a 77,67% ao ano; tempo de recuperação do capital investido de 1,7 anos a 13 anos; e ponto de nivelamento entre receitas e custos variando de 15,1% a 66,4% da capacidade de produção dos respectivos projetos.”

SUBSÍDIOS — “Existem altos benefícios para os empresários advindos do fornecimento de recursos a uma taxa real de juros negativa; supondo uma inflação média de 45% a.a., os projetos da região

Norte-Nordeste têm até 55% dos investimentos industriais como subsídios diretos, enquanto para os da região Centro-Sul tais subsídios podem chegar a aproximadamente 44%.”

PESQUISA AGRÍCOLA — “...as pesquisas desenvolvidas sobre a cana-de-açúcar são dirigidas a soluções consideravelmente onerosas e intensivas em capital, as quais só são viáveis para os grandes produtores, funcionando, desta forma, para favorecer a marginalização dos pequenos produtores. Quanto à mandioca (...), essa cultura se presta excepcionalmente para ser cultivada por pequenos produtores, absorvendo mão-de-obra, consumindo poucos insumos modernos, resistentes a condições menos favoráveis de solo, doenças e pragas. No entanto, (...) a tendência é ser desenvolvida em sistema de produção radicalmente oposto. O total de recursos investidos em pesquisas nessa cultura é extremamente baixo (3,3% do total aplicado no país no setor agrícola); ao contrário da cana-de-açúcar (28,6%).”

BENS DE CAPITAL — “...a indústria de equipamentos para a obtenção de álcool (...) trabalhava, até a época do



No campo, a previsão é de mecanização e expulsão de camponeses...



Na industrialização, os maiores benefícios para as grandes usinas

início da implementação do PNA, com razoável capacidade ociosa, tendo sofrido então um brusco aumento na demanda (...). Estes equipamentos, não tendo sofrido nos últimos decênios nenhuma modificação substancial em sua concepção, podem ser caracterizados como relativamente obsoletos do ponto de vista tecnológico. A indústria é altamente concentrada, com dois grandes grupos sendo responsáveis por aproximadamente 90% do valor de produção do setor, ressaltando-se ainda que ambos os grupos mantêm estreitas relações com o setor açucareiro-alcooleiro (...). No que se refere a equipamentos para a produção de álcool de mandioca, já se observa um movimento, tanto do capital internacional quanto de pequenas empresas que se sentem em condições de concorrer neste mercado. (...) Tais pequenas empresas nacionais (...) estão encontrando dificuldades de ordem financeira para realizar seus projetos (...). A entrada do capital internacional tende a colocar em risco o desenvolvimento de uma tecnologia tipicamente tropical, a qual poderia, a médio prazo, ser objeto de exportação...”

DESPERDÍCIO — “Os desperdícios no consumo energético global das destilarias são consideráveis (processos ultrapassados, pouco aproveitamento de regeneração de calor nos processos, isolamentos deficientes, “lav-out” inconveniente (...)). O aproveitamento do bagaço como fonte energética (...) é feito de forma incompleta (...). É evidente a necessidade de apoio à formação de pessoal que possa desenvolver e operar uma tecnologia mais atual.”

DESNACIONALIZAÇÃO — “... além dos altos custos sociais e econômicos resultantes dos elevados investimentos em tecnologia — que se não é totalmente obsoleta, deverá ter uma rápida obsolescência —, existe um risco de penetração do capital estrangeiro que ameaçará o desenvolvimento de uma tecnologia nacional, que é uma das principais metas do Programa...”

POLUIÇÃO — “... se medidas específicas não forem tomadas com o desenvolvimento da produção de álcool, ter-se-á um aumento considerável da poluição hídrica, principalmente em certas áreas já consideradas críticas, além de alterações quanto à poluição atmosférica nos grandes centros urbanos (...). O uso de defensivos, herbicidas e fertilizantes de origem química tenderá a agravar as condições ambientais, em especial quando se trata de cana-de-açúcar, que é cultura de uso intensivo desses insumos”.

“... o mais grave problema é o vinhoto que, não sendo racionalmente aproveitado (fertilizante, ração, etc.), trará graves problemas. A produção de álcool, em 1986 (N. R.: o trabalho do CNPq usa a estimativa de 4,5 bilhões de litros/ano, hoje quase triplicada), representará, caso o vinhoto seja lançado nos cursos d'água, a carga poluidora de uma população adicional de 166 milhões de habitantes (1,5 vezes a população atual do Brasil), ainda com o agravante de estar concentrada em áreas restritas, muitas das quais já possuem outros fatores altamente poluentes. Deve ser considerada ainda a carga poluidora dos demais resíduos da indústria de álcool e em particular da de açúcar, que se soma àqueles efeitos do vinhoto.”

A REVOLUÇÃO DE VARGAS

A política getulista e a atualidade do seu pensamento nacionalista

Por Paulo Schilling*

Em outubro de 1930, Getúlio Vargas chegou ao poder através de uma revolução de características eminentemente populares, porém, sem objetivos claramente definidos.

Popular porque foi o povo (assaltando quartéis do exército no Rio Grande do Sul, armando-se e marchando sobre São Paulo e Rio de Janeiro) quem liquidou com a república oligárquica.

Seus objetivos bem-definidos, por não basear-se em uma teoria revolucionária clara, por levar em seu bojo toda uma série de contradições em função da origem policlassista de seus dirigentes e militantes — por tudo isso a revolução de 30 foi tipicamente uma revolução subdesenvolvida.

Foi a revolução possível naquele momento histórico no Brasil. Cairíamos no subjetivismo se lamentássemos suas limitações(...).

Os historiadores brasileiros, em sua quase totalidade (inclusive os marxistas), fazem uma confusão tremenda sobre a revolução de 30 e sobre Getúlio Vargas. Para a maioria, ela foi a revolução burguesa brasileira. Uma revolução burguesa estranhamente liderada por latifundiários — Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, homens que apesar de sua formação humanístico-liberal, eram ligados direta ou indiretamente ao latifúndio pastoril da região fronteiriça do Rio Grande do Sul.

É difícil classificar de burguesa (em sua etapa inicial, em suas origens) uma revolução organizada em dois estados (em três, se incluirmos a Paraíba), onde os latifundiários constituíam o grosso da oligarquia, dirigida contra outra unidade da federação (São Paulo), na qual surgia com maior pujança a burguesia industrial.

Outros historiadores, como Osny Duarte Pereira, vão ao extremo oposto e apresentam Vargas (inclusive o melhor Vargas, o que decretou a legislação trabalhista, possivelmente a mais avançada da época no mundo capitalista) como um simples representante dos interesses dos fazendeiros gaúchos, que ao assegurar maiores salários à classe trabalhadora urbana tinha como único objetivo a ampliação do mercado para a venda da carne dos seus rebanhos.

Para isso, não seria necessário uma revolução. Bastaria conseguir reformas cambiais e tarifárias que possibilitassem uma maior exportação do produto ao mercado internacional, muito mais importante e atrativo do que o nacional.

Um terceiro grupo, partindo da hipótese aparentemente real de que a revolução recebeu uma pequena ajuda de um grupo econômico norte-americano (no caso a Bond and Share), a consideram como uma simples escaramuça entre o imperialismo norte-americano e o inglês. Essa tese é desmentida pela política nacionalista de Vargas, dirigida mais contra a crescente dominação ianque do que contra o decadente imperialismo inglês.

Toda essa confusão é, em parte, justificável. A análise das classes sociais num país subdesenvolvido em marcha para o capitalismo constitui tarefa complexa. São classes em formação em uma sociedade em movimento (...).

“Fraude, falsidade, traição, imoralidade”

No Brasil, com o processo de industrialização, especialmente depois de 1930, verificou-se uma acelerada modificação das classes sociais e uma ampla abertura entre as mesmas. Vimos os latifundiários, os médios e pequeno-burgueses e os artesãos imigrantes transformarem-se em industriais; os camponeses sem terra, os parceiros agrícolas, os minifundiários e os trabalhadores rurais, em operários ou subproletários urbanos; e, inclusive, a elite operária ingressar na pequena-burguesia.

Em consequência, a estrutura das classes sociais era muito débil, a incompatibilidade entre elas não era extremada, a luta de classes mínima. Num país como o Brasil, de proporções continentais, onde o processo de desenvolvimento apresenta-se com características distintas de região em região, surgem inclusive nítidas diferenças regionais no seio de uma mesma classe social (...).

As modernas classes sociais européias surgiram do



desenvolvimento capitalista, em condições inéditas e que não se repetiriam. O capitalismo nasceu na Europa de um processo de evolução várias vezes milenar, que partindo da economia natural dos povos primitivos passou pela escravidão e pelo feudalismo (...).

As circunstâncias internas favoráveis ao desenvolvimento capitalista registradas na Europa não se produziram no Brasil.

A exploração da mão-de-obra — inicialmente escrava, depois a mediação e o trabalho assalariado — foi tão brutal como no Velho Continente no início do ciclo capitalista. Mas a acumulação de capital interna foi mínima, em consequência do saque colonialista.

Das circunstâncias externas nem falar: foram todas negativas, exatamente por termos um dos povos explorados, exportadores de mais-valia. Paul Barão definiu exatamente o acontecido com países como o Brasil: “Daí que os povos que caíram na órbita de expansão do capitalismo ocidental encontraram-se com o ocaso do feudalismo e com o capitalismo, sofrendo as piores características de ambos e, como se isso fosse pouco, com todo o impacto da dominação imperialista...”

(...) Para explicar como homens originários do latifúndio — como Vargas — tivessem protagonizado uma revolução que modificou consideravelmente as estruturas político-econômico-sociais do país, é necessário considerar um aspecto fundamental. A classe latifundiária, principalmente num país enorme como é o Brasil, não constitui um todo monolítico, perfeitamente estruturado, com interesses sempre comuns e sem contradições internas.

Assim, os distintos tipos de monoculturas praticados geraram uma série de interesses divergentes e até contraditórios. Os setores latifundiários que produzem especialmente para o mercado internacional têm objetivos e interesses específicos; os que abastecem o mercado nacional, e outros. É verdade que existem fatores que geram a unidade: a manutenção do monopólio da terra, a exploração da miserável mão-de-obra camponesa, a obtenção de sempre maiores privilégios fiscais e creditícios, etc.

As oligarquias latifundiárias de São Paulo e Minas Gerais, graças a um acordo tácito, haviam-se assegurado do domínio político do país: representantes seus revezavam-se no exercício da presidência da República. Era o clássico “eixo café com leite”.

Essa unidade foi quebrada em 1930, por haver sido imposto um candidato paulista, quando era a vez de um mineiro. Essa ruptura favoreceu os gaúchos, que com o apoio de Minas lançaram a candidatura de Getúlio Vargas.

Porém, graças ao velho sistema eleitoral (já descrito por João Francisco Lisboa, como “um sistema combinado de fraude, falsidade, traição, imoralidade, corrupção e violência”), o candidato paulista foi o vitorioso.

Do inconformismo frente à fraude grosseira, surgiu a revolução.

Vejam quem foi Getúlio Vargas, qual a sua origem, suas vinculações de classe e sua formação política. Ele foi, antes de tudo um autêntico fazendeiro gaúcho e, como tal, tinha muito dos caudilhos que conduziram o processo político na região platina (geograficamente o RGS foi mais rio-platense que brasileiro e durante um longo período esteve mais vinculado culturalmente com o Uruguai e Argentina, do que com os estados do centro e norte do Brasil).

Filho da fronteira, Getúlio deve ter recebido uma grande influência de personalidades históricas como Artigas e Rosas, que marcaram profundamente o processo em ambas margens do rio da Prata. Posteriormente durante seu processo de formação intelectual, foi-se impregnando das doutrinas liberais vigentes na época, especialmente, o positivismo. Com Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, as idéias de Augusto Comte foram filosofia e *praxis* governamentais durante três décadas no Rio Grande do Sul.

Em razão de sua situação geográfica, longe da metrópole e dos centros consumidores nacionais e por haver sido durante os primeiros séculos campo de batalha entre Espanha e Portugal, o RGS apresenta uma formação econômica muito especial, completamente distinta da verificada no resto do país.

Enquanto em outras regiões desenvolvia-se uma agricultura bastante especializada para a época, com base no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo, no extremo sul (igualmente sem minas de ouro para explorar), somente foi possível a criação de gado. Inicialmente de maneira nômade e posteriormente, com a consolidação do sistema de propriedade, sob a forma de imensos latifúndios.

A ausência quase total do Poder Central, a necessidade de manter e ampliar fronteiras, a prática da pecuária seminômada, a luta pela propriedade territorial e mais tarde, a disputa pelo poder municipal e regional, determinaram o surgimento de um personagem com características muito especiais, uma versão crioula do senhor feudal, uma mistura de estancieiro-chefe militar. Em resumo: líderes de comunidades com a dupla característica de estabelecimento pastoril e de acampamento militar.

Isso — mais o tipo de atividade econômica predominante — o pastoreio — determinou o surgimento de relações de trabalho distintas às vigentes nas regiões mais desenvolvidas do país.

Ao contrário do trabalho agrícola primitivo, que tendo como único instrumento a enxada, exigia um trabalho duro de sol a sol e, em consequência, a intervenção brutal do feitor, o pastoreio, tal como foi praticado no Rio Grande, era indiscutivelmente trabalho; porém, ao mesmo tempo, tinha muito de esporte e aventura (...).

O estancieiro gaúcho do passado impunha sua liderança não somente com base na relação patrão-assalariado, como também em função de sua capacidade de liderança, seu valor pessoal e sua coragem, consolidados na luta cotidiana contra o espanhol, contra o latifundiário vizinho na disputa desesperada pela conquista de mais terras e maiores rebanhos.

O fazendeiro rio-grandense, no passado e ainda hoje em muitos casos, enfrenta o trabalho — para rodeio, laça, castra, doma, marca, banha e cura seu gado — junto aos peões, justamente pelo mencionado caráter esportivo e aventureiro das lides do campo.

Ao participar das *campereadas*, o estancieiro comparte o churrasco e o chimarrão com a peonada; pelo menos nas jornadas de trabalho. Eram negativamente relações de trabalho muito especiais, que apesar de manterem uma exploração econômica violenta, criavam vínculos pessoais que tornavam praticamente impossível a luta de classes.

Surge o Estado Paternalista

Para consolidar o regime patriarcal, paternalista, o latifundiário terminava por batizar os *piás* nascido na fazenda, filhos de peões, transformando-se em compadre de seus subordinados.

Getúlio Vargas, levado ao poder pela revolução de 1930, tratou de aplicar no plano político nacional a experiência sociológica, primária, porém eficiente de sua classe social: os fazendeiros gaúchos. Um século antes que ele, já o fizera J.M. Rosas na Argentina.

Continua

* O presente texto é o primeiro capítulo do livro Como a Direita se coloca no Poder, que deverá ser lançado em breve no Brasil.

“Não foi a burguesia nacional que fez a Revolução de 30. Ao contrário, foi a Revolução de 30 que fez a burguesia nacional”



Em 1930, Getúlio chega ao poder à frente de uma revolução popular

Nossos teóricos marxistas, em seu afã de interpretar a realidade brasileira à base de situações e categorias verificadas em outras épocas, em outros países, transplantam quase sempre mecânicamente as conclusões dos clássicos, aplicando inclusive as mesmas etiquetas.

Assim, para alguns, o regime getulista foi bonapartista. Engels definia assim o bonapartismo: “... é a verdadeira religião da burguesia moderna. Está cada vez mais claro que a burguesia não tem capacidade para governar diretamente, por si mesma, e que, em consequência, onde não existe uma oligarquia — como na Inglaterra, que em troca de uma boa paga assume a administração do estado e da sociedade para defender os interesses da burguesia — a forma mais usada é a instituição de uma semiditadura bonapartista (...). Os grandes interesses materiais da burguesia levam isso a cabo, ainda com a oposição da própria burguesia (...). Por outro lado, a ditadura vê-se forçada contra sua vontade a defender os interesses materiais da burguesia...”.

Lenine atualizaria a versão, analisando o fenômeno do bonapartismo no início do século: “A luta de classes entre a burguesia e o proletariado agudizou-se até o insustentável (...). Não são essas as condições ideais para que floresça o bonapartismo? Se dá o nome de bonapartismo ao governo que, esforçando-se por aparentar imparcialidade, aproveita-se da luta aguda e extrema que se verifica entre os partidos dos capitalistas e dos operários...”.

O bonapartismo nos países subdesenvolvidos apresenta características bastante distintas, apesar de originar-se no mesmo fenômeno: a incapacidade da burguesia em fazer sua revolução, em assumir efetivamente o papel de classe dirigente. Se isso acontece nos países centrais, com muito mais razão nos nossos, que levam geralmente um atraso de até um século em seu desenvolvimento econômico, social e político.

Nos países atrasados, o poder político está geralmente em mãos dos latifundiários e do setor exportador da burguesia mercantil, ambos interessados em uma política econômica externa livre-cambista. Isso dificulta, quando não impede totalmente, o surgimento da indústria nacional, somente possível sob a proteção de uma política alfandegária e fiscal protecionista.

Por outro lado, pelas razões já analisadas atrás, é muito baixa a capacidade de acumulação de capital por parte das burguesias nacionais nos países periféricos. Isso constitui um obstáculo quase intransponível à instalação de indústrias que ultrapassem o nível artesanal.

Somente o estado, pelo seu sistema financeiro, possibilitando créditos fáceis, baratos e com um mínimo de garantias, poderá suprir essa incapacidade, dando oportunidade a que a burguesia se consolide como classe e protagonize o processo de industrialização.

Apesar desse favoritismo creditício, a capacidade da burguesia não é suficiente para criar a indústria de base, que exige a aplicação de capitais vultosos e sem a qual todo o processo industrial seria fictício, pois ficaria na total dependência do fornecimento externo de matéria-prima industrial, como o aço.

Vemos assim que as nossas burguesias — ao contrário de suas congêneres européias — cumprem um papel muito limitado na revolução industrial. Por sua condição de burguesia sem capital, somente podem desenvolver a indústria leve e assim mesmo com total ajuda — financeira, fiscal e tecnológica do estado. São, em consequência, burguesias artificiais, criadas sob o

manto protetor do estado paternalista (expressão que define, em nosso entender, muito melhor a situação do que bonapartista).

É necessário considerar, também, que a burguesia industrial, por sua origem e por suas vinculações, está atrelada ao latifúndio, não tendo em consequência o mínimo de independência para fazer sua revolução.

Em consequência, a única saída aparente para romper com o status de subdesenvolvimento é o surgimento de um estado paternalista, que assegure à burguesia as condições e meios necessários para fazer a revolução industrial. Um paternalismo que lhe proporcione proteção contra a concorrência internacional, créditos fáceis e baratos, um total liberalismo econômico interno (necessário a uma rápida acumulação de capital), a instalação da indústria de base que lhe proporcione matéria-prima e energia elétrica baratas e, ainda, o intervencionismo social por parte do estado, que lhe assegure paz social.

A revolução de 1930, ao proporcionar tudo isso aos poucos e precários industriais existentes e incentivando outros para que se incorporassem ao processo, criou as bases para o surgimento da burguesia industrial nacional.

Por tudo isso parece inquestionável que não foi a burguesia nacional quem fez a revolução de 30. Poder-se-ia dizer: que esta que fez a burguesia nacional...

Vejamos a outra faceta da política bonapartista de Vargas. Contrariamente à situação descrita por Lenine, a luta de classes entre a burguesia e o proletariado — no Brasil — não se havia “agudizado até o insustentável”. Assim como a burguesia industrial, o proletariado surgiu timidamente no cenário social e político do país.

Desde o início do século e principalmente nos anos 20 a classe operária havia registrado avanços significativos (...).

Apesar disso, a classe trabalhadora era então eqüitativamente insignificante (cerca de 300.000 operários, mais artesãos que operários, trabalhando em minifábricas), não conseguindo impor suas mais primárias aspirações através da luta de classe.

A questão social era ainda um simples caso de polícia, como afirmava Washington Luiz, o último presidente da República Velha: “Ainda por muitos anos (...) a agitação operária será um assunto que interessará mais a ordem pública do que a ordem social (...). Ela representa o estado de espírito de alguns operários, porém não de uma sociedade...”.

(...) O fato de que a revolução brasileira não tenha sido dirigida efetivamente pela burguesia e sim conduzida pelo estado paternalista, facilitou o avanço do proletariado (...).

Por não estar o poder político em mãos da burguesia, as outras classes sociais também foram beneficiadas com o desenvolvimento. A revolução industrial criou possibilidades excepcionais para as classes médias, até então insignificantes, quanti e qualitativamente. Graças à ruptura do monopólio de poder existente até 1930 em mãos do latifundiarismo e da burguesia exportadora, a pequena burguesia assumiria um destacado (muitas vezes decisivo) papel político nas décadas seguintes.

Como necessitassem — os revolucionários de 30 — o apoio das classes trabalhadoras para aplicar seu ideário político, especialmente o nacionalismo econômico, eles foram ao encontro das aspirações operárias. Vinculou-se

a questão nacional à social. A legislação trabalhista elaborada pelo governo revolucionário, em sua primeira etapa sob a direção de Lindolfo Collor, constituiu um avanço considerável.

A lei de férias, existente desde 1925, mas que não se cumpria, foi posta em prática. As oito horas diárias, a regulamentação do trabalho ao menor e da mulher, a indenização por desemprego, foram as conquistas iniciais. Essas se ampliaram constantemente através de cerca de 160 decretos trabalhistas que, no momento de sua consolidação, em 1943, constituíram uma das mais avançadas legislações do mundo capitalista.

Tão avançada que trinta anos depois, antes do golpe de abril de 1964, apesar do enorme avanço da classe operária, ainda não eram aplicadas integralmente.

Até aqui o positivo, que foi muito havia, porém, a contrapartida, originada também no ideário de Vargas, no paternalismo do Caudilho gaúcho. No intento de evitar — como no campo do Rio Grande — as lutas de classe no âmbito nacional, proibiram-se as greves e puseram-se os sindicatos sob a tutela do Ministério do Trabalho.

No relativo ao latifúndio prevaleceu igualmente a política de conciliação, característica de Vargas. Nesse caso evidentemente influenciada por seus interesses de classe. Por um lado, os revolucionários de 30 fizeram muito para diminuir o domínio político da aristocracia rural.

Ao fortalecer o Poder Central, limitou-se o domínio político das oligarquias regionais e municipais, o coronelismo vigente em forma absoluta em quase todo o país. Ao desarrumar os caudilhos do interior, a revolução de 30 e em forma ainda mais acentuada, o Estado Novo, consolidaram a unidade nacional.

As constituições estaduais foram adaptadas à nacional. O símbolo de cada estado — bandeiras, escudos e hinos — foram suprimidos e as forças públicas provinciais colocadas sob forte controle federal. As barreiras fiscais interestaduais, eliminadas. O Brasil deixou de ser uma colcha de retalhos para transformar-se efetivamente numa nação.

Mas o poder econômico do latifúndio ficou entretanto intocado. Em alguns casos fortalecido: o protecionismo à lavoura do café, às concessões de enormes feudos nas áreas pioneiras, os moratórios inclusive o perdão de dívidas aos cafeicultores e pecuaristas, a preferência aos grandes produtores nos créditos do Banco do Brasil e a exclusão — na prática — dos trabalhadores rurais dos benefícios das leis sociais (a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 assegurou aos trabalhadores rurais o salário mínimo, porém até hoje esse direito não é usufruído pela maioria dos camponeses) são alguns dos aspectos negativos da política rural do Getulismo. Nesse particular, Vargas não superou suas limitações de classe.

“Analfabetos podem governar”

Há que considerar outras circunstâncias decisivas: foram em grande parte homens originados do latifúndio que protagonizaram a revolução industrial. E que o outro setor constitutivo da burguesia industrial — o artesanato migrante — terminou por territorializar-se (comprando terras), num intento de conseguir um veniz aristocrático que ocultasse parcialmente sua condição de novo rico. Em consequência, não houve enfrentamento sério entre as duas classes.

Ao contrário do verificado na Inglaterra — onde foi preciso romper a estrutura agrária para conseguir a mão-de-obra e a matéria-prima necessária à industrialização — no Brasil, em razão da existência de ampla disponibilidade de ambos os fatores — não foi necessário uma revolução agrária prévia à industrial. Os dois Brasis seguiram coexistindo e a burguesia, umbilicalmente vinculada ao latifúndio, ainda não se emancipou totalmente (...).

(...) As mudanças mais radicais, porém, foram no plano político. Promoveu uma reforma eleitoral democrática, que incluiu o voto secreto, o feminino, a representação proporcional, o regime de partidos políticos e a justiça eleitoral. Não chegou ao voto do analfabeto. O Brasil continuaria a ser, no dizer de Antônio Callado, “um país que pode ser governado por analfabetos, sempre que não sejam eleitos por analfabetos”.

A legislação social, o fortalecimento do Poder Central, a liquidação parcial do coronelismo, a consolidação do município como núcleo básico da estrutura político-administrativa, foram outros feitos importantes dos homens de 1930.

Analisemos agora outra das características fundamentais da revolução de 1930: o nacionalismo. Cabe, inicialmente, esclarecer a diferença básica entre o nacionalismo das grandes potências (totalmente reacionário) e o nacionalismo dos povos periféricos (fator altamente progressista) (...).

O nacionalismo chauvinista, imperialista das grandes potências caracteriza-se pela violenta disputa dos mercados mundiais e das colônias, pelo racismo e pela ex-

“Em somente 18 meses, registrou-se um aumento fraudulento nas cifras de importação dos Estados Unidos de 150 milhões de dólares...”

ploração dos povos atrasados. Esse nacionalismo é agressivo: as guerras e conquista são meios que elas utilizam sem nenhum freio ético.

O nacionalismo dos povos oprimidos é completamente diferente. Poder-se-ia dizer que um é a antítese do outro. Caracteriza-se pelos esforços em libertar-se das amarras colonialistas, por concretizar uma independência plena, por superar o subdesenvolvimento e a miséria e estabelecer pelo menos uma forma primária de justiça social. O nacionalismo das nações exploradas é defensivo: quando utiliza a luta armada é como último desesperado intento de conseguir a libertação (...).

(...) Como já vimos, o nacionalismo dos *homens de 30* não originou-se na burguesia e sim em setores do latifúndio enfrentados com os frigoríficos internacionais. Em sua luta contra os Swifts, Anglos, Armours, etc., os estancieiros gaúchos organizaram-se em cooperativas e chegaram a involuir tecnicamente — voltando às charqueadas — para não se deixarem saquear pelos frigoríficos estrangeiros.

A burguesia brasileira não comandou o movimento nacionalista, simplesmente se beneficiou dele. O burguês foi o gigolô da luta nacionalista-popular. (...)

Os *homens de 30* intentaram um tipo distinto de nacionalismo, um nacionalismo que fosse aceito por todas as classes sociais, um nacionalismo policlassista. Um nacionalismo *amalgama* que refletia, aliás, a política social paternalista, *bonapartista* adotada pelo governo revolucionário (que se havia constituído como árbitro, “por cima das classes sociais”). Um nacionalismo que funcionaria razoavelmente bem até que começa a consumir-se a traição da burguesia nacional.

Como encarava Vargas a participação do capital internacional no desenvolvimento econômico do país?

Sua definição já era absolutamente clara no discurso pronunciado em 1931, em Belo Horizonte:

“Não sou exclusivista, nem cometeria o erro de aconselhar o repúdio ao capital estrangeiro que se emprega no desenvolvimento da indústria brasileira, SOB A FORMA DE EMPRÉSTIMOS, no arrendamento de serviços, concessões provisórias ou em múltiplas aplicações equivalentes”. Ou seja, Vargas descartava a participação direta e permanente do capital alienígena: admitia somente empréstimos e concessões provisórias.

E tratava de defender especialmente os setores básicos da economia nacional da cobiça dos monopólios. Logo no início de seu governo mandou anular as concessões que o governo do estado de Amazonas havia feito à *Standard Oil*, entregando praticamente todo o imenso território a três subsidiárias do truste.

Em maio de 1931, Vargas cancelou definitivamente os contratos de concessão firmados com a *Itabira Iron*, em 1921, e que entregavam à companhia estrangeira imensas reservas de mineral de ferro.

Ao estabelecer o monopólio cambial e o controle sobre as operações de comércio exterior, ele tratava, além de proteger a indústria nacional, de controlar as bombas de sucção do imperialismo.

Em 1933, pelo decreto nº 23.501, Getúlio declarou nula qualquer estipulação de pagamento em ouro que pudesse restringir a livre circulação da moeda nacional.

Em 1934, estabeleceu o novo sistema de tarifas alfandegárias, que protegiam a indústria nacional da concorrência estrangeira e lhe proporcionava a importação de máquinas e equipamentos livre de direitos.

No mesmo ano, os Códigos de Águas e Minas incorporavam, “ao patrimônio nacional, como propriedade irrogável”, as reservas de minerais.

A Constituição de 1937 (Estado Novo), apesar de seus aspectos totalmente negativos e condenáveis em relação às liberdades político-sociais, consolidou e ampliou a tendência nacionalista da Carta de 1934.

O aproveitamento industrial das minas e depósitos de minérios, das águas e da energia hidroelétrica somente poderia ser feito por brasileiros ou por empresas constituídas não somente no Brasil (como determinava a Constituição de 1934) como integradas exclusivamente por nacionais. Igualmente os bancos e as companhias de seguro poderiam ser integradas unicamente por acionistas nativos.

Como medida de controle da marinha mercante, foi estabelecido que os proprietários, armadores, comandantes e os tripulantes de barcos nacionais fossem brasileiros, na proporção de 2/3.

Em 1938, o novo Código de Minas declarava de propriedade estatal a todos os depósitos de petróleo e gás natural existentes no subsolo. No mesmo ano declarou-se de utilidade pública a indústria petrolífera, subordinando-a ao Conselho Nacional de Petróleo.

Ainda em 1938, pelo decreto-lei nº 236, fecharam-se as portas às sentenças originadas em tribunais estrangeiros exigindo pagamento em moeda forânea. Com isso, como acentua Osny Duarte Pereira, “*eliminam-se o domínio norte-americano sobre a moeda no comércio interno, prática que se observa em quase todas as repúblicas da América Latina e que constitui até hoje uma das imposições do F.M.I.*”

Em maio de 1939, nacionalizou-se o transporte, a distribuição e o refino de petróleo, o que impediu que a *Standard Oil* — que já construía uma refinaria — monopolizasse o mercado interno de hidrocarbonetos.

E assim continuaria Vargas nos anos seguintes sua luta sem quartel para evitar que a economia do país caísse em mãos dos monopólios internacionais.



Getúlio levou para plano nacional o estilo paternalista dos fazendeiros

O ponto culminante dessa campanha nacionalista no primeiro governo de Getúlio foi o decreto-lei nº 7.666, uma legislação antitruste das mais radicais já elaboradas no mundo. Cognominada pela imprensa a serviço dos interesses alienígenas de *lei malaia* (referência à aparência oriental de Agamenón Magalhães, o ministro de Justiça da época, seu autor), ela terminaria por constituir-se numa das causas determinantes da primeira derrubada de Vargas (29.10.45).

Onze dias depois, o decreto nº 9.167, do Governo Provisório presidido por José Linhares, o presidente do Supremo Tribunal Federal, revogaria a lei antitruste...

A luta continuaria, em condições cada vez mais difíceis, quando da volta de Getúlio ao poder, eleito pelo povo. O caudilho tinha então uma visão mais clara de como o capital estrangeiro constituía uma brutal instrumento de exploração, e de como utilizava todo o tipo de fraudes. No seu discurso de 31/12/51, denunciava:

“É espantoso, brasileiros! Mas é, pura e simplesmente, a linguagem das cifras. O excedente de mais de 16 e meio bilhões (entre o capital estrangeiro efetivamente aplicado no país — Cr\$ 8 bilhões e 460 milhões — e o que foi registrado como tal — Cr\$ 25 bilhões e 130 milhões) significa nada amais, nada menos que uma dívida contraída pelo Brasil no estrangeiro e que terá que ser paga, ou melhor, restituída, dentro de certo prazo. E vamos restituir o quê? Pagar o que não devemos; restituir o que não recebemos, o que é nosso, o que foi aumentado por simples magia de cifras, a fim de supervalorizar o capital estrangeiro, em detrimento dos valores do trabalho brasileiro e da produção brasileira”.

Nacionalismo dos estancieiros

E não ficou somente em palavras: tomou novas medidas concretas em defesa da economia nacional, ameaçada pela crescente agressão imperialista. Aboliu as operações combinadas de câmbio, que eram fonte de inúmeras fraudes. Estabeleceu a obrigatoriedade da importação estatal de borracha, que ficou a cargo do banco da Amazônia.

Com a Instrução 70 da Sumoc, estabeleceu o leilão de divisas cambiais, dividindo as importações em distintas categorias, propiciando assim uma nova e decisiva proteção à indústria nacional. Enviou ao Congresso um projeto-de-lei que gravava fortemente os lucros extraordinários.

O ponto culminante de seu segundo governo foi a criação da Petrobrás (lei 2.004, de 3/10/53), o monopólio estatal do petróleo. Alcançava assim ao seu apogeu uma luta de 20 anos, iniciada com a promulgação dos Códigos de Minas e Águas, com a criação do Conselho Nacional de Petróleo e o estabelecimento de inúmeras medidas complementares que objetivaram impedir a entrada de capital alienígena nesse vital e decisivo setor da economia do país.

O outro sonho de Getúlio, a Eletrobrás (que estabelecerá o monopólio estatal da energia elétrica, liquidando com a dependência em relação à *Light and Power* e à *Bond and Share*, foi obstaculizado por todos os meios no Congresso.

No seu discurso de 31/1/54, o presidente revelava haver chegado a compreensão plena de fenômeno im-

perialista: “Quando o valor médio por tonelada importada sobe sem uma correspondente elevação nos preços da tonelada exportada, a nação se debilita (...) Em somente 18 meses registrou-se um aumento fraudulento de valores nas cifras de importação dos EE.UU. de 150 milhões de dólares (...) Examinados os totais de capital de 237 milhões, 355 mil e 454 dólares de várias empresas, ficou comprovado que somente tinham direito ao registro de 104 milhões, 674 mil e 868 dólares (...). Enquanto aos empréstimos, que totalizavam 241 milhões, 982 mil e 594 dólares, somente existia documentação de empréstimos reais pelo valor de 57 milhões, 243 mil e 721 dólares (...). Uma curiosa coincidência: fomentou-se o consumo de gasolina: ao mesmo tempo entravam em ruína nossos transportes ferroviários (...). Diminuiu o ritmo das instalações para a produção de energia hidroelétrica e tomava impulso a produção de energia termoelétrica com base no petróleo (...). As empresas de serviços públicos pedem divisas cambiais para pagar instalações que vão fazer. Nessas condições não há investimentos. Se através do câmbio lhes subministrarmos os dólares para compra de instalações, onde está o capital estrangeiro? (...) TENHO O DEVER DE EVITAR A DESNACIONALIZAÇÃO DO BRASIL...”

Finalmente, cara a cara com a morte, num momento em que não havia mais lugar para a conciliação, Getúlio disse o que realmente pensava. Ao denunciar na *Carta Testamento conjuntamente*, a ação nefasta do imperialismo e das classes dominantes nacionais — a cumplicidade destas no processo de espoliação, ele lançou as bases de um novo tipo de nacionalismo. Não mais o “nacionalismo de todos”, o “nacionalismo bonapartista”, o “nacionalismo policlassista” — já então impossível em razão da traição da burguesia nacional transformada em testa-ferro dos monopólios — e sim o *nacionalismo popular-revolucionário*.

Somente sete anos depois, um de seus discípulos — Leonel Brizola — compreenderia a mensagem. Esse fez uma interpretação profunda da Carta e a divulgou em grande escala por todo o país. Paralela e gradualmente foi abandonando o populismo, passando a assumir uma posição nacionalista-popular-revolucionária. Posição que se traduzia em pronunciamentos e medidas anti-imperialistas, em denúncias da cumplicidade das classes dominantes no processo de espoliação, em campanhas por reformas radicais que alterassem efetivamente a infra-estrutura sócio-econômica do país.

O outro discípulo, o principal herdeiro político, João Goulart nunca entendeu ou não quis entender a mensagem do velho caudilho. Vivendo em estado de contradição permanente (o latifundiário João Goulart imobilizando o líder populista Jango), intentou até o fim manter a conciliação entre as classes, o populismo, que já em 1954 era inviável.

No relativo ao nacionalismo, o herdeiro também renegou totalmente a Vargas. De concessão em concessão, chegou à promiscuidade com o imperialismo: seu amigo Lincoln Gordon — o embaixador ianque — atuava como um verdadeiro vice-rei.

Finalmente, enredado na teia de suas próprias contradições e totalmente incapaz para o exercício do poder, fiel aos seus interesses de classe, Jango entregou o poder à direita. Perdeu o governo porém manteve intactos seus imensos e amados latifúndios.

Com todas suas deficiências e limitações, Vargas foi o que os norte-americanos denominam “um homem de três metros de altura”. Seu herdeiro como acontece em geral, foi um pigmeu.

Paciência e ironia, professor!

Por Jeferson Barros

Dez anos depois da febre juvenil é hora de enterrar, também, a idéia de intolerância pura

Na quinta-feira, 1º de outubro de 1964, a polícia prendeu Jack Weinberg no campus da Universidade Berkeley, na Califórnia. A agitação produzida, em ondas crescentes e concêntricas pelo mundo todo, com esta simples pedra jogada no poço, ainda não foi analisada e nem, portanto, compreendida. Precisamente naquela quinta-feira começou, na ensolarada Califórnia, a *Revolução Cultural*.

Berkeley e seu presidente Clark Kerr viviam os extremos do liberalismo tradicional americano. Tão radicais neste liberalismo que haviam convidado naquele mesmo ano um velho professor judeu-alemão, excluído de Harvard e mesmo da pequena Universidade de Brandeis, em Boston, por suas idéias marxistas radicais. Seu nome: Herbert Marcuse.

No dia em que prenderam Weinberg — famoso na década de 60 por sua frase “não acredite em ninguém com mais de 30 anos” — Marcuse não deu aula. Em Berkeley, os estudantes podiam quase tudo — desde os *sits-in* que começaram naquele campus até os *teach-in*, técnica de doutrinação forçada que terá seus momentos de glória em outro cenário na China. Não nos apressemos.

Weinberg foi preso ao meio-dia. Pela tarde, o carro onde o líder estudantil estava preso continuava no campus. Fora impedido de sair pela massa estudantil que crescia como um boneco de neve. À noite, Joan Baez já cantava seus protestos junto com os estudantes. Na sexta-feira, 2 de outubro, a polícia interveio com vigor. Mas a reitoria de Berkeley ainda tentou satisfazer os estudantes.

Desde aquele dia até a vitória de Ronald Reagan, ex-ator de cinema e ultraconservador, praticamente fascista, para o governo da Califórnia, em 1966, Berkeley foi um laboratório do extremismo estudantil. Aos estudantes, tudo. Ao sistema, nada. E sistema, para os estudantes, era um aparelho tão abrangente que consideravam até as latrinas e a tecnologia de cagar como integradas.

“O homem deve ser intolerante”

Herbert Marcuse, filho de judeus cultos de Berlim, onde nasceu a 19 de julho de 1898, fora aluno de Martin Heidegger, com quem se doutorou em Filosofia com uma densa e insuperável tese sobre Hegel, posteriormente publicada com o título *Ontologia de Hegel e a Teoria da Historicidade* (1932). Mas em 33, Marcuse, antigo militante do grupo *Spartacus* (comunistas alemães não-leninistas e ligados a Rosa Luxemburgo), precisou abandonar a Alemanha nazificada. Desde 1934 vivia nos Estados Unidos, mas só se encontrou no centro dos acontecimentos a partir daquela quinta-feira em Berkeley.

O velho filósofo, já com 66 anos, aderiu à rebelião dos jovens. Sim, dos jovens, pois Berkeley, graças a sua fama liberal, tornara-se mais um centro de protestos de estudantes e não-estudantes que conviviam em comunidades às margens ou no próprio centro do campus, sonhando e preparando suas fundas para se lançarem no assalto ao sistema, Marcuse lhes deu a arma da crítica.

À luz — ou seria melhor dizer às trevas — da experiência de Berkeley, Marcuse escreveu seu ensaio menos citado, mas mais importante e perigoso: *A Tolerância Repressiva*, publicado em 1966 na coletânea *A Crítica da Tolerância Pura*. Marcuse, que assistiu a batalha da tolerância liberal com a intolerância radical, optou por esta.

Seu ensaio, em resumo, declara que a

sociedade de consumo é tolerante, e isto mantém a alienação de seus indivíduos. Pois o homem deve lutar. O mal é diferente do bem radicalmente, assim como a verdade, do erro. Assim, em sucessivas oposições mecânicas, Marcuse chega a sua afirmação mais perigosa: “Para defender os valores positivos, o homem deve ser intolerante”.

22 de maio de 1966. Iniciava a primavera em Pequim; às portas da Universidade Tecnológica de Tsinghua surgiu um batalhão. Punhos cerrados e lenços vermelhos com inscrições radicais à cabeça. Deixemos um amigo pessoal e profundo admirador de Mao Tse Tung dar seu próprio testemunho:

“Seu primeiro ato consistiu em degradar o diretor da escola e a outros oito professores *reacionários*, dando-lhes ordens, obrigando-os a limpar as latrinas e plantar batatas.” (Edgar Snow)

Meses depois, a 14 de janeiro de 1967, o diário oficial do PC chinês, *Jen-min Jin Pao*, definia em editorial os objetivos da grande revolução cultural proletária, liderada pelos estudantes chineses:

“Fazer em pedaços o velho e criar um mundo novo sobre as ruínas.”

Nenhuma tolerância com o sistema anterior, ruptura total com a história, negação radical da tecnologia, repressão total ao indivíduo, liberdade absoluta para o coletivo. Afinal, “o homem deve ser intolerante na defesa dos valores positivos”.

O velho especialista em Hegel — não por acaso um genial filósofo que mistificou o estado, erigindo-o em padrão absoluto — corajoso analista e crítico do totalitarismo soviético em *Marxismo Soviético* (1958) e mesmo o anti-repressivo, libertador, e genial fundidor de Marx e Freud em *Eros e Civilização* (1955), tornara-se o mestre da intolerância pura.

Em junho de 1967, já estava em Berlim solidário com uma grande manifestação estudantil similar a de Berkeley e às chinesas, que por este ano se sucediam diariamente de Pequim aos confins do Tibet. Em Berlim, Marcuse foi recebido por Rudi Dutschke, o líder da revolta. E ainda em Berlim, portanto quase um ano antes do maio francês — movimento estudantil apenas jornalisticamente mais famoso e importante do que os de Berkeley e Berlim — Marcuse já dava seu passo atrás em relação às teses da intolerância pura.

Então, a direita levantou a cabeça

Antes de John Lennon, Marcuse anunciava que “o sonho acabou”. *O Fim da Utopia*, sua palestra e debates naquela ocasião, é o mais sensato, perfeito e correto projeto marxista de sociedade.

“Uma utopia é mediatizada pelas condições da produção, mas não surge de uma necessidade intrínseca”.

Marcuse, que jamais — em nenhum livro, ensaio ou conferência — citou Antônio Gramsci, chegou, afinal, a uma afirmativa gramsciana. E mais que isso, assumiu por si o cerne do pensamento filosófico de Gramsci: a dialética entre a vontade política coletiva que cria necessidades novas e, portanto, revolucionárias e a formação histórico-social que vai viabilizar a ação desta vontade rumo ao socialismo.

Marcuse não explicitou, mas já em 67 reconhecera: ao invés da intolerância pura — cujo resultado menos pernicioso é jogar uma força política fora do sistema (o movimento hippie, por exemplo) e portanto inutilizá-la como força de oposição ao sistema — o jogo político, que infere esta força no *bloco histórico* concreto como força de produção e força política crítica, consciente e revolucionária. Mas Marcuse foi um pensador extraordinário. Em dois anos reciclou-se. O conjunto, fascinado por suas idéias — mesmo quando não lidas diretamente (nunca é possível esquecer que as idéias se propagam em cadeia) — é mais refratário.

Em Pequim a Guarda Vermelha rugiu ainda por quase 10 anos; no Rio e São Paulo o salto da passeata dos 100 mil para a clandestinidade foi rápido como uma pirueta de palhaço; em Paris, Nanterre foi até Giscard D’Estaing, uma nova Berkeley.

Herbert Marcuse morreu dia 30 de julho, logo após uma conferência universitária em Starnberg, perto de Munique. A platéia era bem-comportada. É provável até que entre os alunos houvesse alguns engravatados. O que houve com toda aquela febre de apenas 10 anos?

Na Califórnia, um dos estados mais liberais dos Estados Unidos, a direita levantou a cabeça e, um ano após a rebelião em Berkeley, elegeu Ronald Reagan seu governador; a França é governada desde há muito pela direita mais hábil e esperta do mundo, a tecnodireita de Giscard e seus aliados da *Nouvelle Droite*; na Alemanha, o PSD não pode ir mais para a direita; na Inglaterra, o eleitorado escolheu recentemente uma Giscard D’Estaing de saias. E no Brasil? No Brasil sucedeu-se, logo após a passeata dos 100 mil, o Ato-5!

Mao foi o equivalente chinês

Em nenhum outro país do mundo a intolerância pura dos imberbes acobertados pelos avós raposos foi tão pernicioso como na China. Este país tem a mais rica e decisiva experiência de nova formação social em todo o mundo. O socialismo chinês aumentou em dezenas de anos a vida média, reduziu a taxa de mortalidade infantil ao mínimo, ensinou o povo a ler e escrever, libertou as mulheres de opressões milenares e cruéis, liberou a massa das crenças e da ignorância, reduziu as desigualdades, criou um sentimento cívico de participação, deu entusiasmo e gosto ao trabalho em comum. Criou uma nova sociedade.

Após 10 anos de intolerância pura, a China é hoje um país tecnologicamente arrazado. O reitor da Universidade de Pequim plantando soja e os agricultores ensinando filosofia... Resultou no quase desesperado esforço do atual grupo dirigente chinês no sentido de superar o *gap* tecnológico com as quatro modernizações: da agricultura, da indústria, da cultura e de defesa. A intolerância pura da Guarda Vermelha quase destruiu uma



Roberto Silva/Ferré

a uma as vigorosas conquistas do socialismo chinês, em tudo distinto do regime capitalista de estado soviético.

Sem dúvida o equivalente chinês de Marcuse foi Mao. Em 1969 a Editora Denoel/Gonthier, de Paris, publicou uma coletânea de artigos de Marcuse com o título *Philosophie et Revolution*, com uma capa simbólica: a foto de uma manifestação estudantil com duas bandeiras (vermelha e preta — não é a torcida do Flamengo!) e quatro palavras começadas em M — o nome do próprio autor, Marx, Mao e Mai (maio).

Como o Marcuse de seu perigoso ensaio já citado, também Mao precisa ser analisado pelo conjunto da obra e não por frases compiladas não se sabe por quem: Lin Piao? Madame Mao? Camarilha dos quatro? Eu? O fato é que as famosas frases de Mao extirpadas do contexto de seu pensamento geral moveram, como gasolina envenenada, a Guarda Vermelha, da mesma maneira que *A Tolerância Repressiva* moveu a sua congênere ocidental.

A impaciência leva ao erro político

A ironia da história, ou "a astúcia da razão", como queria Hegel, parece enrodilhar todos os grandes pensadores quando eles cumprem o exigido por Marx em sua décima primeira tese sobre Feuerbach e deixam de explicar o mundo para começar a transformá-lo. Sempre é o elo mais frágil e, portanto, perigoso de suas teorias que chegou à cabeça das massas para transformar a "arma da crítica em crítica das armas".

Foi assim com o Marx do *Manifesto* ofuscando o Marx do *Capital*; como o Mao do *Livrinho Vermelho* ofusca o Mao de *Sobre a Contradição*; e o próprio Marcuse de *Eros e Civilização* ou *Razão e Revolução* foi ofuscado pelo Marcuse de *A Tolerância Repressiva*.

Fenômeno curioso. Talvez porque às novas gerações revolucionárias tenham faltado sempre as únicas duas reais qualidades revolucionárias: a *ironia* e a *paciência*, ambas radicalmente antiintolerantes. Na verdade a intolerância é a ausência absoluta de ironia e paciência.

A velha tradição protestante — alemã e calvinista americana — tem sido nos últimos anos a mais pernicioso fonte da intransigência esquerdista: jogos rigorosos de claro-escuro sem nuances e sem dialética, como se a verdade estivesse pronta no cofre. Basta assaltá-la. Como se o sistema fosse o monolito de Kubrick, inconsútil e sem contradições. Como se a história fosse uma reta de Descartes. Como se a vida fosse um projeto elaborado no laboratório de Maruy Shelley. Esta completa ausência de ironia leva à impaciência e, esta, ao erro político grave — como em 69.

Gramsci, criado na tradição da cultura católica (quanto bem tem feito o catolicismo ao mundo com seus santos de barro, suas festas populares, suas crenças, e até superstições contra a aridez doutrinária do protestantismo), é o mais sábio dos marxistas, pois é o mais irônico. Para ele, o folhetim de Janete Clair é tão importante, quanto a tragédia de *Esquilo*. Provo: em seus *Cadernos do Cárcere*, quarto volume, *Literatura e Vida Nacional*, ele toma notas críticas tanto sobre *Os Mistérios de Paris*, de Eugene Sue (a Janete Clair da época de Marx), como dos mitos do super-homem e dos dramas de Orestes voltando para vingar seu pai Agamenon.

Ser irônico é ser aberto. E por isso paciente. E polido.

Depois de 10 anos de esquerдинhas impacientes, graves e grossa, acho que finalmente vamos enterrar o Marcuse da intolerância e guardar o Marcuse de *Eros e Civilização* e fazer, como na China, todo mundo se vestir com elegância e em azul, como no velho verso de Vinicius de Moraes.

Marcuse morreu na hora certa. Chega da rotundez alemã. O que se quer é liberdade terceiro-mundista, como num conto de Carlos Fuentes ou num romance de Vargas Llosa. Tudo com ironia e paciência.

Mas afinal que diabo de social-democrata inventou que uma revolução se faz com ironia e paciência?

Lenin, um velho e bom social-democrata.

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 33-16-02 e 33-26-02 e multiplique suas vendas na classe "A".

PARA UMA REFLEXÃO URGENTE

MEIOS DE COMUNICAÇÃO: REALIDADE E MITO, de Jorge Werthem (org), Cia. Editora Nacional, Cr\$ 140,00.

O PARAÍSO VIA EMBRATTEL, de Luis Augusto Milanese, Editora Paz e Terra, 230 páginas.

O MONOPÓLIO DA FALA, de Muniz Sodré, Editora Vozes, 156 páginas, Cr\$ 80,00.

A televisão é hoje o único meio de comunicação de alcance nacional. Enquanto as emissoras de rádio adquiriram com o tempo, um caráter regional e o jornal uma tendência local, as emissões das três maiores redes atingem no mesmo instante todo o Brasil.

Apesar disso, são poucos os estudos existentes sobre a televisão brasileira. Na verdade, a quase totalidade das pesquisas sobre televisão no Brasil é de audiência, encomendadas pelas próprias empresas de comunicação. Ou então encontram-se disseminadas em revistas de tiragem bastante reduzida, muitas delas encomendadas, num *merchandising* disfarçado. O *Paraíso Via Embratel*, de Luis Augusto Milanese, *O Monopólio da Fala*, de Muniz Sodré, e *Meios de Comunicação: Realidade e Mito*, de Jorge Werthem (org) fogem a essa regra.

Milanese procura examinar os efeitos sociais da chegada do paraíso via Embratel em Ibitinga, pequena cidade no interior de São Paulo. Na verdade, seu trabalho tem muito do antropólogo que em vez de estudar uma sociedade antiga procura uma sociedade atual em choque com as relações capitalistas de produção. No meio desse conflito, a televisão age como reforço das forças novas que estão surgindo.

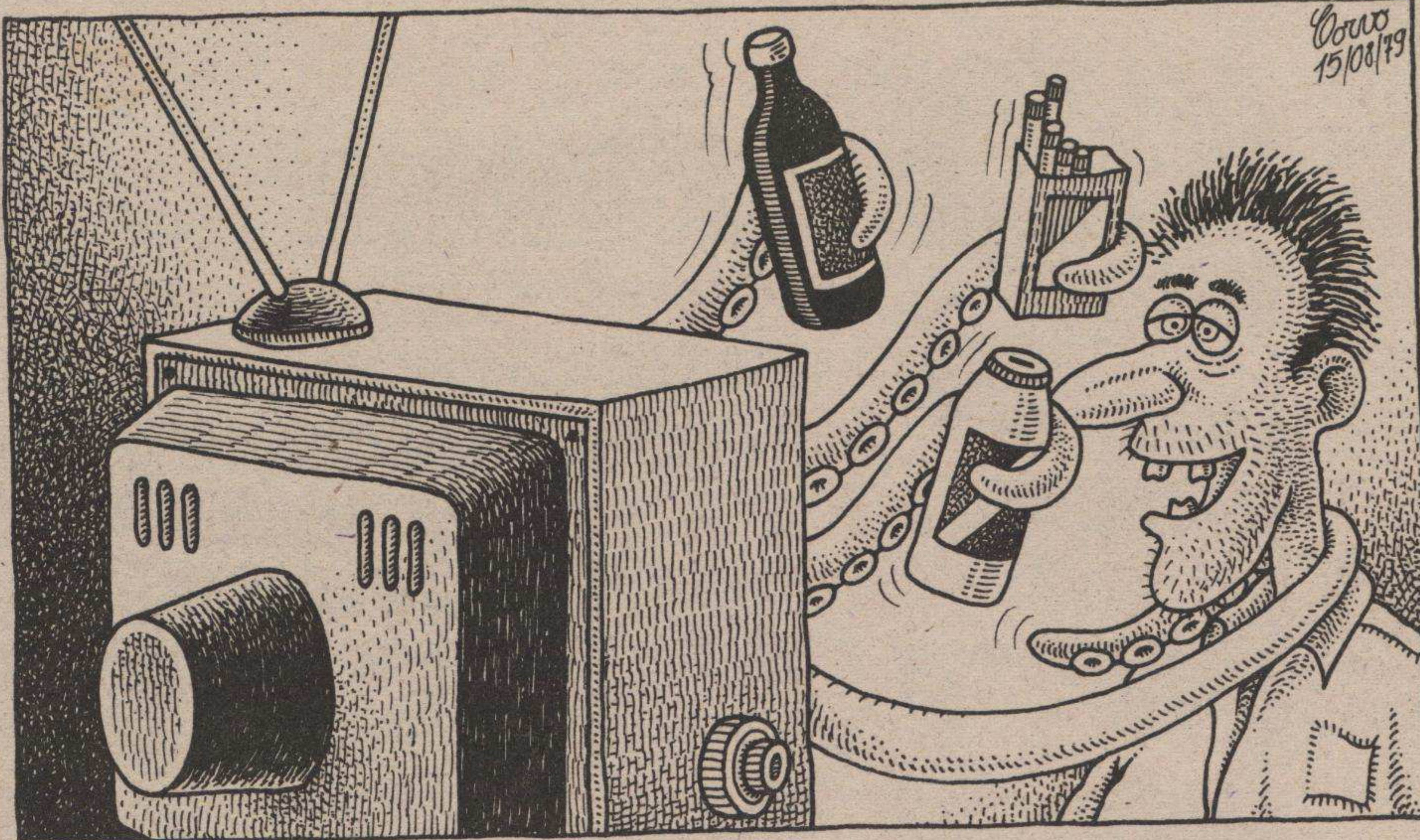
Para isso, Milanese descreve a evolução da cidade desde o início do século, em seus aspectos culturais-imprensa, circo, cinema, teatro, música, rádio, religião, moda, comportamento e costumes. Duas foram as fontes dessa reconstituição: coleções de jornais e entrevistas com os moradores mais antigos.

No início de 1970, quando foi realizada a pesquisa, o autor constata que o circo sobrevive a custo, o teatro morreu, o cinema decaiu, as festas desapareceram. Além disso, ocorrem profundas mudanças de hábitos e comportamentos na educação, religião, costumes, valores, moda, linguajar. Mas Milanese reconhece que a televisão não é potência irresistível que a tudo transforma, como muitos querem crer: "Já antes da televisão, o município refletia, mesmo em sua precariedade, todas as regras da sociedade capitalista, apesar de sua formação campesina. A televisão comercial, também uma consequência da organização capitalista, só poderia exercer um papel de reforço".

Um exemplo desse reforço: "No meio rural, usava-se o sabão feito em casa, com cinza ou soda cáustica; depois tornou-se mais prático adquirir o produto pronto, o sabão em pedra, semelhante ao precedente, nos armazéns. Finalmente chegou-se a um produto mais elaborado e prático: o sabão em pó. Este, a princípio, encontrou resistência, mas depois seu uso tornou-se corrente. Em 1972, os ibitinguenses entrevistados disseram usar Omo na proporção de 69%, o sabão que patrocinava o programa predileto de 34,8% dos entrevistados, Flávio Cavalcanti".

O autor procura assim demonstrar que a tevê serviu de reforço na integração de Ibitinga dentro do processo capitalista brasileiro em expansão, reforçando mudanças de hábitos, costumes valores e, em alguns aspectos, levando os lavradores e bóias-frias ao consumo de produtos, vestimentas, lançados em São Paulo, situada a 300 quilômetros de distância.

Nesse ponto, o autor chega a mesma conclusão dos empresários de televisão, organismos oficiais e da própria Doutrina de Segurança Nacional que vê na televisão um dos meios mais poderosos de



integração nacional. Só que o conceito de integração para Milanese e a integração nacional, preconizada oficial ou oficiosamente, tem uma diferença de abrangência. O autor reconhece que existiu uma integração de Ibitinga, só que o reforço dado pela televisão foi para a integração dentro da ordem capitalista tal como ocorria durante o *milagre brasileiro*. Já integração, conforme os empresários, adquire um caráter moral, de algo benéfico, que diz respeito a todos, desejável, universal, objetivo de qualquer ser humano.

O MONOPÓLIO

O trabalho de Muniz Sodré é anterior ao de Milanese, com enfoque muito diverso. Em *O Monopólio da Fala* ele parte de uma crítica à comunicação unidirecional da televisão, baseado no próprio esquema básico da teoria da informação, que ele considera com implicações ideológicas: emissor-mensagem-receptor. Esse esquema é uma forma de censura que condena o receptor ao papel passivo de apenas receptor e o emissor a um estatuto emissor-dominador. A situação envolve uma dimensão ideológica: "Ideologia não se define como o conjunto dos conteúdos veiculados pelos meios de informação, mas como a própria informação enquanto forma unilateral de relação social que separa radicalmente falante de ouvinte, censura a resposta e torna abstrata a situação concreta dos indivíduos".

As teorias que criticam a unidirecionalidade da televisão através do monopólio da fala, exigindo descentralização, criação coletiva, uma participação do telespectador, ele responde com a impossibilidade total de que isso aconteça pela própria característica do artefato chamado televisão. De certa forma, Sodré faz aqui ressurgir a ideia de uma televisão que por sua tecnologia é intrinsecamente prejudicial. Sua ideia faz lembrar um pouco o meio é a mensagem, de McLuhan, em que o conteúdo é desconsiderado para uma prioridade à análise do meio. E lembra também um artigo de Roque Faraoni, Poder Comunicação de Massa de um Ponto de Vista Marxista, em que timidamente afirma ser o televisor familiar, — agora, nos Estados Unidos, o televisor portátil individual — como próprio de um sistema de comunicação capitalista diferente de certas experiências socialistas das grandes telas para audiência coletiva. Só que Sodré não chega até aí e condena irremediavelmente o meio televisão a um persistente monopólio da fala.

O livro retoma no primeiro capítulo algumas ideias expostas nos debates do teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro, e em ensaios subsequentes ideias germinadas em *A Estética do Grotto*, editado há anos pela mesma editora Vozes. Assim ele examina algumas das características da linguagem da televisão que torna mais eficaz o controle do telespectador pelo emissor: pelo processo de individualização familiarizada, segundo Sodré, a televisão simula pelo vídeo um contato direto e pessoal com a função indivíduo, que se supõe ser o telespectador; com a repetição analógica do real, o indivíduo singular e familiarizado dirige-se ao telespectador, supostamente em idênticas condições; e pela elaboração do espelho da fantasia, a televisão, em sua tentativa

de dizer o real, na verdade constrói uma realidade na forma de um sistema de representações sociais. Sodré analisa também o caráter predatório de uma televisão centralizada no eixo Rio-São Paulo sobre os valores culturais regionais, para, no final, fazer um paralelo sobre futebol e televisão.

Ao lado desses dois livros, *Meios de Comunicação: Realidade e Mito* seria ao mesmo tempo um contexto e complemento, desses e de outros estudos sobre a televisão brasileira. Na verdade, o livro organizado por Jorge Werthem para a Cia. Editora Nacional tem uma maioria de autores estrangeiros. Só que as análises desenvolvidas são muito pertinentes porque cada vez se torna mais difícil estudar a televisão, o rádio ou o jornal no Brasil sem ver suas relações com os sistemas de comunicação de massa a nível internacional.

Em outras palavras, na medida em que a televisão, o rádio ou o jornal, explorados no regime de iniciativa privada, devem ser encarados pela sua produtividade político-ideológica e pela sua produtividade econômica, pois a um só tempo vai atuar como unidade de produção que busca a rentabilidade para o capital investido e que busca dividendos ideológicos pelos grupos que os exploram.

A interdependência e divisão do trabalho a nível internacional, que acompanhou a expansão do capitalismo, vai se refletir no sistema de comunicação. Daí a importância do livro. Pela primeira vez o autor brasileiro tem ao seu alcance um dos melhores trabalhos sobre o fluxo internacional dos programas de televisão, feito por Tapio Varis e Kaarle Nordentreg, da Universidade de Tampere, da Finlândia. Na pesquisa, os dois autores indicam em termos estatísticos o fluxo *one way* dos programas das multinacionais da cultura sediadas principalmente nos Estados Unidos para os países em desenvolvimento.

O ensaio de Matterlart ainda dá uma visão mais abrangente, mostrando as ligações dos grandes centros de produção de programas de televisão nos Estados Unidos com as multinacionais eletroeletrônicas, que produzem desde programas pedagógicos para crianças aos foguetes teleguiados.

Há ainda os ensaios de Juan Somavia, Estrutura Transnacional de Poder e a Informação Internacional; Ingrid Sarti, Comunicação e Dependência Cultural; Peter Goulding, O Papel dos Meios de Comunicação no Desenvolvimento Crítico à uma Ortodoxia Teórica.

No prefácio, Fernando Henrique Cardoso ressalta a importância dos dados do ensaio de Marco Antônio Rodrigues Dias que em *Política de Comunicação no Brasil*, apresenta um Raio-X do sistema brasileiro de comunicação, dando uma visão integrada do rádio, televisão e jornal no Brasil e a necessidade de uma política de comunicação para o país. Aliás, a importância de uma reflexão sobre a televisão no Brasil é tanto mais urgente quando se sabe da existência da 10ª versão da nova Lei de Telecomunicações para o país, feita na surdina pelo Ministério das Comunicações mais a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão (Abert), como se apenas ao governo e empresários dissesse respeito televisão e rádio no país.

SÉRGIO CAPARELLI

A FACE NEGRA DO PARAÍSO

O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO, de Abdias do Nascimento, Editora Paz e Terra, Cr\$ 90,00

O Brasil sempre se mostrou ao mundo como um país sem discriminação racial, uma espécie de paraíso tropical onde brancos e pretos convivem amigável e fraternalmente. Aos olhos do mundo, inclusive, o Brasil tem sido mostrado, comumente, como um exemplo de *democracia racial*. No entanto, qualquer brasileiro de bom senso e de olhos abertos para a realidade sabe que a discriminação racial existe no país — e de forma intensa — nas suas mais variadas manifestações, que vão desde o assassinato puro e frio até os métodos mais refinados, como a sistemática tentativa de embranquecimento físico e cultural da população negra, entre outras.

Contra essa hipocrisia e crueldade, mais uma vez levanta-se a voz de Abdias do Nascimento, escritor, ensaísta e teatrólogo brasileiro, um negro de alma negra, um sobrevivente da República dos Palmares, como ele mesmo se afirma. No seu livro *Genocídio do Negro Brasileiro*, Abdias do Nascimento, com paixão, é verdade, mas com clareza e objetividade, lança uma candente denúncia do processo de extermínio do negro no Brasil ao mesmo tempo em que mostra o processo de um racismo mascarado, que não se localizou apenas no período escravagista, mas que permaneceu e se manifesta, em suas variantes, nos dias atuais.

Já no prefácio, Florestan Fernandes alerta para as três contribuições novas que o trabalho apresenta: a configuração do protesto negro no contexto histórico do último quartel do século XX; o uso sem restrições do conceito de genocídio, aplicado ao negro brasileiro; e, finalmente, as conclusões a que chega o autor, demarcando a diferença essencial que existe entre uma pseudodemocracia racial e o que deveria ser uma sociedade plurirracial democrática. Mas, mesmo que não contivesse as conclusões a que se refere Florestan Fernandes, a obra de Abdias do Nascimento já se imporia pela vigorosa denúncia do processo de genocídio do negro brasileiro, contradizendo vultos considerados importantes no estudo da matéria (Gilberto Freyre, por exemplo) que tentam justificar a tese da democracia racial na mistificação da sobrevivência cultural africana, quando postulam o mito de que a *sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido o resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e escravos*. Para tanto, Abdias do Nascimento vai tecendo a narrativa da exploração e destruição do negro no Brasil, que vai desde a matança indiscriminada até o estupro da mulher negra pelos brancos, através do qual ficava afastado o perigo da *mancha negra*. Esse processo de mulatização, apoiado na exploração sexual da negra, ele afirma ser um fenômeno de puro e simples genocídio.

Mas o genocídio não fica no plano físico. A extinção do negro também se dá na área cultural, quando se tenta, por todos os meios, destruir as raízes e a memória negra. Alguns exemplos: a proibição de discussão sobre a raça, que não se limita a 1899, quando Ruy Barbosa ordenou a incineração dos documentos pertinentes à escravidão, mas que vem até os dias modernos; o ensino da história geral nas escolas, onde se fala apenas de Europa e Estados Unidos, sem referência à África; o embranquecimento cultural do negro, através do chamado processo de aculturação, que afasta o negro de suas raízes, alienando-o de sua identidade e atrelando-o a uma *estética da branquura*. Este é "o preço do imposto pago pelos artistas de origem africana, ao precário direito de viver", conclui Abdias do Nascimento.

CARLOS CARVALHO

REGISTRO

AS MARCAS DO REAL, de Modesto Carone. Paz e Terra. Sobre esse livro de contos, o crítico Antônio Cândido diz que as idéias que vêm ao espírito são a de uma corda esticada e fio de navalha. 134 páginas, Cr\$ 110,00.

OS CÃES FAMINTOS, de Ciro Alegria. Trata-se da novela que melhor caracteriza o estilo desse escritor peruano: "Toda uma crítica social transparece na violência desta fábula em que os animais esperam do homem no mínimo dignidade". Paz e Terra, 160 páginas, Cr\$ 120,00

CORONELISMO E OLIGARQUIAS, Eul-Soo Pang. O autor, de origem coreana, fez toda sua formação nos Estados Unidos, onde lecionou na Vanderbilt University. Nesse trabalho ele analisa os barões rurais do interior da Bahia, de 1887 a 1943. Civilização Brasileira.

NOITE E DIA, de Virgínia Woolf. É o segundo romance de uma das maiores escritoras de língua inglesa, consagrando-a no mundo inteiro. Nova Fronteira, 440 páginas, Cr\$ 350,00.

AS REVOLUÇÕES INACABADAS NA AMÉRICA LATINA, (1809—1968), de Fals Borda. O autor é sociólogo colombiano, conferencista na Universidade de Londres e diretor de Programas do Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas. O livro foi escrito ainda sob o impacto dos acontecimentos que marcaram a América Latina. Escrito originalmente para o público inglês, mostra a visão histórica de quem está vivendo essa mesma História. Global Editora, 90 páginas.

A CONDIÇÃO OPERÁRIA E OUTROS ESTUDOS SOBRE A OPRESSÃO, de Simone Weil. Os escritos dessa francesa de origem judia testemunham sua vida na fábrica, no campo, e sua luta na Guerra Civil Espanhola e na Resistência ao nazismo. É uma intelectual que procurou como operária escrever sobre condição dos operários. Editora Paz e Terra, 400 páginas, Cr\$ 250,00.

O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL, de Jaime Pinsky. Nas 200 páginas dessa obra editada pela Brasiliense, Pinsky conduz uma reflexão sobre o modo de produção feudal, sua origem, características e crise. Os textos apresentam questões como a elaboração do feudalismo a partir da desagregação do mundo escravista antigo; as relações de produção feudais enfocadas de diversos pontos de vista: do senhor, da Igreja, do servo, do comerciante.

PESQUISAS EDUCACIONAIS, de Geraldina Porto Witter. Compõe esse livro uma coletânea de relatos de pesquisas unidas dentro da esfera educacional e preparados pelos alunos de pós-graduação em Educação Permanente da Universidade Federal da Paraíba. Os relatos abrangem desde uma série de estudos sobre os métodos e resultados do Mobral até a análise da Pesquisa Educacional nas primeiras 25 reuniões da SBPC. Edições Símbolo, 132 páginas, Cr\$ 120,00.

O ORIENTE É VERMELHO, de Humberto Braga. A Civilização Brasileira traz ao público esse trabalho sobre uma das nações inexplicavelmente menos conhecidas no Brasil: a China comunista. É uma verdadeira reportagem sobre aquele país em constantes transformações. 350 páginas, Cr\$ 220,00.

A CRISE MUNDIAL DO IMPERIALISMO E ROSA LUXEMBURGO, de Mário Pedrosa. Civilização Brasileira. O crítico, ensaísta de arte, sociólogo e estudioso de ciências políticas examina a influência do pensamento e da ação da fundadora do Partido Socialista Democrático da Polônia e Lituânia e importante teórica do marxismo europeu.

MACUNÁIMA: DA LITERATURA AO CINEMA, de Heloisa Buarque de Holanda. São depoimentos de Mário de Andrade e Joaquim Pedro de Andrade indicando a trajetória desse romance transformado em êxito de bilheteria no cinema e, agora, no teatro. Livraria José Olympio Editora, 130 páginas, Cr\$ 55,00.



LONGE DO FEMINISMO INFANTIL

MULHER BRASILEIRA: A CAMINHO DA LIBERTAÇÃO, Escrita-ensaio, nº 5 Vertente Editora Ltda., 160 páginas, Cr\$ 100,00.

Se é certo que as discriminações e violências sofridas pelas mulheres na nossa sociedade ainda permanecem as mesmas e na mesma intensidade — até mais sofisticadas — também é certo que hoje são denunciadas com mais insistência e eficácia, justamente em razão da organização das próprias mulheres. Embora incipiente, esta já tem demonstrado seus resultados, principalmente no que se refere ao levantamento da condição da mulher brasileira. Na linha de frente dessa tarefa, situa-se o último número da Revista Escrita-Ensaio, *Mulher Brasileira: a caminho da libertação*.

Constitui-se de uma sistematização de artigos, depoimentos, entrevistas e documentos de encontros e congressos de mulheres brasileiras, que colocam a problemática da mulher em suas verdadeiras dimensões, e não apenas como um problema enumerável entre os chamados "direitos das minorias étnicas e

sociais", como geralmente tem sido encarado, inclusive em meios considerados "engajados".

Basta atentar para os seguintes dados para que fique desmascaradas a discriminação já presente no modo de tratar o problema. "No Brasil, as mulheres representam 50,3% da população. Deste total, apenas 6,2 milhões se encontram registradas no Ministério do Trabalho. Destas, 32% são empregadas domésticas, sem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sem direito ao aviso prévio, sindicalização e com filiação optativa ao INPS; 16% são bóias-frias (empregadas do campo) excluindo-se as que trabalham nas roças dos pais ou maridos; 8% são professoras primárias (no Estado de São Paulo, 80% são admitidas em caráter temporário, sem qualquer proteção da CLT). O IBGE revela que, em 1973, 54% das mulheres que trabalham fora de casa ganham entre zero e um salário mínimo (dos homens, 39,4% estão nessa faixa. Acima de trinta salários mínimos, vamos encontrar 3% dos homens e ... 0,005% das mulheres)."

A revista está dividida em cinco pontos: Trabalho, Conscientização, Sexualidade, Imprensa e Literatura.

Quanto ao Trabalho, fica evidenciado através de dados, depoimentos, e análises, a desigualdade com que é tratada a mão-de-obra feminina, desde as oportunidades de emprego até as discriminações salariais — mulheres que desempenham iguais funções as dos homens

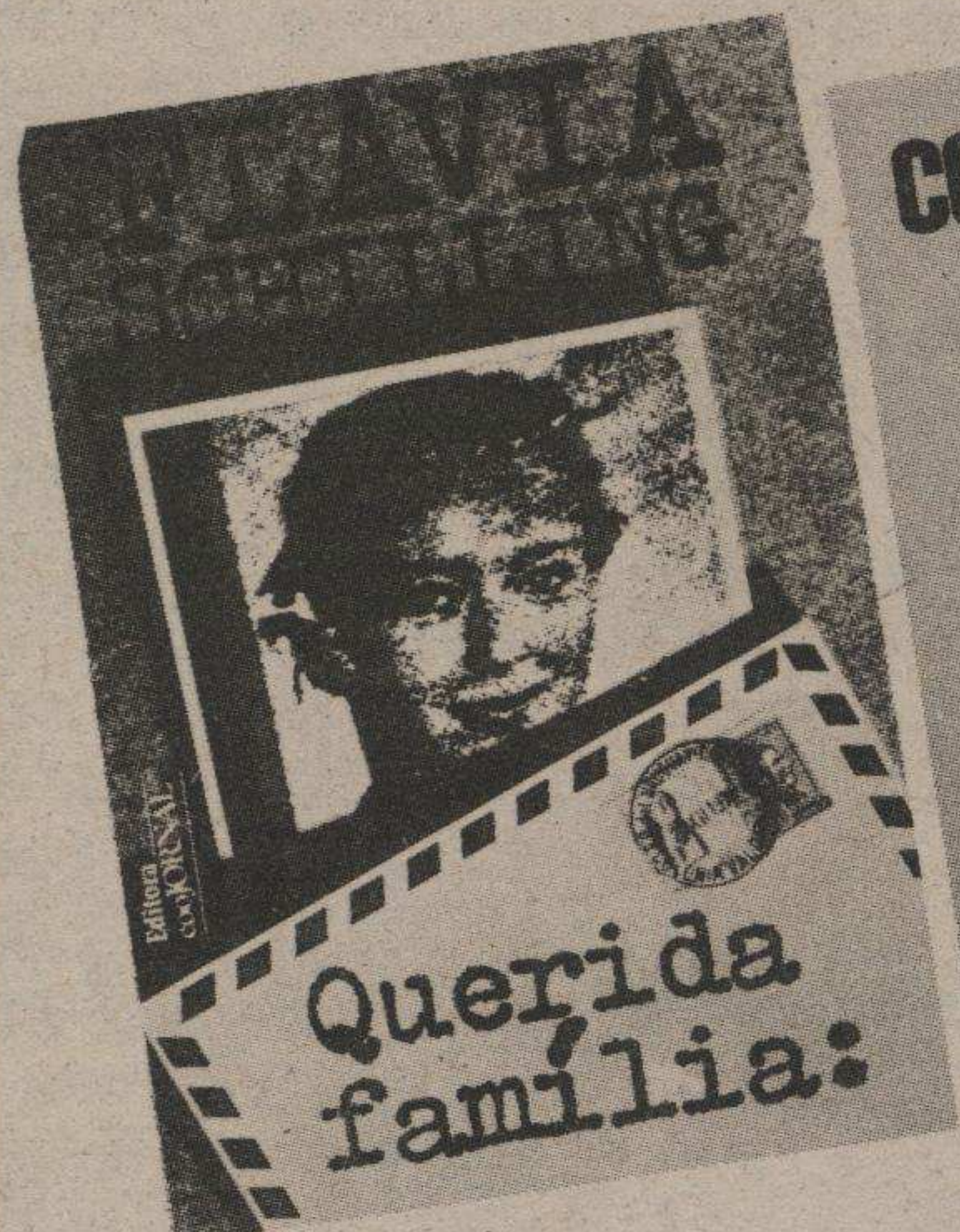
recebem salários inferiores — passando pela dupla jornada de trabalho a que são submetidas: primeiro nos locais de trabalho, e depois nas tarefas domésticas.

Outro importante tema é o que trata da sexualidade feminina. Fica registrado o fato de que embora exista atualmente no Brasil uma quantidade expressiva de publicações sobre a sexualidade feminina e seus problemas de fora e de dentro do casamento, estas reduzem os problemas a uma perspectiva individual, onde todas as dificuldades de relacionamento sexual são atribuídas ao "fracasso pessoal". São tratados também os problemas da gravidez, do controle da natalidade, e por outro lado, também da moda, "um instrumento de alienação coletiva".

No que se refere à Imprensa, figura um debate com a equipe do jornal *Nós Mulheres*, de destacada atuação na defesa das mulheres. No ponto Literatura sobressai-se a questão da imagem da mulher nela projetada, desde a Renascença, o Romantismo, até aos nossos dias, sempre o estereótipo tradicional da mulher "pedestalizada".

Trata-se de uma publicação que discute a problemática feminina, não numa perspectiva do "feminismo infantil" mas com objetividade, principalmente enfocando os problemas da mulher brasileira, o que representa um importante passo no caminho de sua libertação. Leitura obrigatória para homens e mulheres.

DILAN CAMARGO



Querida Família
Um drama do nosso tempo.
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguayos.
Cr\$ 70,00

COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO

A experiência das cooperativas no capitalismo alemão

DEBATE
COLEÇÃO COOPERATIVISMO

Cooperativismo e Competição
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo
Selo Debate nº 1
Cr\$ 75,00

DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte (s) livro (s):

..... exemplar (es) — Querida Família

..... exemplar (es) — Cooperativismo e Competição ao

preço total de Cr\$, 00.

Nome.....

Rua..... Bairro.....

Cidade.....

CEP..... Estado.....

Assinatura

— Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).



LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

AS PIRÂMIDES DA AMAZÔNIA

Já existe uma explicação científica para as pirâmides recentemente descobertas na Amazônia. Os pesquisadores têm certeza de que uma civilização avançadíssima floresceu no Brasil muito antes do descobrimento. Foi ela que construiu as pirâmides.

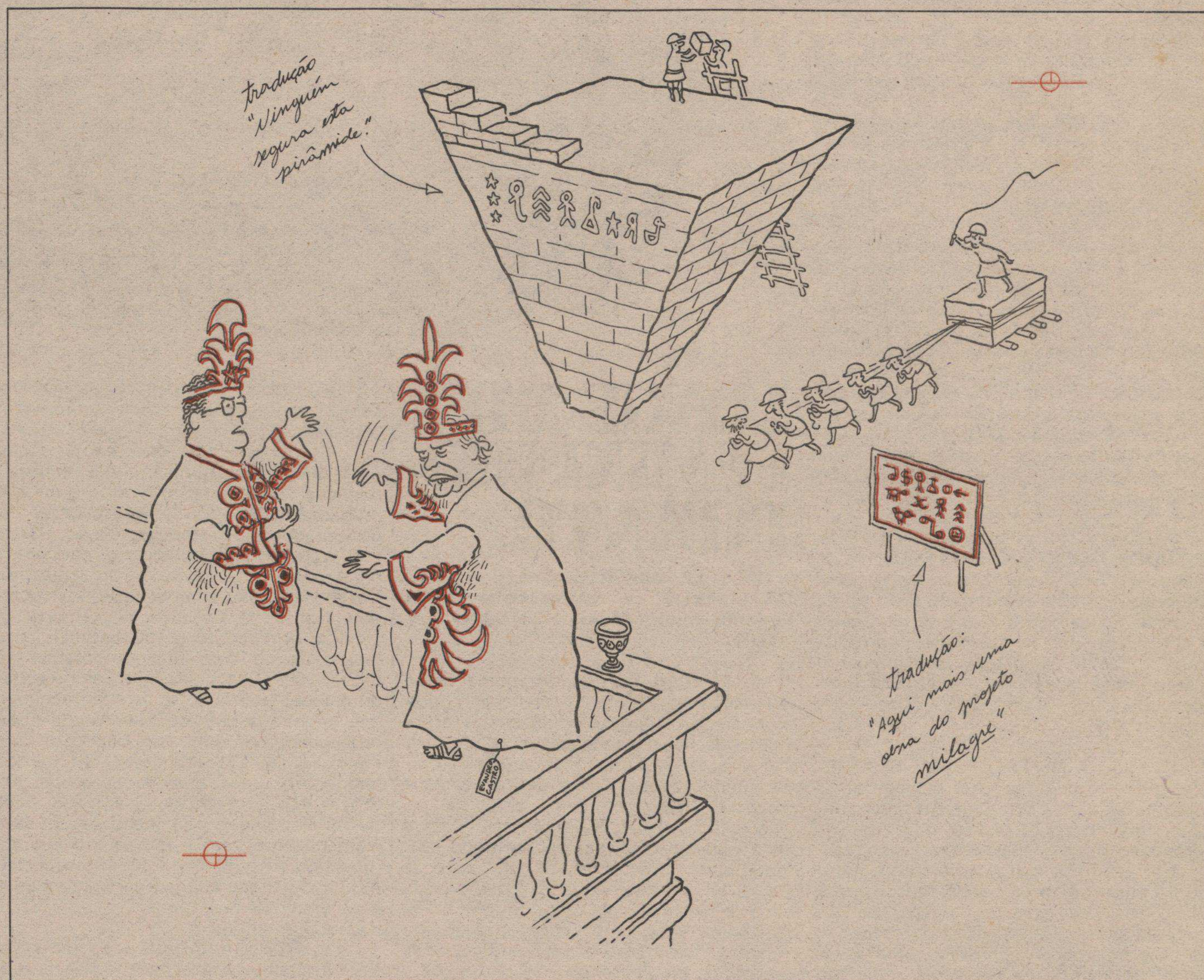
Esta sociedade, da qual nenhum vestígio tinha sido descoberto até agora, ocupava a faixa litorânea do continente. Os pesquisadores não sabem explicar porque as pirâmides foram construídas tão longe do litoral.

Tudo indica que a construção das pirâmides coincidiu com a ascensão ao poder de uma casta guerreira, assessorada por sacerdotes de uma seita fechada que se aproveitavam dos seus conhecimentos esotéricos — eram os únicos que sabiam fazer contas — para impor sua vontade. Foram estes sacerdotes que decidiram construir as pirâmides como símbolos da riqueza da sua civilização, e acabaram com toda a riqueza para construí-las.

O povo era razoavelmente feliz antes disto. Vestia-se bem. Tinha uma religião baseada no conceito de que Deus dará. Tudo brotava da terra e das águas. Diamantes, frutas e peixes. Quando terminou a construção das pirâmides, o povo estava como Cabral o encontrou na praia. De tanga e trocando papagaio por espelhinho.

A idéia dos sacerdotes era que todos se sacrificassem durante alguns anos para construir as pirâmides, pois, no fim, cada um receberia uma parte delas. Nunca ficou bem explicado como isto seria feito, porque era proibido perguntar.

Havia divergências entre os sacerdotes sobre como construir as pirâmides no meio da selva. A capital da civilização ficava mais ou menos onde hoje fica Brasília, construída ali para fugir da distração das praias e de um ritual bárbaro que periodicamente tomava conta do litoral, dizimando populações inteiras, chamado Carnaval. Uma corrente defendia a idéia de primeiro construir as pirâmides e depois ligá-las à capital por uma estrada que rasgaria a selva. Outra corrente queria construir primeiro a estrada e depois erguer as pirâmides no fim da entrada. Uma terceira corrente, minoritária — e tratada com desdém pelas outras duas — queria construir as pirâmides num subúrbio perto da capital ou no litoral mesmo, para poupar trabalho e dinheiro, mas esta sugestão foi considerada sem seriedade e desprezada.



As duas correntes principais — chamadas de lá para cá e a de cá para lá — se alternaram no poder, de sorte que às vezes se construía um pouquinho de estrada, às vezes um pouquinho das pirâmides. Como as duas correntes não se falavam, aconteceu que as pirâmides e a estrada ficaram prontas mais ou menos ao mesmo tempo, só que a estrada não ia dar nas pirâmides. Houve um erro de cálculo. Os engenheiros se deram conta do engano quando chegaram ao oceano Pacífico sem terem encontrado as pirâmides.

Os erros de cálculo também atrapalharam a construção das pirâmides. O plano original era fazer pirâmides de apenas dois lados. Este foi abandonado porque, com apenas dois lados, não seriam pirâmides. Depois decidiram fazer duas pirâmides de três lados, sendo um lado vertical, e depois juntar as duas partes para fazer uma pirâmide de quatro lados.

Finalmente, depois de anos gastos em cálculos e planejamento, tiveram a idéia de fazer logo pirâmides de quatro lados, o que foi saudado como um triunfo da criatividade nacional.

Embora houvesse abundância de madeira na região para fazer os andaimes das pirâmides, toda a madeira foi importada, a custos altíssimos, da verdejante floresta que cobria o que hoje é conhecido como o polígono das secas, no Nordeste. A primeira pirâmide foi construída com o vértice no chão e a base para o ar. Quando esta ruiu, fizeram o contrário. A base no chão e o vértice do lado. Outro fracasso. Sugestões de que talvez o modelo estivesse errado eram recebidas como agitação pelos sacerdotes e líderes militares, que mandavam prender a açoitar os críticos.

Segundo os pesquisadores, quando as pirâmides ficaram prontas o povo quis reclamar sua parte naquelas maravilhas pelas quais tanto tinha se sacrificado. Muitos entraram na selva em piquetes, a caminho das pirâmides, perderam-se e são os antepassados das várias tribos diferentes que até hoje perambulam pela Amazônia, o Pará e o Mato Grosso. O descontentamento popular levou a dinastia a permitir o que os pesquisadores chamam de uma abertura relativa do sistema. Os sacerdotes perderam prestígio. Quem soubesse que um mais um era dois era suspeito. Mas

não largaram o poder. Só mudaram de posições. O povo não gostou e...

Os pesquisadores não sabem exatamente o que aconteceu depois disto. Há quem diga que o povo numa mais se recuperou e foi ficando cada vez mais miserável, esqueceu tudo o que sabia e voltou, praticamente, à idade da pedra. Enquanto isto os sacerdotes, isolados do povo, formaram uma sociedade à parte, dedicada à numerologia abstrata e a jogos intelectuais. Como eles só podiam casar entre si, a raça dos sacerdotes também degenerou. Seu último espécime, presumivelmente ainda vivo na época do descobrimento, embora Pero Vaz Caminha não diga nada a respeito, foi um anão monstruoso, uma enorme cabeça e duas perninhas, mantido pelos nativos como curiosidade e talvez como um aviso para as gerações futuras, para que aquilo nunca mais se repetisse.

Enquanto isto, as pirâmides abandonadas foram sendo cobertas pela vegetação, a estrada que rasgava a selva na direção errada foi retomada pela selva e tudo voltou a ser como antes, só bem mais pobre no coração do Brasil. Até que um dia...